

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**  
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Doraci Moron Parra Munhoz

**TRABALHO DOCENTE E INCLUSÃO DIGITAL: UM OLHAR CRÍTICO**

Sorocaba/SP  
2009

Doraci Moron Parra Munhoz

## **TRABALHO DOCENTE E INCLUSÃO DIGITAL: UM OLHAR CRÍTICO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano González.

Sorocaba/SP  
2009

### Ficha Catalográfica

M932t Munhoz, Doraci Moron Parra  
Trabalho docente e inclusão digital: um olhar crítico / Doraci  
Moron Parra Munhoz. -- Sorocaba, SP, 2009.  
177 f.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano González.  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de  
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2009.  
Inclui bibliografia.

1. Inclusão digital. 2. Educação e Estado. 3. Ensino fundamental  
– Sorocaba (SP) – Inclusão digital. 4. Organizações não-  
governamentais. I. Cammarano González, Jorge Luis, orient.  
II. Universidade de Sorocaba.

Doraci Moron Parra Munhoz

## **TRABALHO DOCENTE E INCLUSÃO DIGITAL: UM OLHAR CRÍTICO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

Dr. Carlos Bauer

Universidade Nove de Julho

Ass. \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Celso João Ferretti

Ass. \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho aos meus  
filhos Michel e Monique.

## AGRADECIMENTOS

A memória de meus pais Francisco e Antonia, pela admiração pelas pessoas que foram, em gratidão e respeito por tudo o que labutaram por mim e pelos meus oito irmãos;

Ao meu querido companheiro Munhoz pela coragem e pelo apoio nos momentos mais difíceis da nossa caminhada que completa trinta anos;

Aos meus filhos e a minha família pelo incentivo ao meu trabalho e pela compreensão nas minhas ausências;

Ao professor Jorge, meu querido orientador, por ter acreditado em meu potencial e por ter me ajudado a enxergar a realidade com mais clareza quando minha visão não permitia que o fizesse sozinha;

Ao professor Fernando Casadei, por ter sido um incentivador de meu trabalho por meio de sua dedicação a pesquisa do trabalho docente e pelo exemplo de luta em defesa dos direitos dos professores.

Ao professor Celso Ferretti pela simplicidade com que expõe assuntos tão complexos, contribuindo muito para meu percurso formativo.

Aos professores: Sanfelice, Vânia, Pedro, Eliete e Marta, pela riqueza de suas diferenças, por tudo o que cada um de vocês acrescentou em meu percurso vivido no Mestrado;

De modo muito especial às professoras que aceitaram participar desta pesquisa, aos professores coordenadores do curso de Alfabetização e Letramento da Universidade, ao presidente e aos funcionários da ONG e, a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos: aqueles que ganhei neste percurso e aqueles de outros, pois a amizade fortalece e dá coragem, não deixando com que o desânimo imobilize;

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade [...]. A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora.

Karl Marx.

## RESUMO

A presente pesquisa pertencente à linha Trabalho Docente pauta-se em examinar possíveis consequências das novas tecnologias na prática docente. Meu pressuposto é o de que as novas tecnologias podem criar boas oportunidades para a prática educativa, entretanto sua simples utilização no espaço escolar não significa inclusão digital. Investigo qual a contribuição das novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba para a denominada inclusão digital. Observa-se, com base na pesquisa, que há de se considerar a necessidade da abordagem das novas tecnologias como tema de estudo nos cursos de formação e também o fato de que considerável parcela dos professores que está em serviço não recebeu capacitação para tal. Em ambos os casos, além da necessária formação e capacitação, a utilização de novas tecnologias requer que o *instrumento* seja pensado e tratado como mediador da prática, como meio para alcançar seus objetivos educativos. A investigação se dá por meio de pesquisa de campo com onze professoras que participaram de um curso de alfabetização e letramento digital, oferecido por uma ONG em um de seus projetos de inclusão digital na cidade de Sorocaba no ano de 2008 em parceria com a Prefeitura Municipal de Sorocaba e a Universidade de Sorocaba (UNISO). Os resultados da pesquisa indicam que embora o curso tenha sido bem avaliado, as condições materiais para aplicação dos conhecimentos adquiridos deixam a desejar, e as professoras têm muitos desafios para vencer quanto a sua inclusão digital e também de seus alunos.

Palavras - chave: Inclusão digital. Educação e Estado. Ensino Fundamental – Sorocaba (SP) – inclusão digital. Organizações não-governamentais (ONG).

## ABSTRACT

This research comes from the docent work line, and its purpose is to check the consequences of new technologies on the docent practice. My assumption is that new technologies can create good opportunities for educative practices, however your simple utilization on scholar environment do not mean digital inclusion. I am investing the contribution of new incorporated technologies to the teacher's role inside the Elementary teach at Sorocaba city for the denominated digital inclusion. I investigate what the contribution of new technologies incorporated in the teacher's work of elementary school from Sorocaba to the so-called digital inclusion. It is observed, based on research, which is considering the need to approach new technologies as a topic of study in education and also the fact that a considerable number of teachers that are not received in-service capacity to do so. In both cases, more then the formation and capacity necessary, the utilization of new technologies demand that the instrument be think and treat how the practice mediator, how the way to achieve your educative objectives. The scope of this investigation consist in a research with eleven teachers who participated of a digital literacy course, offered by a NGO in one of its digital inclusion projects in the city of Sorocaba in the year 2008 in partnership with the Municipality of Sorocaba and the University of Sorocaba (UNISO). The outcome from the research shows that although the course was well evaluated, the material conditions for the knowledge deployment do not achieve the wished levels and the teachers have many challenges to overcome as yours students do.

Keywords: Digital inclusion. Education and State. Elementary School – Sorocaba (SP) – digital inclusion. Non-governmental organization (NGO).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA NO PERÍODO.....	61
ILUSTRAÇÃO 2: FINALIDADE DE ATUAÇÃO DA OSCIP .....	82
ILUSTRAÇÃO 3: PORCENTAGEM DE ORGANIZAÇÕES QUALIFICADAS COMO OSCIP .....	83
ILUSTRAÇÃO 4: PORCENTAGEM DE ORGANIZAÇÕES PORTADORAS DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA .....	83
ILUSTRAÇÃO 5: CICLO VIRTUOSO.....	86
ILUSTRAÇÃO 6: HISTÓRICO DE COLABORADORES.....	87

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: AS TRÊS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS .....	48
TABELA 2: ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL.....	73
TABELA 3: NÚMERO TOTAL DE PEDIDOS DE QUALIFICAÇÃO PARA A OSCIP .....	81
TABELA 4: NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES PORTADORAS DE TÍTULOS NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	84
TABELA 5: INDICADORES .....	87
TABELA 6: MODELO DE GESTÃO 01 .....	88
TABELA 7: MODELO DE GESTÃO 02 .....	88

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO E POLÍTICA .....</b>	<b>22</b>
2.1	DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS .....	30
2.1.1	PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	33
2.2	RELATÓRIO JACQUES DELORS .....	37
<b>3</b>	<b>REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA .....</b>	<b>46</b>
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA.....	46
3.2	INCLUSÃO DIGITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	55
<b>4</b>	<b>TERCEIRO SETOR: TRABALHO, EXCLUSÃO e INCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
4.1	ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS .....	69
4.2	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO .....	78
4.3	CONHECENDO UMA ONG LOCAL .....	85
4.4	O PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL .....	90
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>
	<b>APÊNDICE A: Questionário.....</b>	<b>133</b>
	<b>ANEXO A: Lei no 9.790, de 23 de março de 1999 .....</b>	<b>134</b>
	<b>ANEXO B: Estatuto Social da ABONG .....</b>	<b>139</b>
	<b>ANEXO C: Carta de Princípios da ABONG .....</b>	<b>145</b>
	<b>ANEXO D: Lei Ordinária de Sorocaba-SP, nº 7456 de 17/08/2005 .....</b>	<b>147</b>
	<b>ANEXO E: LEI Ordinária de Sorocaba-SP, nº 7933 de 05/10/2006 .....</b>	<b>148</b>
	<b>ANEXO F: Principais parceiros da ONG .....</b>	<b>151</b>
	<b>ANEXO G: Projeto de Inclusão Digital da ONG.....</b>	<b>152</b>
	<b>ANEXO H: TelEduc - Ferramentas do ambiente.....</b>	<b>170</b>
	<b>ANEXO I: Diagnóstico inicial dos professores .....</b>	<b>173</b>
	<b>ANEXO J: Cronograma inicial do curso.....</b>	<b>177</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com formação em Ciências Físicas/Biológicas e Matemática, minha prática docente se iniciou em 1989. Diante das dificuldades enfrentadas para que os alunos conseguissem aprender satisfatoriamente, - dificuldades essas aliadas à presença crescente do computador como recurso pedagógico na sala de aula -, passei a ter interesse em conhecer a possibilidade de inserção da informática na prática escolar.

Em 1993, fiz um curso de qualificação profissional de Processamento de Dados que contribuiu para a transformação do meu trabalho. No ano de 1995, deixei de trabalhar como professora de Matemática e no ano seguinte, enfrentei o desafio de ajudar na implantação de um curso técnico em Informática, de nível médio, na Rede Municipal de Sorocaba, na qual trabalhei até 2002.

Em virtude das frequentes inovações tecnológicas, as quais exigem constante atualização por parte dos profissionais, fui à busca de um curso de especialização<sup>1</sup> que pudesse atender às novas necessidades enfrentadas. Durante esse curso desenvolvi uma investigação que focalizava o uso da Informática na Educação<sup>2</sup> e revelava a existência de duas correntes de pensamento opostas<sup>3</sup>. Uma que defende o uso da Informática na Educação por entender que este instrumento<sup>4</sup> pode contribuir para a apropriação e socialização do conhecimento. A outra se posiciona contrária ao uso da informática na Educação, questionando as políticas que permeiam sua implantação, a forma como os computadores se impõem no espaço pedagógico e também pondo em dúvida os benefícios dessa prática educativa voltada predominantemente para a adaptação dos indivíduos às necessidades do mercado de trabalho.

Instigada a conhecer na prática as possibilidades e limites do uso de computadores como instrumento pedagógico, elaborei um projeto de trabalho

---

<sup>1</sup> **Curso de especialização Latu Sensu “Informática e Sistemas de Informação”** oferecido pela Universidade de Sorocaba.

<sup>2</sup> **Informática na Educação** – monografia apresentada em 1998 na Universidade de Sorocaba.

<sup>3</sup> Dentre eles **Setzer, V.W** e **Chaves, E.O.C** – o primeiro totalmente contra o uso de computadores no ensino de 1º grau e o segundo um entusiasta de sua utilização.

<sup>4</sup> Adoto a palavra **instrumento** para referir-me ao computador como um *meio* empregado para alcançar objetivos instrucionais pré-estabelecidos.

baseado numa proposta interdisciplinar para alunos do Ensino Fundamental e o apresentei a uma escola particular que me contratou.

Minha prática como professora de informática educacional permitiu estabelecer o pressuposto de que a maioria dos professores tem uma imagem sobre o uso de novas tecnologias circunscrita a se depararem com mais um recurso a serviço da educação escolar. Esse recurso contribuiria apenas para facilitar o acesso às informações, sem provocar qualquer mudança no modelo educacional instituído. Esse pressuposto me instigou a questionar a ausência de projetos políticos pedagógicos específicos que contribuam para a aprendizagem dos conteúdos a serem trabalhados mediados pelo uso das novas tecnologias.

Todavia, ao estudar a influência das novas linguagens como prática formativa no espaço escolar e participar de discussões oferecidas pelo Núcleo de Investigações do Trabalho Docente - NITDO<sup>5</sup> direcionei meu foco de pesquisa para investigar: como a informática e as tecnologias da informação utilizadas nos mais diversos setores da sociedade vem modificando as formas de produção e de apropriação do conhecimento? De que maneira a informática e as tecnologias da informação interferem no trabalho do professor que busca atender no desenvolvimento de sua prática as novas competências exigidas pela política educacional vigente?

A busca por possíveis respostas a essas indagações alimentava a convicção de que a compreensão dessas novas linguagens da contemporaneidade não pode se limitar apenas ao entendimento de sua dimensão técnica. Em trabalho apresentado na Universidade de Sorocaba em Outubro de 2006<sup>6</sup>, defendi a ideia de que não se trata de continuar fazendo a mesma educação que sempre se fez, porém agora com o acréscimo dessa tecnologia, mas sim de considerar as mudanças evidenciadas na cultura, na sociedade, no sujeito, na linguagem, nas formas de pensar, de construir e socializar o conhecimento. Na perspectiva de aprofundar essa observação recorro a Pierre Lévy<sup>7</sup>:

---

<sup>5</sup> NITDO – Núcleo de Investigações do Trabalho Docente da Universidade de Sorocaba.

<sup>6</sup> **A Informática como Linguagem no Espaço Escolar** – resumo publicado na Revista de Estudos Universitários, no Caderno de Resumos do 9º Encontro de Pesquisadores e Iniciação Científica e 4º Encontro de Extensão da Universidade de Sorocaba.

<sup>7</sup> **Pierre Lévy** é filósofo. Nasceu em 1956, na cidade de Túnis (Tunísia). Realizou seus estudos na França, doutorou-se em Sociologia e em Ciências da Informação e da Comunicação. Lecionou em várias universidades de Paris e Montréal. Atualmente é professor da UQTR (Université du Québec à

[...] as redes de comunicação interativas acompanham e ampliam uma profunda mutação da informação e da relação com o saber. As novas possibilidades de criação coletiva, de aprendizagem cooperativa e de colaboração em rede oferecida pelo ciberespaço<sup>8</sup> põem em discussão o funcionamento das instituições e os modos habituais de divisão do trabalho tanto nas empresas quanto nas escolas. (LÉVY, 1999, p.17)

Estava deslumbrada com as possibilidades que se apresentavam a partir dos problemas acima registrados, entretanto o contato com a produção teórica de Newton Duarte e sua contundente crítica ao “aprender a aprender”<sup>9</sup> acrescida do que ele denomina de apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana, fizeram-me perceber que minha visão sobre o uso das tecnologias inovadoras na educação estava um tanto difusa. Detive minha atenção nos posicionamentos valorativos contidos no lema “aprender a aprender” e sua presença analisada em dois importantes documentos da área educacional: o Relatório Jacques Delors (DELORS, 1998) – e os Princípios e Fundamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do volume I, “Introdução”, dos PCN de 1ª a 4ª série (BRASIL, 1997, p. 33-55). A reflexão evidenciava a força do lema “aprender a aprender” no discurso oficial contemporâneo e algumas de suas articulações entre esse lema e o cenário ideológico do capitalismo atual. (DUARTE, 2001)

O estudo de Duarte me remetia a inquietantes questões sobre a possível democratização do acesso ao conhecimento, aspecto examinado pelo referido autor com base nos argumentos de Saviani:

Se o saber objetivo constitui parte dos meios de produção, ele também se encontra perpassado, na sociedade capitalista, pela contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção, contradição essa que só pode ser superada com a superação do capitalismo. Ora, acreditar na ideia de que as tecnologias de informação efetivamente possibilitassem a socialização do saber seria, por consequência, acreditar que o capitalismo estaria socializando os meios de produção. (SAVIANI apud DUARTE, 2004, p.44)

---

Trois-Rivières), na cidade de Quebec, Canadá. Presta serviço a vários governos, organismos internacionais e grandes empresas sobre as implicações culturais das novas tecnologias. É autor de uma dezena de obras filosóficas sobre a cultura do mundo virtual e as novas tecnologias. (Escolanet, <http://www.escolanet.com.br/levy/entrevista.html>).

<sup>8</sup> O termo "**ciberespaço**" (uma junção de cibernético com espaço) foi projetado por um escritor canadense de ficção científica William Gibson, em 1984 no seu livro *Neuromancer*. Pierre Lévy coloca o ciberespaço como uma grande rede interconectada mundialmente, como um processo de comunicação "universal".

<sup>9</sup> Um dos quatro pilares da educação estabelecidos no **Relatório Jacques Delors** – “Educação: Um Tesouro a descobrir” – elaborado para a UNESCO.

Com essas inquietações reavaliava minha prática: trabalhava com um instrumento, o computador, acreditando que o mesmo seria um recurso inusitado para a construção e socialização de conhecimentos, e sob esta ótica, altamente qualificador. Entretanto, ia progressivamente me deparando com a dura contradição de que no processo de apropriação de conhecimento tal instrumento pode também favorecer a construção de relações sociais alienadas ou alienantes.

Esse conflito, originado pela discussão do citado livro, mobilizou-me a escrever um artigo no qual apresentei algumas das minhas inúmeras inquietações:

Refletindo sobre a relação da Informática como instrumento pedagógico, uma espécie de ferramenta mediadora de apropriação de conhecimentos historicamente acumulados, de novas linguagens e de novas formas de comunicação, algumas perguntas se colocam: Que novas formas de construção e apropriação de saberes se anunciam? Qual o papel da escola nesse processo? É possível utilizar a Informática como instrumento para a apropriação/objetivação do saber, sendo que o domínio desse conhecimento é também a perpetuação de interesses que atendem o capitalismo? (MUNHOZ, 2006, p.49)

Diante da formulação dessas questões, meu olhar foi se aprofundando para além da ferramenta e direcionou-se para a busca da apropriação social que dela se faz.

Com a tentativa de encontrar respostas para essas questões e provar para mim mesma que a socialização do conhecimento através dos recursos oferecidos pela Informática educacional é uma possibilidade de favorecer a igualdade no processo de apropriação do conhecimento, meu objetivo primordial se aprofundou e movida por esse objetivo busquei estudar e analisar a prática para verificar seus limites e possibilidades. Em pesquisa desenvolvida em 2006 e 2007, período no qual cursava concomitantemente, Especialização em Gestão Escolar e Mestrado em Educação, a investigação procurou analisar o uso de tecnologias no ambiente educacional escolar. A problematização foi feita com base na reflexão sobre os processos de automação administrativos e pedagógicos utilizados no cotidiano escolar. Nesse contexto abordei a possibilidade do uso das novas tecnologias na gestão escolar para atender as necessidades de um novo cenário social e

econômico que se fez presente a partir da década de 80 com a intensificação dos processos de globalização<sup>10</sup>.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2001), ao contrário da ideologia da *globalização* que passa a ideia de um comércio mais livre e da possibilidade de novas nações se integrarem, a *mundialização do capital* configura como realidade que se caracteriza pela formação de oligopólios e megacorporações, mediante a fusão ou alianças entre grandes empresas.

Nesse escrito<sup>11</sup> intitulado: *Gestão Escolar e Tecnologia educacional: Possibilidades* foram apresentados os processos de informatização das escolas, tanto na área administrativa quanto na pedagógica. Observa-se que o computador e as novas tecnologias apareceram no cotidiano escolar interferindo em todos os espaços, criando a possibilidade de novas modalidades de ensino, tais como o Ensino à Distância (EAD). A dimensão política subjacente ao uso das tecnologias, aflorou com maior intensidade nessa investigação, sendo que aqui uso a palavra política para me referir à intencionalidade da ação e não à política partidária, conforme registro nas considerações finais:

Acreditamos que o uso de recursos tecnológicos pode ser de grande valia para que o gestor desempenhe melhor a sua complexa função. A avaliação dos resultados alcançados e os respectivos re-planejamentos tornarão os processos mais significativos. Porém não podemos nos deixar dispersar em processos que utilizam recursos tecnológicos modernos centrados no instrumento como se fosse o fim maior da educação ou da gestão escolar. Os instrumentos são meios para alcançar o que entendemos ser o verdadeiro objetivo da Educação – a emancipação do ser humano. Não podemos ficar encantados com eles a ponto de perder o foco. (MUNHOZ, 2007, p.33)

No decorrer dessa pesquisa verificou-se que o uso de tecnologias inovadoras poderá ajudar na administração escolar, se o gestor conhecer suas possibilidades e limitações, utilizando-as a favor das pessoas que em síntese, são a essência do processo que intenciona administrar.

---

<sup>10</sup> Segundo François Chesnais a expressão “**mundialização do capital**” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “**globalização**”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais” (CHESNAIS, 1996, p.17 – os grifos são meus).

<sup>11</sup> Trabalho apresentado como conclusão de curso de especialização *Latu Sensu*, no IV Congresso Internacional de Educação no Uirapuru Superior e no EEPIC da Universidade de Sorocaba em 2007, com resumo publicado na Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba no 10º Encontro de Pesquisadores e Iniciação Científica, e 5º Encontro de Extensão, com a co-autoria da Profa Ms. Dulcina Guimarães Rolim.

Considero o percurso acima descrito particularmente importante por ser referencial pessoal da busca de sentido do meu próprio trabalho como educadora. A dinâmica da realidade vivenciada me instiga a conhecer as origens, as determinações, a produção histórica e contraditória desse processo. E é desse aspecto que trato, sumariamente, a seguir, como mediação para a apresentação do problema, do universo conceitual a ser abordado e do processo de exposição desta Dissertação. As relações sócio-políticas e principalmente econômicas determinadas pela intensificação do processo de mundialização do capital ocorrido no final do século XX e, o desenvolvimento científico-tecnológico decorrente desse processo, causam nos dias de hoje impactos em todos os segmentos da sociedade na qual,

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 34)

Nesse contexto, a informática e as tecnologias da informação aparecem como inovações resultantes desse desenvolvimento e são utilizadas nos mais diversos setores da sociedade, inclusive nas escolas, onde estabelecem novas formas de comunicação e interferem na cultura escolar, modificando as formas de produção, apropriação e socialização do saber.

Embora esteja longe de ser uma realidade para todos, a utilização dos computadores se mostra a cada dia mais frequente, conforme podemos observar através de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a qual verificou a existência de microcomputador, como segue: 12,6% dos domicílios tinham esse equipamento, sendo que em 8,6% das residências o computador estava conectado à Internet<sup>12</sup> (IBGE, 2001).

Ao comparar esses dados com pesquisa mais recente do IBGE, é possível constatar que o uso de computadores se disseminou e foi o bem durável que mais cresceu nos últimos anos, presente, por exemplo no ano de 2003, em 7,5 milhões de domicílios, sendo que 5,6 milhões dispunham de acesso à Internet. Em 2004, a

---

<sup>12</sup> **Internet** – Inter (internacional) e Net (network) – Rede internacional de informações.

proporção de domicílios com computador alcançou 16,6%, e a daqueles ligados à internet, 12,4% (IBGE, IPEA, 2004).

O debate sobre a utilização e a presença dos computadores na área educacional atinge nível nacional, quando representantes de programas governamentais passaram a discutir o acesso a essa ferramenta no ambiente escolar. Pedro Paulo Poppovic, secretário de Educação a Distância do Ministério de Educação argumentava nessa direção:

Inicialmente pensamos em instalar laboratórios de computadores em todas as escolas (5ª a 8ª série e 2º grau) com mais de 250 alunos. [...] Isto nos daria um total de 16.500 escolas. Levando em conta as estações de trabalho, servidores e mais de um laboratório por escola grande, chegamos a um total de 300.000 computadores. A ideia era de se interligar as escolas em rede, e, eventualmente, à Internet. (POPPOVIC, 1996, p.2)

Na cidade de Sorocaba, os computadores passam a fazer parte do cotidiano de algumas escolas de ensino fundamental a partir da década de 90, inicialmente na rede particular e posteriormente nas escolas públicas, entretanto é, ainda hoje, o acesso ao computador é uma realidade distante para muitos.

O chamado mundo do ciberespaço<sup>13</sup> parece transformar nosso cotidiano, ajudando-nos em algumas ações e, ao mesmo tempo, trazendo vários questionamentos e situações para as quais ainda buscamos respostas. Segundo a afirmação de alguns autores estaríamos vivendo uma verdadeira revolução tecnológica:

Os impactos sociais da informática, conquista da ciência e da tecnologia, são capazes de levar a uma transformação maior que a da máquina a vapor. Uma sociedade baseada cada vez mais na troca de valores simbólicos, do dinheiro à informação, vai mudar o eixo da economia, acabar com o conceito atual de trabalho, valorizar mais que tudo o conhecimento e a aprendizagem. Neste cenário, os excluídos serão cada vez mais excluídos - com o poder se concentrando nas esferas virtuais (com profundo controle nas esferas reais) - a não ser que se implementem eficazes e massivas ações para promover sua "inclusão digital". (SEABRA, 2001)

Tal afirmação nos remete a reflexão sobre questões práticas para a vida cotidiana, pois a utilização da informática como ferramenta mediadora na formação

---

<sup>13</sup> Para o aprofundamento da compreensão de **Ciberespaço** sugere-se o estudo de ALVES, Giovanni e MARTINEZ, Vinicio (Orgs) denominado: Dialética do Ciberespaço. Trabalho, Tecnologia e Política no Capitalismo Global. Bauru: Praxis, 2002.

dos indivíduos, permitiria o enfrentamento do problema da inclusão digital desses indivíduos. Muitos projetos com esse objetivo têm se efetivado através dos *telecentros*<sup>14</sup>.

Contudo, segundo *Carlos Seabra*<sup>15</sup>, a primeira expectativa das pessoas em relação aos projetos de inclusão digital nos telecentros é a realização de cursos:

A primeira expectativa de lideranças e usuários em relação aos projetos de inclusão digital é a da realização de cursos. Um lugar que reúne uma dezena de computadores serve para que outra coisa além de realizar cursos? Cursos de quê? Windows, Word, Excel, claro! E para que serviriam tais cursos? Para se obter um certificado, um diploma. Obviamente este destina-se a obter emprego, ou melhoria da condição profissional dentro de um já existente. Este é o grande desafio: combater a “maldição” do *formato taylorista e fordista*<sup>16</sup> de transmissão de informações, que não assegura a construção do conhecimento e, ao contrário, promete demagogicamente uma capacitação que o formato de tempo disponível e a qualificação dos envolvidos não atende. Claro que um telecentro é um espaço de aprendizagem, mas a mesma dá-se de forma diferenciada do ambiente escolar, da sala de aula. Ocorre na resolução de problemas significativos, com apoio de monitores e com a participação dos demais usuários, numa verdadeira rede local humana de aprendizagem cooperativa, focada nos contextos significativos do uso das aplicações, sejam elas navegar na internet para fazer um boletim eletrônico ou tirar uma segunda via de conta telefônica ou usar um processador de textos para redigir o currículo e enviá-lo por e-mail. Cada uma destas tarefas exige um acompanhamento pedagógico individualizado que não pode ser feito na forma de curso, embora este último atenda as expectativas imediatas de usuários e a distribuição de certificados mostre mais rapidamente um resultado, porém muito mais próximo da demagogia do que da real apropriação do conteúdo. (SEABRA, 2002)

As palavras de Seabra evidenciam um ponto que considero essencial para a inclusão digital. Trata-se da observação da necessidade de um acompanhamento pedagógico das tarefas que, segundo ele, deve ser feito de forma individualizada, não podendo ser feito na forma de curso. O autor faz uma crítica ao formato do projeto de inclusão oferecido pelos telecentros, através de cursos. Entretanto, uma percepção que considero essencial é a ausência de professores nessa forma de

---

<sup>14</sup> Para outras informações relativas ao significado do termo “**telecentro**” consultar a publicação do Ministério de Ciência e Tecnologia – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia: Sociedade da Informação no Brasil, 2000.

<sup>15</sup> **Carlos Seabra** (cseabra@mhd.org) é Diretor do IPSO - Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas; pesquisador da Escola do Futuro da USP; membro da coordenação do MHD - Movimento Humanismo e Democracia.

<sup>16</sup> Quanto ao **formato Taylorista e Fordista** remeto o leitor a HARVEY (1996); CATTANI (1997); ANTUNES (1999) e LOKJINE (2002).

atuação, uma vez que esse trabalho é realizado por monitores. Além da necessidade de um acompanhamento pedagógico individualizado num formato mais abrangente, observado por Seabra, que contribua para a apropriação de conhecimentos. Entendo que a crítica ao modelo de inclusão, além de questionar seu formato põe em evidência a importância do trabalho do professor para possibilitar uma verdadeira inclusão digital no espaço escolar.

Ao analisar as possibilidades de modelos que poderiam oferecer as melhores condições de inclusão digital para além de seu uso técnico, compartilho com a preocupação posta pelo autor de uma real apropriação do conteúdo; a inclusão digital não pode ser entendida apenas como acesso ao computador. Considero imprescindível o trabalho intencional do professor como mediador de conhecimentos que utiliza o computador como um *instrumento* de sua *prática pedagógica* entendida como uma:

Prática direcionada para a elevação da consciência do indivíduo ao nível da genericidade para si, ou seja, para a formação, pelo indivíduo, de uma relação consciente entre sua vida concreta, histórica e socialmente determinada, e as possibilidades de sua objetivação ao nível da universalidade do gênero humano. A prática pedagógica que não se reduza ao nível da inserção do indivíduo na sociedade em-si, mas que tenha por objetivo fundamental que esse homem viva uma socialidade para-si, não terá como valores norteadores, aqueles ditados pelas relações sociais fetichizadas, mas sim aqueles que, surgidos nas contradições da realidade social, contêm potencialmente a força de criação de uma realidade não determinada pelas relações de dominação. (DUARTE, 1993, p.119-120)

Penso que a utilização de *novas tecnologias* pelos professores de Ensino Fundamental cria oportunidades que podem ser exploradas de forma satisfatória na prática educativa. Entretanto, utilizá-las simplesmente não significa estar incluído digitalmente. Há de se considerar a necessidade dessa abordagem nos cursos de formação e também o fato de que considerável parcela dos professores que está em serviço não recebeu essa capacitação. Em ambos os casos, além da necessária formação e capacitação, sua utilização requer que o *instrumento* seja pensado e tratado como mediador da prática, como meio para alcançar seus objetivos educativos. Ou seja, deve-se buscar uma articulação ao currículo de forma a valorizar seu conteúdo.

Partindo do pressuposto acima, a reflexão se volta para o espaço escolar e para o trabalho do professor. Nesse contexto, buscarei conhecer: qual a contribuição das novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba para a denominada inclusão digital?

Assumo a hipótese de que as novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba contribuem minimamente no processo denominado de inclusão digital. E investigo o problema norteador desta dissertação a partir de universo conceitual circunscrito às *reformas* educacionais dos anos 90; ao surgimento, derivado desse contexto histórico do denominado *terceiro setor* da economia, no qual passaram a atuar as Organizações Não-Governamentais (ONGs); à denominada *Revolução Tecnológica*, com ênfase no campo das políticas brasileiras de *inclusão digital* e às mediações e relações entre trabalho docente e novas tecnologias no âmbito do Ensino Fundamental, focalizadas num projeto de inclusão digital oferecido por uma ONG no município de Sorocaba.

Adoto nessa pesquisa, em sua parte teórica, o trabalho do professor Newton Duarte como referencial para os estudos sobre educação na sociedade atual. Já para abordar as transformações técnico-científicas, utilizo Jean Lojkin. O estudo sobre informática é norteador pelo pensamento de Pierre Lévy. A inclusão digital é tratada sob a ótica da exclusão social, onde Maria da Glória Gohn nos orienta a partir de seus estudos sobre os movimentos sociais. Em sua parte empírica, o estudo se dará por meio de pesquisa de campo com professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Sorocaba que participaram do curso de formação oferecido pela referida ONG em um de seus projetos de inclusão digital na cidade de Sorocaba no ano de 2008 em parceria com a Prefeitura Municipal de Sorocaba e a Universidade de Sorocaba (UNISO).

A estrutura expositiva da Dissertação em pauta obedecerá à seguinte ordem:

No primeiro capítulo apresentam-se alguns aspectos das consequências das atuais políticas na educação a partir da intensificação da mundialização do capital, tendo o objetivo mostrar como as políticas neoliberais no plano mundial direcionaram a política e a educação no plano nacional. Para tanto, haverá uma breve análise de três documentos oficiais. Os dois primeiros têm o objetivo de demonstrar a orientação das políticas inclusivas e, o terceiro, a concepção ideológica que sustenta as políticas educacionais por meio dos quatro pilares fundamentais da educação. Busca-se discernir e problematizar as relações

existentes entre as pedagogias do *aprender a aprender*<sup>17</sup> e algumas ilusões da assim chamada “*sociedade do conhecimento*”<sup>18</sup>.

No segundo capítulo o conceito “revolução tecnológica” será tratado com o objetivo de mostrar como as novas tecnologias decorrentes desse processo vêm se inserindo no espaço escolar, influenciando e transformando o trabalho do professor. Concomitantemente, procuro observar de que forma a informática adentra o nosso país como parte do programa de reformas que incidiram sobre vários segmentos da sociedade, tratando especificamente o setor educacional. A partir da análise de documentos da reforma educacional examino a origem do termo inclusão digital sob a ótica da exclusão social, com o propósito de verificar como o trabalho do professor tem se inserido neste contexto.

No terceiro capítulo, apresento as políticas da denominada *Terceira Via* nos anos 1990. Trata-se de acompanhar a alteração da natureza política das instituições, com o objetivo de conhecer o surgimento de instituições não-estatais e também não-privadas, dentre as quais destaco as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que passam a atuar na sociedade civil<sup>19</sup> no chamado “*Terceiro Setor*”. Ainda neste capítulo, em sua parte final, apresento uma ONG local que trabalha no contexto da inclusão digital, no qual pretendo pesquisar a contribuição de um curso de alfabetização e letramento digital que ocorreu no ano de 2008 para a prática dos professores participantes do mesmo.

Finalmente serão disponibilizados os resultados da pesquisa com os professores participantes do curso analisado, objetivando conhecer as situações que

---

<sup>17</sup> Sobre as pedagogias do “*aprender a aprender*” consultar também (DUARTE, 2004).

<sup>18</sup> “A **sociedade do conhecimento** é por si mesma, uma ilusão que cumpre uma determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea”. Para saber mais sobre a “*sociedade do conhecimento*”, observada nessa concepção, consultar (DUARTE, 2001, p.39).

<sup>19</sup> “**Sociedade civil** é um dos conceitos da teoria política clássica mais usados no discurso social e político contemporâneo. Inúmeras classificações têm sido feitas por vários autores e desde sua recuperação no período medieval através da tradução da Política de Aristóteles (*koinonia politike* para *societas civilis*) por William von Moerbeke, o conceito tem sido reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Arato & Cohen. Na verdade, se visto de uma perspectiva histórica, notar-se-á que o conceito de sociedade civil, que para Hobbes, Locke, Rousseau e Ferguson, por exemplo, era sinônimo de Estado – em oposição ao “estado de natureza” –, passa a ser visto, com a noção neoliberal contemporânea, em oposição ao Estado – ou seja, o reino da eficiência frente à ineficiência que é inerente à intervenção estatal. (PINHEIRO, 2005)

se colocam para os docentes diante da absorção ou não de novas tecnologias, além das contribuições das mesmas quando incorporadas em seu cotidiano.

Nas considerações finais, além da problematização dos resultados obtidos, serão expostas as limitações à realização deste trabalho.

A seguir passo a investigar as relações entre “Educação e Política”, apresentando o contexto das políticas educacionais e reformas ocorridas no cenário político econômico no mundo e, especialmente, no Brasil.

## 2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Este capítulo tem o propósito de expor e examinar algumas mediações existentes entre as políticas de plano internacional que - fortemente balizadas pela intensificação da mundialização do capital - passam a direcionar também a política e a educação no plano da realidade brasileira. Mas, sem desconsiderar os interesses das frações dos representantes dos setores socialmente dominantes que fomentam e propiciam o estreitamento dos laços de dependência econômica que historicamente tem marcado presença no Brasil. Dessa perspectiva, no contexto das políticas neoliberais delineadas pelo Estado brasileiro nos anos 90 do século passado busco explicar a natureza política das instituições não estatais e também não privadas que deram novo significado aos conceitos público/privado, com destaque ao surgimento das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Os argumentos apresentados partem do pressuposto de que as transformações no plano econômico, intensificadas pela mundialização do capital, foram balizadoras das reformas educacionais ocorridas no plano internacional, principalmente a partir dos anos de 1990 do século passado, às quais, o governo brasileiro se alinhou na perspectiva de consolidar sua hegemonia interna e de contribuir com a agenda reformista.

### **As dimensões políticas da mundialização do capital.**

Na década de 90, houve forte crescimento do capital mundial, com suporte do desenvolvimento tecnológico – sobremaneira nos meios de comunicação, telefonia e principalmente da Internet – permitindo grande abertura do mercado de capitais ao redor do mundo, o que fez com que mercados acionários locais, entrassem rapidamente no circuito mundial, com o gigantesco crescimento da circulação de capitais e a impressionante velocidade com que transitam na forma de sinais eletrônicos -“*bits e bytes*”, pelas bolsas de valores de todo o mundo, em busca de melhores remunerações. Nesse processo ocorre um intenso tráfego financeiro e comunicação instantânea, de forma que não é mais necessário que a produção industrial se realize dentro do país. É possível exportar fábricas. E isso tem uma interessante conveniência para o capital, exportando-se fábricas e conseqüentemente empregos, espera-se conter as correntes migratórias de

imigrantes pobres do “terceiro mundo”, tecnicamente despreparados que representam um elevado custo social e previdenciário aos países sede.

Segundo François Chesnais, é nesse contexto que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais (tanto os do setor manufatureiro quanto os das grandes atividades de serviços) das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, a começar pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças (CHESNAIS, 1996, p. 34).

As feições políticas desse processo, pautadas no ideário neoliberal, tem no governo de Margaret Thatcher na Inglaterra a partir de 1980, sua iniciativa pioneira. Persuadindo o Parlamento da eficácia dos ideais neoliberais, aprovou leis que revogavam muitos privilégios até então concedidos aos sindicatos, privatizou empresas estatais, deu prioridade à tributação regressiva, além de estabilizar a moeda. Seu governo, conservador, serviu de modelo para muitos dos governos neoliberais do período pós-anos 1980, sempre centrado na ideia que o bem-estar social depende da responsabilidade pessoal e não do Estado. “*Não existe essa coisa de sociedade,*” disse a mandatária inglesa numa frase famosa, “*apenas indivíduos e as suas famílias*”. E acrescentaria “*A ciência econômica é o método*”, afirmou, “*mas o objetivo é mudar a alma*” (HARVEY, 2004).

Margareth Thatcher na Inglaterra deu início a uma privatização em massa dos setores públicos da economia inglesa e depois com Ronald Reagan, nos EUA, intensificou-se a abertura dos mercados, num processo de mundialização do capital, onde houve a predominância das ideias neoliberais, que passaram a dominar a opinião pública mundial. No momento histórico em questão,

O capitalismo tinge uma escala propriamente global. Além das suas expressões nacionais, bem como dos sistemas e blocos articulando regiões e nações países dominantes e dependentes, começa a ganhar perfil mais nítido o caráter global do capitalismo. Declinam os estados-nações, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados. (IANNI, 1992, p.39)

O contexto mundial alterou-se a partir da influência das duas maiores potências capitalistas. O resto do mundo parece ter acompanhado as novas regras por elas estabelecidas. Conforme aponta Negrão,

[...] em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo, máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro Latin Americ Adjustment: How Much has Happened? visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. (NEGRÃO, 1998, p. 41-43)

John Williamson, economista inglês e diretor do instituto promotor desse encontro, foi o responsável por alinhar os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes, e foi quem cunhou a expressão "*Consenso de Washington*", através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais:

- 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura;
- 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
- 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
- 5) Taxa de câmbio competitiva;
- 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;
- 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
- 8) Privatização, com a venda de empresas estatais;
- 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
- 10) Propriedade intelectual. (WILLIAMSON, 2004, p.3-4)

O Consenso de Washington balizou a doutrina do neoliberalismo ou neoconservadorismo que viria a orientar as reformas sociais nos anos de 1990.

Nesse contexto, segundo Frigotto e Ciavattta(2003), a ortodoxia neoliberal, pressionada tanto pela Inglaterra como pelos EUA, introduziu-se nas instituições financeiras internacionais depois de 1980. O Fundo Monetário Internacional tornou-se o principal agente na promoção das políticas de “ajustamento estrutural” sempre que tinha de lidar com uma crise de crédito. Como resultado, países como o México, Argentina, Brasil e África do Sul passaram a fazer parte do campo neoliberal.

A economia norte-americana em crescimento, beneficiando-se da desordem ocorrida nas finanças públicas do resto do mundo, induz os países devedores à liberalização dos mercados cambiais e financeiros, ao aprofundamento dos processos de abertura comercial, à privatização de empresas estatais, ao aumento da poupança interna, à redução dos encargos previdenciários, às alterações na legislação trabalhista, às reformas do Estado, à movimentação irrestrita dos capitais pelas praças do mundo e a compressão dos recursos públicos (TAVARES apud SILVA, 2002, p.137).

Os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a ter o papel de tutoriar as reformas dos Estados nacionais dos países do capitalismo periférico e semiperiférico. No plano jurídico-econômico, a Organização Mundial do Comércio (OMC) vai tecendo uma legislação cujo poder transcende o domínio das megacorporações e empresas transnacionais. A Organização Mundial do Comércio sinaliza para o capital que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003).

Para Maria Abádia da Silva (2002), o Banco Mundial, juntamente com o Fundo Monetário, impôs o ajuste estrutural às economias devedoras durante os anos 1980. O ajuste pautava-se no equilíbrio orçamentário; na ampla abertura comercial; na liberalização financeira, cambial e de mercado; na desregulamentação do mercado interno; na privatização de empresas e serviços públicos; nas reformas do Estado, da previdência e educacional; nas reformas tributária, fiscal e administrativa; na flexibilização da legislação trabalhista e desestatização; na competitividade, qualidade, produtividade, eficiência e na redução dos gastos públicos.

A concepção neoliberal de redução do Estado ganhou força como forma de dar respostas à crise estabelecida. No Brasil é potencializada inicialmente com o governo Collor de Melo, impactando as políticas sociais e, especificamente, a política educacional. E é disto que se trata a seguir.

### **Considerações sobre a reforma do Estado e a política educacional no Brasil.**

Antecipo que derivada da política iniciada nos anos de 1990 com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) ocorre o fim das restrições das reservas de

mercado na área de informática promovendo a abertura para a inserção das tecnologias da informação. Essa inserção se destina, entre outros âmbitos, ao educacional e nesse sentido suas consequências para a Educação escolar e especialmente para o trabalho do professor merecem, a nosso ver, destaque e serão aqui analisadas sob a ótica da inclusão digital.

O governo de Fernando Collor de Mello se alinha aos postulados dos investidores internacionais e juntamente com as elites dirigentes, encaminha mudanças constitucionais direcionando o país para as políticas neoliberais. Internamente, o fortalecimento do processo de consenso das elites dirigentes pode ser identificado no documento publicado em agosto de 1990, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sob o título “*Livre para crescer- proposta de um Brasil Moderno*”, em que a entidade posiciona-se pela implementação de reformas institucionais, comerciais, tributária e educacional, reportando-se ao Consenso de Washington, registrado no item anterior deste escrito:

Aqui se faz uma opção: por um Brasil moderno, eficiente e competitivo, adulto e sem paternalismo; inserido no Primeiro Mundo, respeitando os valores fundamentais da comunidade internacional, que são também os nossos; por uma economia que funcione sob o regime de mercado, reconhecendo a função indelegável do Estado de coordenar a atividade econômica e a liberdade de preços, tendo como prioridade o interesse do consumidor. (SILVA, 2002, p.138)

Itamar Franco, sucessor de Collor (1992 à 1994), também seguiu o ideário de liberalização financeira, cambial e do mercado. As reformas propunham: privatização, liberalização comercial, eliminação das sobretaxas de importações, isenções fiscais e redução de tarifas alfandegárias – de 32,2%, em 1990; 25,3%, em 1991; 21,2%, em 1992; 17,1%, em 1993 e 14,2%, em 1994. Com esse plano de integração às diretrizes econômicas internacionais e modernização econômica abriu-se o caminho para a informática adentrar o país. Em outubro de 1992, foi abolida a reserva de mercado na área de informática, prosseguiu a abertura ao capital estrangeiro, foi encaminhada ao Congresso Nacional nova lei de *software*, os preços foram liberados e, simultaneamente, ocorreram inúmeros cortes dos gastos públicos. Quanto a política de informática, diversos aspectos e instrumentos de política setorial foram analisados pelo Congresso Nacional, visando institucionalizar novas diretrizes para o desenvolvimento do setor, entre elas, a elaboração do II Plano

Nacional de Informática (II PLANIN) e a aprovação da lei de Informática, em 29 de outubro de 1992, que prevê o fim da reserva de mercado para o setor (SILVA, 2002, p.141-144).

Os governos Collor de Melo / Itamar Franco, todavia, revelar-se-iam um fracasso, conforme assinalam Frigotto e Ciavatta. Foi na figura de Fernando Henrique Cardoso que a burguesia brasileira encontra a liderança capaz de construir seu projeto hegemônico de longo prazo, ao mesmo tempo associado e subordinado à nova (des)ordem da mundialização do capital:

[...] Cardoso construiu um governo de centro-direita e, sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, agora no contexto da férrea doutrina dos organismos internacionais e sua cartilha do Consenso de Washington, efetiva as reformas que alteram profundamente a estrutura do Estado brasileiro para tornar o Brasil seguro para o capital. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p.105)

Frigotto e Ciavatta apontam para o alinhamento do projeto educativo do Governo de Fernando Henrique Cardoso, ao mostrar que o mesmo guarda forte convergência com as diretrizes internacionais para a educação. As políticas emanadas do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) - tiveram como responsável o Ministro da Educação por oito anos, Paulo Renato de Souza, que já foi consultor do referido Banco - foram levadas a cabo por especialistas, tecnocratas e técnicos que definem as políticas de cima para baixo e de acordo com os princípios do ajuste. Segundo James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial declarou em entrevista concedida a Alexandre Mansur da Revista Veja em 01/12/1999: “O que aprecio na estratégia de FHC é que ele e o ministro Paulo Renato estão dando ênfase à educação” (WOLFENSOHN, 1999, p.12). Frigotto observa a estratégia na qual

[...] o Governo Cardoso transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado. Dilui-se, dessa forma, o sentido de público e o Estado passa a ter predominantemente uma função privada. Passamos, assim, no campo da educação no Brasil, das leis do arbítrio da ditadura civil-militar para a ditadura da ideologia do mercado. (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003, p. 93-130)

No Brasil, país dependente dos recursos do Fundo Monetário Internacional, as políticas educacionais passam a revelar uma subordinação às ideias neoliberais recebendo intervenções dos organismos internacionais dentre os quais o próprio

FMI e o Banco Mundial. Entretanto, o Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se,

[...] à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 – que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989. No entanto, a mobilização política dos trabalhadores, ultrapassando os limites do economicismo, ao ameaçar o poder das classes dominantes, acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade [...] (FILGUEIRAS, 2006, p.180-181)

As agências internacionais de financiamento patrocinam os projetos para o ensino e assumem um papel intervencionista imprescindível para que as economias subdesenvolvidas se integrem ao mercado mundial. Nesse movimento, considerando-se as diferenças culturais próprias das nações, torna-se imprescindível ter-se um “*padrão global de educação*” dentro dos moldes de produção exigidos no mundo capitalista. Isso significa que as alterações do modo de produção tornam necessária a capacitação dos trabalhadores para atender à nova demanda. Em documento divulgado pelo Ministério da Educação (1999) estão apresentados alguns resultados das políticas implementadas na década de 90, onde se observa as seguintes tendências positivas:

- queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população;
- aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população, com maior velocidade na população feminina;
- crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, de forma particularmente intensa no ensino médio;
- melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção;
- melhoria da qualificação dos professores da educação básica;
- redução dos desníveis regionais em relação aos principais indicadores educacionais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, INEP, 1999)

A análise do referido documento evidencia que as mudanças trazidas pelas reformas na área da educação favorecem o crescimento dos índices de escolaridade e o aumento do número de matrículas, entretanto, observo que as políticas educacionais continuam distantes de oferecer uma formação integral. Essas

políticas se dão no sentido de adaptar a mão de obra – formar *capital humano*<sup>20</sup> qualificado para atender as demandas do mercado de trabalho, contribuindo com o avanço capitalista nos países em desenvolvimento. Nessa concepção, a educação é tida como prioridade, já que é apresentada como alternativa de ascensão social e de democratização das oportunidades, entretanto,

Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/innovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e reprodução de formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma as aptidões e comportamentos que lhe são necessários, e a escola é um dos seus *loci* privilegiados. (SHIROMA, 2002, p. 9)

É, pois, objetivando a formação requerida pelo “mercado” que algumas reformas educacionais entram em cena de forma articulada. As recomendações de *Jomtien* e de outros fóruns promovidos por organismos multilaterais podem ser identificadas em alguns dos anteprojetos de *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional* (LDBEN) que tramitaram durante oito anos no Congresso Nacional, renunciando os cortes de verbas e a privatização que assombrariam a educação nos anos subsequentes. A histórica disputa entre correntes privatistas e publicistas se repetiu (SHIROMA, 2002, p. 61-62).

A educação inclusiva proposta pela *Declaração de Jomtien* apresenta, entre outros, desdobramentos no *Plano Decenal de Educação Para Todos*. No *Relatório Jacques Delors*, encontram-se indícios das necessidades requeridas pelos indivíduos para obter a “chave do tesouro” capaz de abrir as portas para o século XXI. Com o objetivo de conhecer a origem de algumas determinações postas por diretrizes destes documentos, as quais se vivenciam no espaço escolar, exponho a seguir as propostas destes documentos.

---

<sup>20</sup> O conceito de **capital humano** aparece pela primeira vez na década de 1950, a partir dos estudos de Theodore Schultz (1962 apud PAIVA, 2001), que destacava a importância da educação para o crescimento econômico. A educação, como fator de desenvolvimento, é transformada no tema central do período e passa a ser vista, simultaneamente, como o motor das “etapas do crescimento econômico” e do atendimento aos planos de desenvolvimento.

## 2.1 DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Nesse cenário de reformas políticas, com ênfase no princípio de “*ajustar o País*” à modernidade requerida e oferecer “*educação para todos*”, são estabelecidas algumas diretrizes na conferência ocorrida de 5 a 9 de março de 1990, na cidade de Jomtien, Tailândia. O documento derivado desse encontro registra as raízes do denominada *educação inclusiva*, que posteriormente, com a inserção das novas tecnologias, passa a requerer a “inclusão digital” dos indivíduos. Dentro da perspectiva de evidenciar a existência do vínculo com a necessidade de inclusão no contexto desta política educacional, passo a apresentar seus principais pontos.

O documento elaborado na *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, também conhecida por *Conferência de Jomtien*<sup>21</sup>, fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas, os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa. A *Declaração* é resultado da conferência financiada pelas seguintes agências internacionais: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BM). Participaram da conferência: governos, agências internacionais, organismos não-governamentais, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo o mundo. Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade à crianças, jovens e adultos (SHIROMA, 2002). A principal meta declarada anunciava:

---

<sup>21</sup> **Declaração de Jomtien** - A Declaração de Jomtien é considerada um dos principais documentos mundiais sobre educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração de Salamanca de 1994. De acordo com a Declaração: “Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.” Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>>, acesso em 21 abr. 2008.

Jamais testemunharemos um outro momento tão propício à renovação do compromisso com o esforço a longo prazo para satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Tal esforço exigirá, contudo, um muito maior e racional aporte de recursos para a educação básica e capacitação do que tem sido feito até o momento. Todavia, os benefícios advindos deste esforço começarão a ser colhidos de imediato, e crescerão um tanto a cada dia, até a solução dos grandes problemas mundiais que hoje enfrentamos. E isso graças, em grande parte, à determinação e perseverança da comunidade internacional na persecução de sua meta: Educação para Todos. (WCEFA, 1990, p. 20)

Entre seus objetivos, encontram-se a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, voltadas para: “*conhecimentos, habilidades, valores e atitudes*” por meio dos instrumentos essenciais para a aprendizagem: “*a leitura, escrita, expressão oral, cálculo e solução de problemas*”; para que os seres humanos possam: “*sobreviver, desenvolver potencialidades, viver e trabalhar dignamente, participar do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo*”. (WCEFA, 1990, p.3)

O documento apresenta a necessidade de “*Expandir o enfoque*” da Educação Básica para alcançar os objetivos propostos, assinalando o compromisso com a universalização do acesso a esse nível de ensino promovendo a equidade<sup>22</sup> e criando ambientes e condições para ampliar sua eficácia.

O uso de novas linguagens aparece contemplado neste escrito com a indicação da capacitação técnica que atenderia a outras necessidades, como por exemplo, as de capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e programas de educação formal e não formal nas áreas de saúde, nutrição, meio ambiente, dentre outras. Essa proposta demanda a necessidade de “*fortalecer alianças*” entre os vários poderes politicamente instituídos:

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação de proporcionar educação básica para todos. Não se pode esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. (WCEFA, 1990, p.7)

---

<sup>22</sup> Para esclarecimentos pertinentes ao termo: **Equidade**, consultar Fortes (2008)

Atento – em virtude de que será pesquisada uma organização não governamental que desenvolve um projeto de inclusão digital - para a presença das organizações não governamentais chamadas a participarem do fortalecimento dessa aliança na perspectiva da mobilização de recursos necessários para cumprir a meta de *Educação para Todos*. Trata-se, de acordo com o referido documento, de mobilizar tanto os atuais, quanto os novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários.

Embora reconhecendo a importância desse documento ao trazer a educação para pauta de discussões com representantes internacionais, recorro a Shiroma (2002) para problematizar essa proposta: Qual seria exatamente o compromisso assumido pelos países naquela conferência? Qual o sentido da “*Educação para Todos*” e seu recorte, o de educação “*básica*” para “*todos*”? De acordo com a referida autora:

Um primeiro problema aqui enfrentado refere-se à expressão “*para todos*” que sugeria uma universalização da educação básica, que no Brasil compreendia desde a educação infantil até o ensino médio, que a Conferência não pretendia. Em segundo lugar, alguns autores compreenderam o conceito *NEBA* (necessidades básicas de aprendizagem) em sua função ideológica de indicar a natureza do ensino a ser ministrado. Isto é, para estratos sociais diferentes, ensinos diferentes, uma vez que as necessidades básicas de um e outro não poderiam ser as mesmas. Reeditava-se o dualismo na educação brasileira, partindo-se do suposto de que as necessidades das amplas camadas empobrecidas eram peculiares, deveriam continuar tendo atendimento diverso do demandado por clientela mais seleta. (SHIROMA, 2002, p. 61-62)

Ainda segundo a mesma, após definir o horizonte político e ideológico de sua atuação e as metas a serem alcançadas pelos países, a Conferência também produziu um diagnóstico sobre vários Estados para, a partir daí, traçar o perfil das condições adequadas à concretização do ideário em discussão. Assim, a Carta por ela aprovada sugeria aos nove países<sup>23</sup> mais carentes, os procedimentos a serem adotados tendo em vista a criação daquelas condições. Torres assim as sintetizou:

1. promover um contexto de políticas de apoio no âmbito econômico, social e cultural;
2. mobilizar recursos financeiros, públicos, privados e voluntários, reconhecendo que o tempo, a energia e o financiamento dirigidos à educação básica constituem o mais profundo investimento que se possa fazer na população e no futuro de um país;

<sup>23</sup> Os **nove países** referidos eram os de maior taxa de analfabetismo do mundo: Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão (SHIROMA, 2002, p.57).

3. fortalecer a solidariedade internacional, promovendo relações econômicas justas e equitativas para corrigir as disparidades econômicas entre nações, priorizando apoio aos países menos desenvolvidos e de menores ingressos e eliminando os conflitos e contendas a fim de garantir um clima de paz. (TORRES apud SHIROMA, 2002, p.60-61)

Como desdobramento dessa indicação, o Brasil elabora seu Plano Decenal, alinhando-se as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência, conforme segue.

### **2.1.1 PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**

No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o *Plano Decenal de Educação Para Todos* para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento as resoluções da *Conferência Mundial sobre Educação Para Todos*, do qual foi signatário e assumiu a responsabilidade de assegurar o direito à Educação, com o compromisso, aliás, já reafirmado na Constituição de 1988, de “erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental”, sem discriminação, com ética e equidade:

Os compromissos que o governo brasileiro assume, de garantir a satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, expressam-se no PLANO DECENAL DE EDUCACAO PARA TODOS, cujo objetivo mais amplo é assegurar, até o ano de 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atenda a necessidades elementares da vida contemporânea. (BRASIL, 1993, p.12-13)

Os compromissos assumidos configuraram-se como uma proposta de governo para ser discutida com toda a sociedade. Ressalta-se que o *Plano Decenal de Educação Para Todos* não se confunde com o *Plano Nacional de Educação* previsto na Constituição e que incluirá todos os níveis e modalidades de ensino. Tampouco se caracteriza como um Plano ao estilo tradicional, em respeito mesmo à organização federativa do país. Delimitando-se no campo da educação básica para todos, que é prioridade mais importante naquele momento, o Plano responde ao dispositivo constitucional que determina “eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental” nos próximos dez anos (BRASIL, 1993, p.14).

O Ministro da Educação e do Desporto, Murílio de Avellar Hingel, no prefácio do documento, afirma que já foi professor na educação básica e conhece as dificuldades e obstáculos que professores e dirigentes escolares enfrentam em seu cotidiano na mais importante meta do País, que é a universalização do ensino fundamental com qualidade, apresentando o documento como “*instrumento-guia na luta pela recuperação da educação básica*”. Conclama a um esforço integrado e compartilhado entre todas as *esferas e agentes*<sup>24</sup> do processo educativo. Propõe ainda,

“discutir o projeto pedagógico da escola, a formação e carreira do professor, a repetência e a evasão, a avaliação e o acompanhamento do aluno, e, também, as condições do prédio, das carteiras, dos equipamentos, das instalações sanitárias, da limpeza, da segurança da escola etc.” (BRASIL, 1993, p.4).

Na sequência, o documento apresenta um roteiro sugestão para a discussão do plano decenal nas escolas, onde afirma ser um conjunto de diretrizes de política em processo contínuo de atualização e negociação, cujo horizonte deve coincidir com a reconstrução do sistema nacional de educação básica, servindo de referência e fundamentação aos processos correspondentes nos planos estaduais e municipais. Entre os objetivos gerais de desenvolvimento da educação básica (BRASIL, 1993), encontram-se:

1. *Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem da crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida social, econômica, social, política e cultural do País, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;*
2. *Universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento:*
  3. *Ampliar os meios e o alcance da educação básica:*
  4. *Favorecer um ambiente adequado à aprendizagem:*
  5. *Fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso:*
  6. *Incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;*

---

<sup>24</sup> São apresentados como **esferas e agentes do processo educativo**: a União, os Estados e Municípios, as escolas, os professores e dirigentes escolares, as famílias e a sociedade civil. (PDE, 1993-2003)

*7. Estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional.*

Como desdobramento do terceiro objetivo tem-se que enriquecer o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes é a forma de ampliar os meios e o alcance da educação básica. Outra forma seria disseminar meios de informação, comunicação e ação social, em apoio às redes escolares locais, incluindo, entre outros programas de educação aberta e a distância, centros de difusão cultural, bibliotecas, núcleos de multimeios e espaços de ação comunitária (BRASIL, 1993).

Com os objetivos propostos, as metas deveriam atender aos escopos mínimos através de duas linhas de atuação. A primeira corresponde a empreender esforços, junto aos vários setores sociais, de elevar o reconhecimento da importância política e estratégica da educação fundamental, salientando que

A mobilização social em torno da qualidade da educação básica exige, ainda, participação organizada dos meios de comunicação de massa, na difusão dos debates públicos sobre o tema e na criação de clima favorável às mudanças educacionais que o País requer. (BRASIL, 1993, p.44)

A segunda linha corresponde à atuação sobre a oferta. Seu eixo norteador é o reordenamento do binômio *qualidade e equidade*, visando a atingir novos padrões educacionais, enfatizando as seguintes ações:

- 1. Estabelecimento de padrões básicos para a rede pública;*
- 2. Fixação dos conteúdos mínimos determinados pela Constituição;*
- 3. Profissionalização e reconhecimento público do magistério;*
- 4. Desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional;*
- 5. Estímulo às inovações;*
- 6. Eliminação das desigualdades educacionais;*
- 7. Melhoria do acesso e da permanência escolar;*
- 8. Sistematização da educação continuada de jovens e adultos.*
- 9. Produção e disseminação do conhecimento educacional e das informações em educação;*
- 10. Institucionalização dos Planos Estaduais e Municipais;*
- 11. Profissionalização da administração educacional.*

O Ministério de Educação e do Desporto – MEC (BRASIL, 1993) apresenta o contexto social, político e econômico do desenvolvimento da Educação Fundamental indicando que a descentralização e a autonomia - no contexto da democratização da sociedade - levam a uma reorganização dos espaços de atuação e das atribuições das diferentes instâncias de governo e da sociedade organizada em torno da educação com novos processos e instrumentos de participação, de parceria e de controle. “As relações mais abertas e transparentes em uma sociedade mais democrática têm permitido que a diversidade étnica e cultural do País se manifeste, apresentando exigências educacionais específicas para grupos e setores que ainda não conquistaram o devido espaço no campo educacional” (BRASIL, 1993, p.21).

O Plano Decenal destaca que o desempenho do sistema educacional brasileiro apresenta alguns pontos críticos que merecem atenção para a formulação de estratégias de desenvolvimento da educação básica para todos. O primeiro ponto se refere a *Qualidade e heterogeneidade da oferta*:

Há cerca de 180 mil escolas que não contam com os equipamentos e materiais mínimos para efetivação do ensino; essas escolas atendem apenas a 25% do total de alunos e situam-se, em sua maioria, na zona rural. Dotá-las desses meios e mesmo supri-las de recursos de educação a distância constitui desafio inadiável a ser enfrentado por todas as instâncias do governo.

Nas 50 mil escolas com mais de quatro salas de aula e seriação completa, que atendem a mais de três quartos dos alunos, a precariedade dos meios é aguda. Há, no entanto, problemas de conservação dos prédios e de qualidade das instalações e dos meios instrucionais. Faltam-lhes, contudo, tecnologias complementares e potencializadoras que, com poucos custos, aumentariam o rendimento e qualidade do ensino. (BRASIL, 1993, p.23)

No fragmento acima, as referências apontam para a utilização da educação a distância como uma das formas de minimizar a *aguda precariedade dos meios*.

O documento ressalta que os resultados insatisfatórios se devem em parte a estas deficiências, mas também a graves problemas de ordem pedagógica: práticas deficientes de avaliação; enorme variabilidade nos objetivos de aprendizagem propostos e efetivamente buscados pelas escolas, além de baixa eficiência da gestão pedagógica. Demonstra ainda que a aquisição de competências comunicativas é dificultada pelo formalismo no ensino de Português, assim como o desenvolvimento de competências intelectivas é insuficiente em Matemática e

Ciências. Outro aspecto importante da problematização é o direcionamento para a formação dos professores:

[...] os professores enfrentam grandes dificuldades para formular estratégias eficazes de ensino – em virtude das insuficientes condições de formação inicial e continua falta de apoio pedagógico e de melhores meios didáticos... Além disso, eles próprios revelam que mal conseguem ministrar, a cada ano, três quartos dos programas propostos; e, com frequência, se verifica – mesmo dentre aqueles professores com titulação mais elevada – que muitos demonstram ter pouco domínio de partes importantes das disciplinas que lecionam. (BRASIL, 1993, p.24)

Observa-se que a proposta inclusiva se fortalece com planos de ampla participação da comunidade, entretanto, trata-se da inclusão sob a perspectiva da concepção neoliberal de educação, em que o Estado conclama novas “parcerias” para “fortalecer alianças” que o desonerem dos custos de sua intervenção.

Na perspectiva da mesma concepção de educação requerida pelo interesse do mercado internacional, favorecida pela política vigente, encontra-se outro importante documento encomendado pela UNESCO e patrocinado pelo Banco Mundial - sob a coordenação do francês Jacques Delors - que alinhado a tais políticas, favorece a implantação das tecnologias inovadoras no espaço escolar, motivo pelo qual nos deteremos em seu exame no próximo item deste escrito. Trata-se do Relatório Jacques Delors.

## 2.2 RELATÓRIO JACQUES DELORS

Na mesma ótica de alinhamento com as políticas neoliberais aplicadas à educação, no contexto da mundialização, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), representada pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, elabora o relatório “*Educação: Um tesouro a descobrir*”. Essa comissão<sup>25</sup> coordenada pelo francês Jacques Delors identifica tendências e necessidades no cenário de incertezas e hesitações que

---

<sup>25</sup> **A comissão** em questão foi presidida por Jacques Delors (França), antigo ministro da Economia e Fazenda e antigo presidente da Comissão Europeia (1985-1995), teve a contribuição de vários especialistas de diversas partes do mundo, dentre eles: In'am Al-mufti (Jordânia), Isao Amagi (Japão), Roberto Carneiro (Portugal), Fay Chung (Zimbábue), Bronislaw Geremek (Polônia), William Gorham (Estados Unidos), Aleksandra Kornhauser (Eslovênia), Michael Manley (Jamaica), Marisela Padrón Quero (Venezuela), Marie Angélique Savané (Senegal), Karan Sing (Índia), Rodolfo Stavenhagen (México), Myong Won Suhr (República da Coreia) e Zhou Nanzhao (China). (DELORS, 1998)

caracterizam o final do século XX, enfatizando o papel que a educação deveria assumir ante os múltiplos desafios do futuro:

[...] a educação surge como trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social [...] entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras... [...] A educação é também, um grito de amor à infância e à juventude, que devemos acolher nas nossas sociedades, dando-lhes o espaço que lhes cabe no sistema educativo, sem dúvida, mas também na família, na comunidade de base, na nação. (DELORS, 1998, p.11)

A Educação é posta como *trunfo*<sup>26</sup> indispensável à humanidade, embora nessa valorização não se esclareça, qual é o espaço atribuído à infância e juventude no sistema educativo. Segundo recomenda o referido relatório, deve se realçar o papel das autoridades públicas,

a quem cabe o dever de apresentar opções claras e de escolher, após ampla concertação com todos os interessados, uma política pública que aponte a direção a seguir, apresente os fundamentos e linhas mestras do sistema e garanta a sua regulação, mediante as necessárias adaptações, quer se trate de estruturas de ensino público, privado ou misto. (DELORS, 1998, p.28).

O Estado não aparece de forma explícita nessa descrição, apenas sutilmente na designação de “*autoridades públicas*” a quem caberia apenas “*apresentar os fundamentos e apontar as linhas mestras*” de ações que não seriam de sua responsabilidade tanto nas estruturas de ensino público, privado ou misto.

Embora formulado em 1993 e concluído em 1996, esse relatório<sup>27</sup> teve sua origem em 1990, na *Conferência Mundial de Educação Para Todos*, promovida pela UNESCO e Banco Mundial, na Tailândia. Esta Conferência tinha como eixo central o papel determinante da Educação como fator de inclusão social, apresentava-se com a intenção de contribuir para uma “*revisão crítica*” da política educacional. Sua principal fundamentação é a de que a crescente industrialização da sociedade

<sup>26</sup> **Trunfo** – Naípe que, em certos jogos de cartas, prevalece sobre os outros; carta desse naípe; espécie de jogo de cartas, com dois, quatro ou seis parceiros; (fig.) pessoa que tem grande influência ou importância social. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Jornal da Tarde).

<sup>27</sup> Em análise ao referido documento observa-se raízes em outro relatório: “*Aprender a Ser*”, também encomendado pela UNESCO na década de 1970 que pode ser consultado *on-line* em (FAURE, 1973).

contemporânea, com suas rápidas transformações, requer uma escola que prepare o indivíduo para o novo, tornando-o adaptável às constantes transformações e desafios do futuro. As teses defendidas no relatório Delors voltam-se para o “*desenvolvimento humano*” para “*a capacidade de raciocinar e imaginar, da capacidade de discernir, do sentido das responsabilidades*” (DELORS, 1998, p. 9).

Para “*levar a bom termo*” as estratégias da reforma proposta, apontam que são três os principais atores que contribuem para o seu sucesso: em primeiro lugar, a comunidade local, em particular, os pais, os órgãos deliberativos, os órgãos diretivos das escolas e os professores; em segundo lugar as autoridades oficiais; em terceiro lugar, a comunidade internacional. Fica evidente a “valorização” dada para a participação da comunidade local: “Quando as comunidades assumem maior responsabilidades no seu próprio desenvolvimento, aprendem a apreciar o papel da educação, quer como meio de atingir os objetivos sociais, quer como uma desejável melhoria da qualidade de vida” (DELORS, 1998, p.26).

Já na primeira parte do documento, a abordagem traz os temas imbricados com a mundialização, quais sejam:

- Um planeta cada vez mais povoado;
- Para uma mundialização dos setores da atividade humana;
- O local e o global.

Com a incumbência de apontar à comunidade mundial, os rumos da Educação para o século XXI, o referido relatório, apresenta seus princípios definidores da estratégia, que está assentado em quatro pilares básicos:

1. **Aprender a conhecer** – combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.

[...] “*aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento*” (DELORS, 1998, p.90 e 101).

2. **Aprender a fazer** – a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas, também aprender a

fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento alternado com o trabalho.

Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. [...] como ensinar o aluno a pôr em prática seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será sua evolução? [...] “a substituição do trabalho humano pelas máquinas tornou-o cada vez mais imaterial e acentuou o caráter cognitivo das tarefas [...]” (DELORS, 1998, p.90-101).

**3. Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros** – desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

“Sem dúvida, esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação [...] “é de louvar a ideia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos” [...] “Por outro lado, o clima de concorrência que caracteriza atualmente, a atividade econômica no interior de cada país, e sobretudo em nível internacional, tem tendência de dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual” [...] Que fazer para melhorar a situação? [...] “Parece, pois, que a educação deve utilizar duas vias complementares. Num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para resolver conflitos latentes”. (DELORS, 1998, p.97-102).

**4. Aprender a ser** – para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez mais capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

[...] mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino. (DELORS, 1998, p.100-102).

Retomo o primeiro postulado para registrar algumas considerações:

**1. Aprender a conhecer** – parte do princípio de que o desenvolvimento tem por objetivo a expansão integral do homem, que demandaria o “*aprender a aprender*”. Essa possibilidade de desenvolvimento demandada pelo “*aprender a aprender*” requer dentre outras iniciativas a da inserção das tecnologias inovadoras no espaço escolar. Pondero que essa iniciativa poderia contribuir para a naturalização de uma concepção de educação pragmática, utilitarista para a qual as pessoas devem se adaptar sob o risco de não acompanhar as rápidas e constantes transformações da modernidade e resultar em processo focado em reforçar os interesses do capital, utilizando para tal fim a educação. Pode se analisar sob este prisma, a recomendação existente no item “*Ampliar a cooperação internacional a toda a aldeia Global*”, onde “*a comissão observa que, nos domínios político e econômico, se recorre cada vez mais a ações de nível internacional para tentar encontrar soluções satisfatórias para os problemas mundiais*” e em uma de suas recomendações aponta a difusão das “*novas tecnologias*” relacionadas com a informação como “*forma de evitar a criação de novo fosso entre países ricos e pobres*” (DELORS, 1998, p.29-30).

Embora o relatório reconheça o agravamento das disparidades sociais como característica da globalização, deixa claro que é necessário e urgente se adaptar às novas necessidades por ela apresentadas, sob o risco de ficar excluído:

[...] outra característica da globalização, a constituição de redes científicas e tecnológicas que liguem entre si, os centros de pesquisa e as grandes empresas do mundo inteiro, tende a agravar estas disparidades. Faz parte destas redes, quem tiver qualquer coisa com que participar: informação ou financiamento; quem pertencer a países mais pobres (pesquisadores ou empresários) arrisca-se a ser excluído. E deste modo se aprofunda a diferença, em termos de conhecimentos, que faz com que deles ficam privados, permaneçam afastados dos pólos de dinamismo. (DELORS, 1998, p.33)

Recorro a Chesnais para demonstrar a ligação existente entre ideologia<sup>28</sup>, política e a concepção de educação em tempos de mundialização. Quando focaliza o tema “*Adaptar-se*”, *mas ao quê?*

---

<sup>28</sup> Para o exame do conceito de **Ideologia**, consultar Mészáros (1996).

[...] no tocante ao “progresso técnico”, a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se *adapte* (esta é a palavra chave, que hoje vale como palavra de ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização é a expressão das “forças de mercado”, por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de ser concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século. (CHESNAIS, 1996, p.25)

Estaríamos todos fadados a nos adaptarmos às inovações trazidas pela mundialização para nos tornarmos competentes para enfrentar as adversidades por ela trazidas?

Parte de uma possível resposta a esse problema pode se encontrar nas concepções de Newton Duarte ao abordar as denominadas pedagogias do *aprender a aprender*. (DUARTE, 2001) defende a tese de que a assim chamada pedagogia das competências<sup>29</sup> é integrante de uma ampla corrente educacional contemporânea, chamando-a de “*pedagogias do aprender a aprender*” porque difundem a ideia de que o mais importante a ser adquirido por meio da educação não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo.

Em artigo publicado pela Revista Brasileira de Educação - Newton Duarte (2001) estabelece as relações existentes entre as pedagogias do *aprender a aprender* e algumas ilusões da assim chamada *sociedade do conhecimento* focalizando quatro posicionamentos valorativos contidos no lema *aprender a aprender*, os quais passo a apresentar concisamente:

O primeiro posicionamento pode ser assim formulado: *são mais desejáveis as aprendizagens que o indivíduo realiza por si mesmo, nas quais está ausente a transmissão, por outros indivíduos, de conhecimentos e experiências*. Sobre esse posicionamento o Duarte deixa claro que não discorda da afirmação de que a educação deva desenvolver no indivíduo a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão. Mas, segundo ele, procura analisar o fato de que as pedagogias do *aprender a aprender* estabelecem uma hierarquia valorativa na qual aprender

---

<sup>29</sup> Sobre a **pedagogia das competências**, consultar: Perrenoud, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

sozinho situa-se num nível mais elevado do que a aprendizagem resultante da transmissão de conhecimentos por alguém.

O autor entende ser possível postular uma *“educação que fomente a autonomia intelectual e moral através justamente da transmissão das formas mais elevadas e desenvolvidas do conhecimento socialmente existente”*. (DUARTE, 2001)

O segundo posicionamento valorativo: *é mais importante o aluno desenvolver um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que esse aluno aprender os conhecimentos que foram descobertos e elaborados por outras pessoas. É mais importante o método científico do que o conhecimento científico já existente*. Concordamos com o autor, ao relacionar esse posicionamento ao primeiro, pois, segundo ele, o indivíduo só poderia adquirir o método de investigação, só poderia *aprender a aprender* através de uma atividade autônoma.

O terceiro posicionamento valorativo seria o de que *a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança*. Segundo o autor, *a diferença entre esse terceiro posicionamento valorativo e os dois primeiros consiste em ressaltar que além do aluno buscar por si mesmo o conhecimento e nesse processo construir seu método de conhecer, é preciso também que o motor desse processo seja uma necessidade inerente à própria atividade do aluno*. O que sinaliza a valorização de uma concepção de educação funcional.

No quarto posicionamento valorativo observado por Newton Duarte, *a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança, ou seja, enquanto a educação tradicional seria resultante de sociedades estáticas, nas quais a transmissão de conhecimentos e tradições produzidas pelas gerações passadas era suficiente para assegurar a formação das novas gerações, a nova educação deve pautar-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações em ritmo acelerado tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses* (DUARTE, 2001). O autor não deixa dúvidas quanto ao sentido ideológico do lema *aprender a aprender* que atende à necessidade do capital e encontra na educação um meio de se fortalecer, se nós educadores, concebermos essa funcionalidade na formação da capacidade adaptativa dos indivíduos para a pretensa *sociedade do conhecimento*.

O documento presidido por Jacques Delors apresenta uma concepção que defende a educação como sendo a “chave” para o “tesouro a descobrir”. Compreende-se, nesse sentido, a importância de enfatizar a solidariedade entre os povos e governos, porque se o problema não for resolvido somente com a educação, e sabem que não o será, melhor que cada pessoa, povos e governos sejam solidários entre si, simplesmente porque a transformação social a partir dos problemas estruturais da sociedade capitalista não está em pauta.

Conforme pude observar ao analisar o Relatório Jacques Delors, a concepção de uma educação voltada para interesses do capital, aparece justificada por meio de uma necessidade gerada pelo “novo cenário de incertezas”, justamente criado para atendê-lo. Nesse cenário o papel da educação seria essencial e apresenta-se como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais da paz, de liberdade e de justiça social, pois o mundo em constante transformação requer “um novo homem”, sujeito capaz de educar-se continuamente ao longo de sua vida e de responsabilizar-se pelo seu sucesso ou fracasso, diante de um Estado que se exime de responsabilidades, embora aponte os caminhos a serem seguidos.

A análise dos outros dois documentos: Declaração Mundial sobre Educação para todos e Plano Decenal de Educação Para Todos, nos remete a compreensão das políticas educacionais articuladas vivenciadas na década de 1990, momento, que como tentamos demonstrar, de fato ocorreu uma intensificação dos processos de mundialização do capital.

A dimensão ideológica apresentada por alguns autores, dentre eles, François Chesnais e Newton Duarte, no que se refere às políticas educacionais torna-se evidente, considerando que as mesmas estão fortemente imbricadas e direcionadas aos interesses dos grupos dominantes. Esse traço das políticas educacionais nos faz retomar o conceito de ideologia proposto por István Mészáros (1996), pois se trata de uma “forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. Todavia por não ser objetivo específico desta dissertação, a complexa discussão sobre ideologia não será aprofundada.

A análise aqui desenvolvida refere-se apenas a um recorte que se faz possível diante de tantas outras determinações que se apresentam ao contexto da política educacional examinado, mas, que permitem compreender algumas consequências dessas políticas vivenciadas no cotidiano escolar. Assim, após a exposição de algumas das mediações existentes entre as políticas de plano

internacional e os interesses dos setores dominantes da sociedade brasileira, examino a presença das novas tecnologias nesse contexto. Trata-se de estabelecer outras mediações para avançar numa possível resposta ao problema que orienta esta Dissertação: qual a contribuição das novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba para a denominada inclusão digital?

### 3 REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Segundo alguns autores que apresento na sequência, a presença das inovações tecnológicas como a informática e as tecnologias da informação, fariam parte de uma *Revolução tecnológica*, tema que trato a seguir.

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA.

Ao pensar a revolução tecnológica, tomo como suas marcas as invenções, as descobertas ou as criações realizadas pelo homem, que afetam, de forma profunda, ampla e generalizada, os conhecimentos, os costumes e as práticas cotidianas do seu meio a partir da base material e produtiva que a determina. Embora a inovação técnica tenha presença marcante ao longo do desenvolvimento econômico, observa-se que certos momentos históricos concentram um conjunto de modificações tecnológicas, com capacidade de alterar não apenas o processo produtivo, mas também a conformação de toda a sociedade. Tanto o primeiro período de inovação, iniciado pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII, como o segundo, ocorrido cerca de cem anos depois, foram marcas constitutivas da profunda modificação nas bases técnica e material do capitalismo contemporâneo, capazes de assegurar novos ciclos de acumulação de capital.

A Terceira Revolução industrial tem por base, sobretudo, a microeletrônica, a microbiologia, a biotecnologia, a engenharia genética, as novas formas de energia, a robótica, a informática, a química fina, a produção de sintéticos, as fibras óticas, os chips, etc. Ou seja, está assentada principalmente na *microeletrônica*, na *microbiologia* e na *energia termonuclear*. Essa tríade aponta, em grande parte, os caminhos do conhecimento e as perspectivas do desenvolvimento da humanidade e consolida-se na segunda metade do século XX, trazendo reflexos que atingem o atual momento. Nesse período se aceleram e aperfeiçoam os meios de transporte e as comunicações. Aumenta a velocidade da escala de produção, da organização do processo produtivo, da centralização do capital, da organização do processo de trabalho e da qualificação dos trabalhadores (LIBÂNIO, 2003).

Tornam-se comuns termos como realidade virtual, ciberespaço, hipermídia, correio eletrônico e outros, expressando as novas realidades e possibilidades informacionais através da Internet – Rede internacional de comunicação. Acontece o

que se chama de revolução informática – surgimento de uma nova linguagem comunicacional: o uso de fibras óticas, satélites, as redes de informação on-line e as empresas *pontocom*. As mídias se tornam mais ágeis com transmissão via cabo e assinatura.

Surgem novas possibilidades de entretenimento e de educação – TV interativa, educação à distância, vídeos, softwares, etc. Há um acúmulo de informações e das infindáveis condições de armazenamento através de diversas mídias. A chamada *revolução informacional* (TOFFLER, 1993) trouxe mudanças intensas no cotidiano e nos processos de trabalho. Ciência e tecnologia são transformadas em matérias primas por excelência.

A revolução da microeletrônica, dentre as demais, segundo Libâneo (2003), é a que pode ser mais facilmente percebida no nosso cotidiano através dos objetos de uso pessoal, como agendas eletrônicas, calculadoras, relógios digitais, telefones celulares etc. e de modernos utensílios domésticos como forno de microondas, televisores com tela de plasma, fax, computadores de uso pessoal, etc. Os serviços gerais oferecidos também mudaram através de terminais de auto-atendimento em órgãos públicos, escolas e bancos, jogos eletrônicos, balanças digitais, caixas eletrônicos e outros. Já é possível perceber que essas manifestações, bem como a permanente introdução de artefatos tecnológicos no cotidiano das pessoas vêm promovendo alterações nas necessidades, nos hábitos, nos costumes, na formação de habilidades cognitivas e até na compreensão da realidade em sua dimensão virtual.

O computador aparece como importante meio dessa revolução. Para muitos, ele constitui *a maior invenção do século*, segundo Schaff (1990), porque seu fascínio, aperfeiçoamento e sua utilização parecem não ter limites aplicando-se em diferentes campos da atividade humana: lazer, educação, saúde, agricultura, indústria, comércio, pesquisa, transporte, telecomunicação, informação, etc. Começa a fluir uma cultura digital pela qual, todos se sentem fascinados ou pressionados a participar e adquirir seus produtos, sob pena de se tornarem superados ou de serem excluídos das atividades que realizam. O computador tem ainda em seu favor o fato de ter se tornado sinônimo de modernização, de eficiência e de aumento de produtividade em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, fazendo com que exista uma compreensão extensiva e intensiva de que é imperioso informatizar.

O impacto da revolução da microeletrônica no setor de serviços é um tanto singular. Por meio da informatização e da adoção de novas tecnologias e formas de gerenciamento, o setor está se modernizando. O papel do trabalhador também está sofrendo alterações dessas transformações sócio-históricas e culturais.

Um dos estudiosos das transformações advindas da tecnologia é Manuel Castells<sup>30</sup>, a partir das principais tecnologias, locais de trabalho típicos e forma de organização, visualiza três períodos civilizatórios, conforme tabela que segue:

**Tabela 1: As três revoluções industriais**

	Primeira Revolução Industrial	Segunda Revolução Industrial	Terceira Revolução Industrial
<b>Início</b>	Final do século XVIII	Final do século XIX	De meados do século XX até seu final
<b>Tecnologias Principais</b>	Prensa tipográfica, Máquina a vapor, Maquinário	Energia elétrica, combustão interna, telégrafo, telefone.	Transistor, computadores pessoais, telecomunicações, Internet.
<b>Local de trabalho típico</b>	Oficina	Fábrica	Escritório
<b>Organização</b>	Mestre-aprendiz-servo	Grandes hierarquias verticais	Redes horizontais

(CASTELLS apud WARSCHAUER, 2006, p. 32)

Em relação aos três períodos civilizatórios da humanidade apresentados, é importante assinalar que o aspecto dominante de um modo de produção em um determinado período não elimina os modos de produção anteriores, entretanto os influencia permanentemente. Assim, a agricultura e a indústria continuam a existir, mas são influenciadas pela tecnologia da informação e pelos meios de comunicação hoje predominantes.

Segundo Castells (1986), estaríamos vivenciando a Terceira Revolução Industrial, que se trata uma “*sociedade informacional*” dada por meio de uma *revolução tecnológica informacional*:

<sup>30</sup> **Manuel Castells** é autor de mais de duas dezenas de livros e centenas de artigos, escreveu a célebre trilogia “A Era da Informação”, que inclui A Sociedade em Rede (1997), O Poder da Identidade (1998) e Fim de Milênio (1998). A obra, considerada referencial para a compreensão das transformações sociais recentes, é resultado de 12 anos de estudos sobre os mais variados aspectos da nova sociedade tecnológica, da história da informática às transformações no trabalho e nos costumes.

A revolução tecnológica informacional tem sido estimulada em suas aplicações pela demanda gerada pelas transformações econômicas e organizativas. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias constituem a base material indispensável para tais transformações. (CASTELLS et al, 1986)

A esta revolução tecnológica informacional – o referido autor chama de *informacionalismo* – pois a base material, segundo ele, se constitui das novas tecnologias. Castells (1999) identifica quatro características que distinguem a sociedade informacional - *informacionalismo*, do estágio industrial anterior: o papel da ciência e tecnologia como força motora para o desenvolvimento econômico; uma mudança da produção material para o processamento de informações; a emergência e a expansão de novas formas de organizações industriais baseadas em redes; e a ascensão da globalização socioeconômica. Segundo Castells (2003) estamos, na verdade, em meio a uma explosão de informações, porém é o trabalho que continua sendo a fonte de produtividade, inovação e competitividade, sendo mais importante que nunca numa economia que depende da capacidade de descobrir, processar e aplicar informação, cada vez mais on-line:

Uma economia eletrônica requer o desenvolvimento de um aprendizado eletrônico como companheiro permanente da vida profissional. **As características mais importantes desse processo de aprendizado são, em primeiro lugar, aprender a aprender**, já que a informação mais específica tende a ficar obsoleta em poucos anos, pois operamos numa economia que muda com a velocidade da Internet; em segundo lugar, a capacidade de transformar a informação obtida a partir do processo de aprendizado em conhecimento específico. (CASTELLS, 2003, p. 77 – os grifos são meus)

Ainda recorrendo a Castells, essa economia eletrônica não pode funcionar sem profissionais capazes de navegar, tanto tecnicamente quanto em termos de conteúdo, nesse profundo mar de informação, organizando-o, focalizando-o e transformando-o em conhecimento específico, apropriado para a tarefa e o objetivo do processo de trabalho. Essa concepção de *sociedade da informação – informacionalista*, na qual se observa fundamentos das pedagogias do *aprender a aprender*, assim como no Relatório Jacques Delors, estão expressas nos PCN, conforme Duarte (2004) de forma eufemística:

Desde a construção dos primeiros computadores, na metade deste século, novas relações entre conhecimento e trabalho começaram a ser delineadas. Um de seus efeitos é a exigência de um reequacionamento do papel da

educação no mundo contemporâneo, que coloca para a escola um horizonte mais amplo e diversificado do que aquele que, até poucas décadas atrás, orientava a concepção e construção dos projetos educacionais. Não basta visar à capacitação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. *Essas novas relações entre conhecimento e trabalho exigem capacidades de iniciativa e inovação e, mais do que nunca, “aprender a aprender”*. Isso coloca novas demandas para a escola. A educação básica tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente. (BRASIL apud DUARTE, 2004, p.63-64 – grifos do autor)

Concordo com Duarte ao observar que essa passagem estabelece claramente as relações do aprender a aprender e o discurso sobre a necessidade de formar um indivíduo capaz de readaptar-se ao mercado de trabalho em constante mutação. Segundo o mesmo autor, há outra concepção articulada a essa, é a de que estaríamos vivendo numa sociedade onde o sucesso e o insucesso de indivíduos, empresas e instituições, depende basicamente da maior ou menor capacidade de buscar conhecimentos e informações com rapidez e saber utilizá-los com criatividade, adaptando-se a novos ritmos e processos, dominando as novas tecnologias e linguagens, em suma, adaptando-se a um novo tipo de relações entre conhecimento e trabalho.

Finalmente trago as contribuições de Jean Lojkine<sup>31</sup>(2002). Em seu livro *Revolução Informacional* faz uma crítica aos debates sobre o sentido de ser, atribuído às mutações tecnológicas, afirma que *determinismo contra indeterminismo*<sup>32</sup> tecnológicos, nova civilização “pós-industrial” contra a perenidade do processo de “desqualificação-superqualificação” do trabalho, “taylorismo” contra

---

<sup>31</sup> **Jean Lojkine** – É um professor francês atípico: teórico, possui vastíssima experiência em pesquisa de campo; acadêmico, tem ampla e diversificada participação social; radicado em Paris, revela interesses e atenções que transcendem a Rive Gauche; marxista, inovador, mantém-se vinculado ao PCF. Nos anos 70, Lojkine dedicou-se à pesquisa sobre o urbano e os movimentos sociais; na década passada, voltou-se para as transformações do mundo do trabalho e o projeto antroponômico; atualmente, centra sua investigação sobre a revolução informacional. (Apresentação de João Paulo Netto em LOJKINE, 2002).

<sup>32</sup> **Determinismo X Indeterminismo** – a corrente **determinista** vê simplesmente no meio de trabalho a condição de um trabalho presente, mas esquece que este, por seu turno, modifica o trabalho passado que “ressuscita”. A corrente **indeterminista** na linha de Adam Smith, vê no instrumento de trabalho tão somente o “produto” de uma relação social, mais exatamente, de um sistema organizacional de que ele é apenas uma espécie de “forma cristalizada”, puramente passiva (LOJKINE, 2002, p.57).

“pós-taylorismo” – são termos que variam, mas a *antinomia*<sup>33</sup> permanece idêntica entre abordagens unilaterais e sistêmicas. Segundo ele, as abordagens repousam sobre dois campos que se excluem mutuamente, o que conduz a um diálogo de surdos: de um lado, o tempo longo de grandes perspectivas históricas, as “utopias” dos engenheiros exploradores de “potencialidades” dos sistemas tecnológicos; de outro, o tempo curto da vida cotidiana nos locais de produção, onde o sociólogo tem o prazer de desmascarar o fosso que separa as belas promessas dos vendedores de materiais ou dos dirigentes de empresa da “realidade” que é o trabalho precário, a intensificação do trabalho, a divisão entre os ganhadores e os excluídos da “modernização” tecnológica. Segundo este autor, de alguma maneira, as novas abordagens ditas “sistêmicas” dão continuidade à controvérsia tradicional, alimentando a “racionalidade unívoca das utopias dos engenheiros” em torno das capacidades organizacionais (integrativas e interativas) das Novas Tecnologias da Informação (LOJKINE, 2002). Explica que revolução informacional é primeiramente uma *revolução tecnológica de conjunto*, que se segue à revolução industrial em vias de terminar:

Uma revolução tecnológica de conjunto não se reduz, à revolução do instrumento de trabalho, ainda que esta seja essencial. Nascida no e com o capitalismo, a revolução industrial, com efeito, foi marcada, inicialmente, pela divisão de atividades, de funções e de homens: divisão, é claro, não só entre trabalho produtivo e o trabalho improdutivo de valor (e de mais valia), mas, também, entre a indústria e os serviços, entre o tempo de trabalho “necessário” e o tempo de trabalho “livre”, entre a atividade profissional e a atividade doméstica, entre o espaço público e o espaço privado. (LOJKINE, 2002, p.14)

O referido autor argumenta que atualmente emergem enormes *possibilidades* por para ultrapassar as divisões supracitadas, apesar das pressões sempre dominantes (sócio-econômicas, políticas, ideológicas) para conservá-las. A essas possibilidades ele denomina *potencialidades tecnológicas contraditórias*<sup>34</sup>:

---

<sup>33</sup> **Antinomia** – contradição entre duas leis ou princípios; oposição recíproca de duas coisas ou pessoas; (filos.) segundo Kant, conflito entre as leis da razão pura, quando esta procura resolver os problemas fundamentais da cosmologia racional (DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LINGUA PORTUGUESA, 1993).

<sup>34</sup> **Potencialidades tecnológicas contraditórias** – relação antagônica mediatizada pelo complexo de forças produtivas humanas, que tem uma dupla dimensão – técnica (divisão técnica do trabalho) e social (divisão social do trabalho). Somente a combinação contraditória destas duas dimensões pode explicar, de maneira não unilateral, como se opera a interação dialética entre as forças produtivas e as relações sociais de produção (LOJKINE, 2002, p.53).

O instrumento informático pode permitir, conectado a outras técnicas de comunicação, a criação, a circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora monopolizadas e, em parte esterilizadas, por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais. (LOJKINE, 2002, p.15)

Lojkine afirma que a revolução informacional constitui o anúncio e a *potencialidade* de uma nova civilização, pós-mercantil, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens historicamente, desde que existem as sociedades de classe. Além disso, demonstra a inadequação dos termos “*segunda revolução industrial*”, “*revolução científica e técnica*”, “*revolução informática*” etc., para definir a revolução tecnológica que começa. Isso porque, segundo ele, não se trata de uma *segunda revolução “industrial”* que reproduziria as características daquela do século XVIII; também não se trata da “*revolução do computador*” e nem mesmo, ainda, do que se compreende por “*automação*” no sentido mais rigoroso do termo. A transferência de novas funções cerebrais abstratas para as máquinas é o que caracteriza a automação, mas também está no coração da revolução informacional, já que tal transferência tem como consequência fundamental deslocar o trabalho da *manipulação* para o *tratamento da informação*. Nesse sentido,

A revolução informacional nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação de certas funções manuais e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial. (LOJKINE, 2002, p.14)

Seu ponto de vista, apoiado no conceito marxiano de *forças produtivas*<sup>35</sup>, procura superar abordagens unilaterais deterministas e indeterministas das mutações tecnológicas. Lojkine (2002) questiona, por meio de Lucien Sève, se o conceito forças produtivas “*não se torna muito estreito para pensar o conjunto, em formidável expansão, de meios objetivos requeridos pelas atividades humanas*” a partir do patamar em que “*produção de coisas e produção de homens se interpenetram*<sup>36</sup> *de modo crescente*”, convertendo “*em cada vez mais obsoleta a distinção capitalista entre trabalho “produtivo” e trabalho “improdutivo”* e em cada

---

<sup>35</sup> **Forças produtivas** – elaborado por Marx, trata-se de um conceito específico para apreender, na sua globalidade, as relações dialéticas entre o homem, seus meios de trabalho e a natureza (LOJKINE, 2002, p.48).

<sup>36</sup> Interpenetram - **interpenetração**, não é o mesmo que  *fusão* nem *substituição* (LOJKINE, 2002, p.50).

vez mais ‘estreita’ a concepção de materialidade suposta neste conceito”. Como resposta a esta indagação que atravessa o conjunto do *livro*<sup>37</sup>, afirma que a solução não está em alargar o conceito de materialidade, confundindo, por exemplo, materialidade e objetividade social e considerando, como o fazem os defensores da “sociedade pós-industrial”, que o informacional substituiu o material. A noção de forças produtivas, segundo ele, contrapõe-se a concepção neutra, passiva, da “tecnologia” como simples reflexo de uma relação social – “força” implica, de fato, uma ação; “*produtiva*” implica uma ação de transformação da natureza material. Exemplifica:

Um computador, realmente, não é uma pura “tecnologia intelectual”, um simples instrumento de “representação” do mundo, como postula uma parte dos cognitivistas; antes, ele é um instrumento de *transformação* do mundo, material e humano. Produto sócio-histórico (o computador atual nasceu do complexo militar-industrial norte-americano ao fim da segunda guerra mundial), o computador é também uma *condição material* essencial para a elevação da produtividade do trabalho em todas as esferas de atividade. Calcular parâmetros balísticos para foguetes, um tipo de superfície para uma peça a usinar, simular as atividades da mão num setor de pintura ou de soldagem, gerir os estoques de peças – tudo isto é também aumentar a produtividade na indústria aeronáutica ou automobilística. (LOJKINE, 2002, p.49)

Desta forma, Jean Lojkin nos indica que a objetivação crescente de funções intelectuais nas tecnologias da informação não suprime em absoluto seu caráter de forças produtivas, conceito, aliás, que ele considera duplamente original porque remete ao papel decisivo conferido à relação entre homem e a natureza material, à maneira de produzir, ou seja, ao instrumento de seu trabalho e também à articulação específica que Marx estabelece, na maneira de produzir, entre os meios materiais e os meios humanos de trabalho – isto é: o modo e organização técnico, mas também social, dos homens. Afirma que, somente a combinação contraditória das dimensões técnica e social, pode explicar, de maneira não unilateral, como se opera a interação dialética entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, conferindo plenamente, assim, seu sentido à noção de “potencialidades” tecnológicas contraditórias (LOJKINE, 2002).

No contexto dessas potencialidades tecnológicas contraditórias, observa-se que no mundo inteiro é tendencial a diminuição do trabalho humano braçal que tem sido substituído por máquinas através da modernização da produção, entretanto, tal

---

<sup>37</sup> SÈVE, Lucien - **Communisme. Quel second souffle?**. Paris, Messidor, 1990.

fato não tem servido para a melhoria da qualidade de vida de todos os indivíduos e nações, propiciando e ou contribuindo para a diminuição da fome, da miséria e aproveitamento do tempo livre para atividades humanizadoras. Isto nos leva a questionar o sentido humanizado dessa revolução tecnológica. A organização do trabalho torna-se mais flexível, integrada globalmente e passa a demandar um trabalhador também mais flexível. Ao espaço escolar são requeridas mudanças para acompanhar as constantes transformações, dentre as quais, a da formação dos sujeitos para a chamada “sociedade do conhecimento”.

Todavia, em relação a essa expressão considero relevante o argumento de que:

[...] o aumento da influência da informação na economia não significa de nenhuma maneira a conversão do capitalismo numa **“sociedade da informação”**, como imaginam numerosos autores. A crescente valorização de um recurso em detrimento de outros na produção generalizada de mercadorias não altera a natureza da reprodução do capital. A **“sociedade do conhecimento”** é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia. Por esta razão, os parâmetros que regem o manejo, distribuição e conhecimento (ou des-conhecimento) da informação são comuns às regras dominantes em qualquer outra atividade social. Usualmente, os teóricos da sociedade da informação partem de uma definição lata do termo, que dá lugar a uma quantificação irreal das atividades informativas. (KATZ apud NEVES, p.50 – os grifos são meus)

A concepção idealizada da denominada *sociedade do conhecimento* contribui para sua naturalização, que como observa-se, é uma construção ideológica. Em análise a essa forma de atuação, observo que a inclusão digital requerida nos discursos atuais é apresentada com objetivo de atender a demanda de uma concepção distorcida de “sociedade do conhecimento”, que atenderia realmente os interesses do capital.

Com base no exposto direciono a partir de agora o meu estudo para a abordagem da requerida *inclusão digital* que tem sido um dos campos de atuação das organizações não-governamentais, com a finalidade de esclarecer seu significado e desdobramentos no contexto da sociedade brasileira em curso.

### 3.2 INCLUSÃO DIGITAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Abordar o tema inclusão digital chega a causar certo estranhamento diante da exclusão social existente tanto em nível mundial quanto internamente. Segundo Marcio Pochmann (2003), para alguns pensadores como Celso Furtado, Milton Santos e Fernando FAjnzyber, é impossível separar a profundidade das desigualdades sociais e regionais que afligem o povo brasileiro da forma dependente como o país se insere na divisão internacional do trabalho. O fato de a industrialização brasileira ter sido conduzida dentro de um padrão imitativo de consumo modificou, sem superar, os laços de dependência e terminou por reforçar o elitismo e a exclusão social. Segundo ele,

O Brasil mudou muito ao longo do século XX, contudo, as desigualdades sociais mantiveram-se inalteradas. Por isso, a identificação do complexo quadro de diferenciações sociais e regionais assume relevância destacada diante das atuais possibilidades de enfrentamento da exclusão do país. (POCHMANN, 2003, p.9)

O simples reconhecimento das desigualdades sociais nos torna impotentes diante das desigualdades sociais existentes. Entretanto, segundo a concepção de alguns autores, se a realidade apresenta-se de forma contraditória existe a possibilidade de trabalho contra-hegemônico nesse movimento de “transmutação” de excluídos em incluídos. Quando falamos em exclusão digital a mesma lógica se torna viável, pois a nossa capacidade atual de conexão, comunicação e de informação pode alterar a nossa posição em relação ao mundo e a nossa capacidade de compreendê-lo. Mas o que seria um excluído digital para esses autores?

Sérgio Amadeu da Silveira<sup>38</sup> (2006) define a exclusão digital como a falta do acesso à Internet, atendo-se para uma inclusão digital dos aspectos físicos (computador e telefone) e técnicos (formação básica em softwares).

---

<sup>38</sup> **Sérgio Amadeu da Silveira** é doutor e mestre em Ciência Política pela USP, é sociólogo e pesquisador da área de Comunicação e Tecnologia. Foi membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (2003-2005) e presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (2003-2005). Coordenou o Governo Eletrônico da Prefeitura de São Paulo (2001-2003). Autor de diversas publicações, entre elas, Exclusão Digital: a miséria na era da informação e Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento. No Lato Sensu da Faculdade Cásper Líbero, ministra as disciplinas Desafios e Teorias da Sociedade Informacional e Internet e, Práticas Colaborativas.

A luta pela inclusão digital, segundo ele, pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos socialmente excluídos da tecnologia da informação, como também pode ser mais um modo de estender o localismo globalizado de origem norte americana, mais uma forma de utilizar um esforço público de sociedades pobres para consumir produtos dos países centrais. Alerta ainda que,

As oportunidades dos incluídos na *sociedade da informação* são bem maiores do que as daqueles que vivem o *apartheid* digital. Para se obter um emprego, cada vez mais será preciso ter alguma destreza no uso do computador. Com a ampliação da comunicação em rede, além da informação básica será necessário conhecer bem a navegação e os recursos da Internet. (SILVEIRA, 2001, p.18)

O referido autor aponta que, por estes motivos, a exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. Compara o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva decorrentes dessa exclusão, aos estragos que a fome gera nos primeiros anos de vida de uma criança. Por isso não considera correto classificar a exclusão digital como mera consequência da exclusão social. Afirma que, além de ser um veto cognitivo e um rompimento com a mais liberal das ideias de igualdade formal e de direito de oportunidade, a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional. Segundo ele, desconhecer seus procedimentos básicos é amargar a nova ignorância.

Outro aporte relevante sobre o tema da exclusão digital é propiciado por André Lemos<sup>39</sup> e Leonardo Figueiredo Costa<sup>40</sup> que a definem como a falta de

---

<sup>39</sup> **André Lemos** (alemos@ufba.br) é professor associado da Faculdade de Comunicação da UFBA, Doutor em Sociologia pela Université René Descartes, Paris V, Sorbonne. Diretor do Centro Internacional de Estudos Avançados e Pesquisa em Cibercultura, Ciberpesquisa, consultor da Fapesp, CNPq e CAPES. Pesquisador 1B do CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Cibercidade (GPC), credenciado pelo CNPq. Foi editor da revista científica "Textos de Comunicação e Cultura Contemporânea" da Facom/UFBA de 1997-1999. Atualmente é editor assistente da revista Contemporânea (Facom/UFBA), e de várias revistas eletrônicas. Foi Chefe do Departamento de Comunicação da Facom/UFBA em 1997, Diretor substituto da Facom/UFBA em 1998 e coordenador do Programa de Pós-Graduação de Comunicação e Cultura Contemporâneas de 1997 a 2000. Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS - de 2003 a 2005 (Disponível em <<http://www.andrelemos.info/minicv.pdf>> acesso em 10 mai. 2009).

capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica de acesso às novas tecnologias e aos desafios da sociedade da informação. Afirmam que estar inserido digitalmente hoje é condição fundamental para a existência de cidadãos plenos na interação com esse mundo da informação e da comunicação. Porém a maioria das pessoas vive numa realidade com um grande número de desigualdades e miséria, e a inclusão digital não pode perder isto de vista, buscando, ao menos, o desenvolvimento do indivíduo no binômio da inclusão digital e social (LEMOS e COSTA, 2005).

A questão da exclusão é crucial com o crescente desenvolvimento da cibercultura<sup>41</sup>, segundo Pierre Lévy (1999), que não utiliza a terminologia *inclusão digital*, mas aponta as consequências excludentes que acompanham o crescimento do ciberespaço. “A *cibercultura provoca exclusões? [...] é, evidentemente, uma pergunta central em uma sociedade mundial na qual a exclusão (ou seja, a forma contemporânea da opressão, de injustiça social e de miséria) é uma das principais doenças*” (LÉVY, 1999, p. 235). Segundo o referido autor, o estudo das estatísticas mostra que as maiores densidades de acesso ao ciberespaço e de uso das tecnologias digitais coincidem com os principais núcleos mundiais de pesquisa científica, de atividade econômica e de transações financeiras. Contudo:

O efeito espontâneo da expansão do ciberespaço é aumentar as capacidades de controle estratégico dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vastas e dispersas. Ainda assim, uma política voluntarista da parte dos poderes públicos, de coletividades locais, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode colocar o ciberespaço a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas explorando ao máximo seu potencial de inteligência coletiva. (LÉVY, 1999, p. 185)

Ao mesmo tempo em que as políticas educacionais contribuem para a *nova pedagogia da hegemonia* (NEVES, 2005) – a ser tratada de forma mais criteriosa no

---

<sup>40</sup> **Leonardo Figueiredo Costa** é doutorando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, com período sanduíche na Université Paris III (Sorbonne Nouvelle). Mestre em Cibercultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas UFBA. Professor substituto da Faculdade de Comunicação UFBA (de 2006 a 2007). Prêmio de melhor trabalho de graduação no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação (Intercom), realizado em 2005. Graduado em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura (UFBA - 2004). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Cultura e Desenvolvimento, Organização da Cultura e Cibercultura (Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/7046772000388273>> acesso em 10 mai. 2009).

<sup>41</sup> Em relação a **Cibercultura** ver LEMOS (2002).

próximo Capítulo desta Dissertação - das quais entendo fazer parte as pedagogias do “aprender a aprender” que legitimam o uso de novas tecnologias subordinado aos interesses do capital, é possível derivar das contribuições de Lévy (1999), Pochmann (2003), Silveira (2001, 2006), Lemos e Costa (2005), Castells (2005) e Neves (2005), que a inclusão digital torna-se uma possibilidade para a contra-hegemonia. No entanto, a reflexão acerca dessa possibilidade foge ao foco deste escrito, optando-se por atentar para as relações entre a inclusão digital e as políticas públicas assumidas pelo Estado brasileiro nos anos 90 do século passado.

O marco inicial nas políticas públicas brasileiras de alinhamento ao cenário global que requer a inclusão digital foi a *Lei da Informática*<sup>42</sup> nº. 8.248 de 23 de outubro de 1991, a qual dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação. Como parte do programa de reformas que incidiram sobre vários segmentos da sociedade, essa lei significou a principal abertura para a informática adentrar o nosso país. Segundo o Ministério de Ciência e Tecnologia, a referida lei deve atender aos imperativos de desenvolvimento subjacentes às mudanças ocorridas na economia mundial, imperativos esses assentados na tríade formada por capital humano, tecnologia e flexibilidade institucional. E que demandaram para o setor de Informática sua reestruturação.

A década de 90 iniciou-se, portanto, com uma mudança expressiva na política de informática do País, rumo a um modelo mais aberto, simbolizado pela redução significativa de alíquotas de importação para diversos itens. A necessária preocupação em dar suporte à indústria instalada no País, e a exigência de se criar o ambiente de atratividade para o capital externo,[...], culminou na sanção da Lei 8248/91 de Incentivos Fiscais em Informática, que só foi regulamentada em 1993. No que tange ao domínio das inovações tecnológicas de produtos e de processos em áreas-chave do setor, o Governo brasileiro sempre incentivou e continua incentivando, através de investimentos em pesquisa e desenvolvimento - P&D, uma maior participação do setor produtivo privado nos dispêndios de C&T no País, uma maior interação entre os setores produtivo e acadêmico e a expansão do parque industrial de informática, gerando mais empregos qualificados associados a esse setor, além de estimular a difusão do uso da informática como meio de modernização de outros setores industriais e de serviços. (BRASIL, 2000)

---

<sup>42</sup> **Leis de Informática** – Lei nº. 8248 de 23/10/91, Lei nº. 10.176 de 11/01/2001, Lei nº. 11.077, de 30/12/04, Decreto nº. 3.800, de 20/04/01: regulamenta a Lei nº. 8.248/91, alterada e complementada pela Lei nº. 10.176/01 (este decreto foi revogado pelo Decreto nº. 5.906/06), Decreto nº. 5.906, de 26/09/06. Essas leis podem ser acessadas livremente no site do Ministério da Ciência e Tecnologia em <<http://200.130.9.7/Temas/info/Default.htm>>.

O Ministério da Ciência e Tecnologia (2000) aponta que o início da década de 1990 é, por outro lado, marcado pelo lançamento de várias iniciativas nacionais em Informática, dentre as quais se apresentam:

- Rede Nacional de Pesquisa – RNP, que visava implantar uma Internet para educação e pesquisa em todo o País;
- Programa Temático Multi-institucional em Ciência da Computação (ProTeM-CC), que visava estruturar e apoiar um modelo de pesquisa consorciada entre entidades acadêmicas e o setor privado;
- Software para Exportação, SOFTEX - que visava estruturar e coordenar um esforço nacional para incrementar significativamente a exportação de *software* produzido no País; e
- Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD) - que visava implantar um conjunto de centros prestadores de serviços de supercomputação no país.

As primeiras três iniciativas foram realizadas sob coordenação conjunta da Secretaria de Políticas de Informática – SEPIN/MCT, compondo os chamados Programas Prioritários em Informática (PPI), para fins de beneficiamento segundo os termos da Lei 8.248/91.

Outro significativo projeto de inclusão digital brasileiro que apresento é o *Programa Sociedade da Informação*, inserido por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999. Em dezembro de 2000 o governo brasileiro, em função do programa, produziu o *Livro Verde*<sup>43</sup> organizado por Tadao Takahashi, Brasil (2000), que identifica ações para impulsionar o desenvolvimento do país. O sugestivo nome do livro parece querer associar a mensagem que se encontra em seu prefácio: “... *nunca [...] plenamente maduro, nem nas ideias nem no estilo, mas sempre verde, incompleto, experimental*” (FREYRE<sup>44</sup>, 1926 apud BRASIL, 2000). Ou seja, observo

---

<sup>43</sup> O **Livro Verde** contém o ideário programático, elenca as metas e objetivos da sociedade da informação no Brasil. O livro digital pode ser acessado no endereço eletrônico disponível em (BRASIL, 2000).

<sup>44</sup> **Gilberto Freyre** nasceu no Recife (PE), em 1900. Iniciou seus estudos no Colégio Americano Gilreath e completou a sua formação nos Estados Unidos, onde frequentou as universidades de Baylor (Texas) e Columbia (Nova York). Retornou ao Recife em (1923), passando a exercer diversas atividades no âmbito da cultura e do ensino no Brasil e no exterior. Ocupou o cargo de deputado federal (1946-1950), quando criou o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Dedicou-se aos estudos sobre cultura e sociedade brasileiras, organizou congressos e realizou diversas conferências. Foi doutor Honoris Causa pela Sorbonne e pelas universidades de Münster e Sussex. Em 1971, recebeu, da rainha Elizabeth II, o título de Sir. Seu livro *Casa-grande & senzala* está entre as obras essenciais para o entendimento da identidade brasileira. Morreu em 1987. Seu livro *Tempo morto e outros tempos* – (1926) foi redigido em forma de diário, registra desde quando o escritor tinha 15 anos - 1915 - até 1930. Cobre todo o período de sua formação intelectual, da adolescência recifense aos anos de estudo nos Estados Unidos e suas primeiras viagens à Europa. Nessa obra, além de retratar sua autobiografia juvenil, o autor faz o registro de uma época, seus hábitos e inquietações, problemas e esperanças, refletidos na vida particular do diarista, intercâmbio entre vida íntima e vida social. Esse diário revela também, no adolescente curioso de vida, as primeiras inquietações com problemas sobre os quais, mais tarde, iria refletir de forma tão intensa, como o tempo, em suas várias coordenadas, o tempo cronológico, o tempo pessoal, o tempo social.

implícita a ideia de *amadurecer* para o *novo tempo*, posta de forma eufemística. Esse novo tempo converge para a “sociedade da informação” entendida como fundamento de novas formas organizacionais, de produção e de políticas de inclusão social que tem seu núcleo na “alfabetização digital”.

Com o Decreto nº. 3.294/99 o programa de inclusão digital foi lançado pela Presidência da República e começou a ser executado. Sua coordenação está a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e seu detalhamento, confiado a um Grupo de Implantação, composto por representantes do governo, setor privado, comunidade acadêmica e terceiro setor. Dos recursos para a implantação do Programa apenas cerca de 15% terão como fonte o Tesouro Nacional. Parte significativa dos recursos deverá provir do setor empresarial privado, por mecanismos de incentivos associados à Lei de Informática, além de outros. Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia,

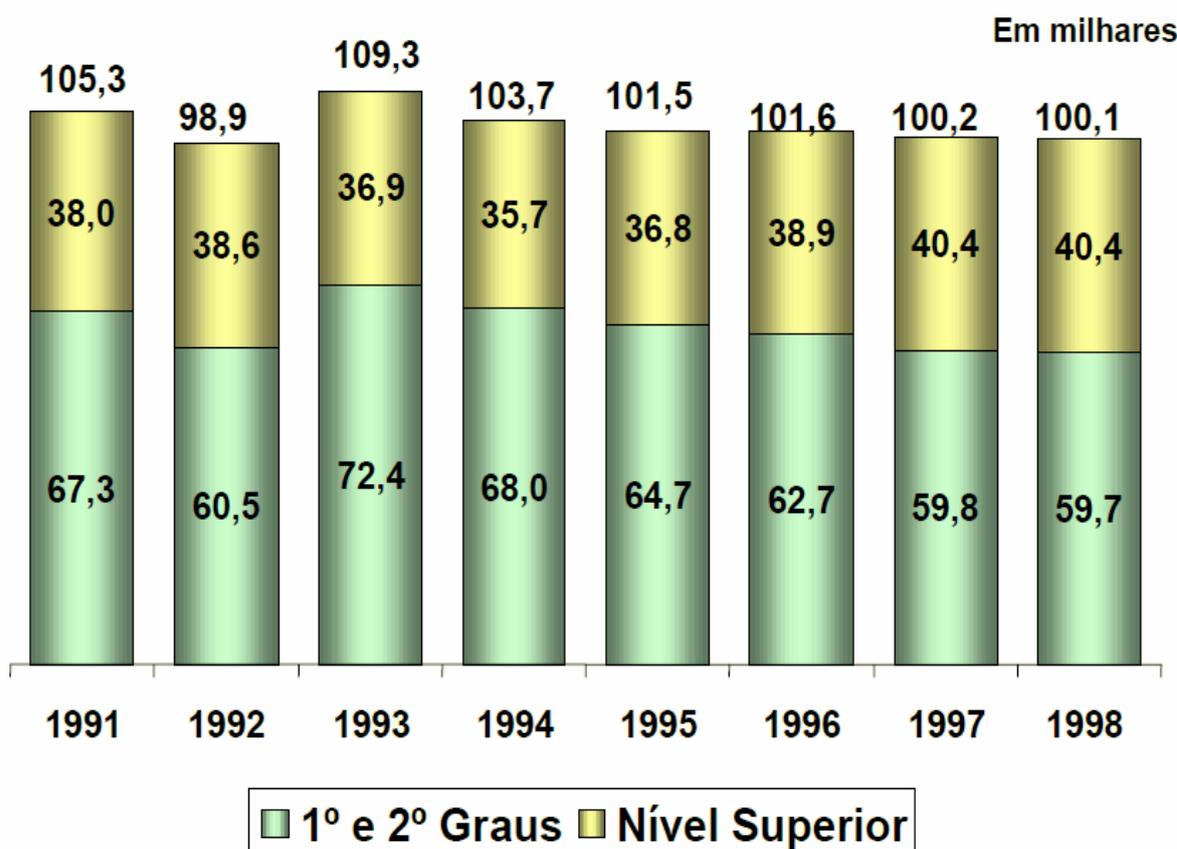
A moldura do *Programa da Sociedade da Informação* lançado em dezembro de 2000, pelo Presidente da República, como um programa estruturante do País, criou as condições básicas para o engajamento da sociedade no mercado das tecnologias da Informação com óbvia alavancagem dos segmentos produtivos que constituem a infra-estrutura necessária para a viabilidade econômica desta participação da sociedade na moderna economia. A existência deste conjunto: moldura e políticas objetivas, certamente serão responsáveis pela efetiva inserção do Brasil no mercado internacional das tecnologias da informação, com consequente melhoria de qualidade de vida para sua população. (BRASIL, 2000)

Com tais atividades, a Secretaria de Política de Informática e Automação – (SEPIN), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), juntamente com CNPq, por meio de ações operacionalizadas via Programas Prioritários, com a FINEP e BNDES, como agências de fomento, e com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), especializado nestas tecnologias, estrutura os segmentos produtivos do setor. As políticas de universalização de acesso, como o Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), em conjunto com a estrutura produtiva do setor, viabilizariam, segundo o MCT, o uso intensivo pela população das tecnologias da informação, assim como, a disponibilidade destes produtos e serviços que permitiriam alavancar o desenvolvimento de outros setores econômicos, propiciando, ainda, maiores oportunidades para reduzir as diferenças sociais do País (BRASIL, 2000).

Dentre outras metas, o *Programa Sociedade da Informação* incentiva a criação de telecentros de acesso público à Internet, que poderiam ocorrer em quiosques, bibliotecas públicas, *cibercafés*, cabines públicas etc. Tal incentivo se justificaria no caso específico da Internet, se analisarmos os dados assustadores e bem demonstrados no próprio Livro Verde: menos de 6% dos municípios brasileiros têm provedores de acesso local à rede Internet e o número de brasileiros conectados é muito baixo, não chegando a 7% e, mesmo assim, a grande maioria pertencente às classes mais abastadas. Isso só vem a reforçar a chamada “infoexclusão” que impõe o desafio de caminhos para aumentar a presença de toda a população brasileira na chamada “*Sociedade da Informação*”.

Segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia (2002) esses são os dados relativos ao Setor de informática brasileiro quanto a qualificação de mão-de-obra no período de 1991 à 1998:

**Ilustração 1: Qualificação de mão de obra no período**



Fonte: MCT/SEPIN , 2002

Os dados apresentados pareceriam indicar que já foi significativa formação de mão-de-obra “qualificada” no período anterior a implantação dessa política de inclusão digital. Essa possibilidade mereceria um aprofundamento que foge aos propósitos desta Dissertação, entretanto é possível discernir um processo contraditório entre a disponibilidade à informação propiciada pela tecnologia e a impossibilidade, para amplos setores da população, de acesso a essa informação. Dessa perspectiva, caberia indagar, por exemplo, qual a situação da inclusão digital das escolas no Brasil? E isto considerando que:

[...] a educação e o aprendizado permanente - tornam-se recursos essenciais para o bom desempenho no trabalho e o desenvolvimento pessoal. Embora aprendizado seja mais amplo que educação, as escolas ainda têm muito a fazer em relação ao processo de aprendizado. Em sociedades avançadas, elas estão se conectando rapidamente à Internet. Nos EUA, a percentagem de escolas públicas conectadas à Internet aumentou de 35% em 1994 para 95% em 1999 e chega a quase 100% em 2001. (CASTELLS, 2003, p.211)

A situação da inclusão digital das escolas no Brasil, de acordo como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no censo escolar de 2005 apresentava que 91% das escolas de ensino médio brasileiras contavam com computadores, sendo que 58% delas possuíam laboratórios de informática. Se considerada a dependência administrativa, 77% da rede particular oferecia laboratórios de informática contra 51% da rede pública. Pelo levantamento, segundo o INEP (2006), 49% dos matriculados no ensino médio público em 2005 tiveram acesso a recursos de TIC. Nas instituições particulares este número eleva-se para 78%. Entretanto, os dados não explicitam o número de alunos que efetivamente receberam qualificação no uso de tecnologias em suas atividades na escola e qual seu nível de habilidade nas ferramentas básicas. Também não há relato de utilização de instrumento para mensurar o desempenho.

Observo que como parte do contexto de reformas da década de 1990, a *Lei da Informática* abriu espaço para as políticas de inclusão digital serem iniciadas em nosso país. De outra parte, no plano educacional, as políticas inclusivas estavam sendo desenvolvidas para atender as indicações da Declaração de (1990). Em suma, decorrente do alinhamento do governo brasileiro a essas políticas, a informática se faz, cada vez mais, presente no cotidiano de vários segmentos da sociedade, dentre eles o educacional. Na sistematização, disseminação e

implantação dessas políticas assumem papel relevante as denominadas Organizações Sociais<sup>45</sup>. Essas emergem na esfera pública não-estatal atuando no chamado “Terceiro Setor”, o qual parece configurar segundo Silveira (2001), uma nova face da sociedade. Este destaque deve-se ao fato de ser numa Organização Não Governamental localizada em Sorocaba e voltada para programas sociais de inclusão digital que ocorrerá minha pesquisa de campo investigando: qual a contribuição das novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba para a denominada inclusão digital?

---

<sup>45</sup> **Organizações Sociais e Publicização** - A estratégia de transição para uma administração pública gerencial prevê, ainda na dimensão institucional-legal, a elaboração, que já está adiantada, de projeto de lei que permita a “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de “organizações sociais”. O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal. Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária. As organizações sociais terão autonomia financeira e administrativa, respeitadas condições descritas em lei específica como, por exemplo, a forma de composição de seus conselhos de administração, prevenindo-se, deste modo, a privatização ou a feudalização dessas entidades. Elas receberão recursos orçamentários, podendo obter outros ingressos através da prestação de serviços, doações, legados, financiamentos, etc. As entidades que obtenham a qualidade de organizações sociais gozarão de maior autonomia administrativa, e, em compensação, seus dirigentes terão maior responsabilidade pelo seu destino. Por outro lado, busca-se através das organizações sociais uma maior participação social, na medida em que elas são objeto de um controle direto da sociedade através de seus conselhos de administração recrutado no nível da comunidade à qual a organização serve. Adicionalmente se busca uma maior parceria com a sociedade, que deverá financiar uma parte menor, mas significativa dos custos dos serviços prestados. A transformação dos serviços não-exclusivos estatais em organizações sociais se dará de forma voluntária, a partir da iniciativa dos respectivos ministros, através de um Programa Nacional de Publicização. Terão prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus. A operacionalização do Programa será feita por um Conselho Nacional de Publicização, de caráter interministerial (MARE, 1995).

#### 4 TERCEIRO SETOR: TRABALHO, EXCLUSÃO e INCLUSÃO.

Cacofonia social:

*“Com a globalização dá-se dos pobres a exclusão,  
acima dos médios a inclusão e, destes - se ricos - a reclusão”*

(Carlos Vogt)

Com as políticas de redefinição das formas de atuação do Estado, os conceitos, público e privado ganham novo significado. Essa redefinição propicia a abertura para outras formas de organizações sociais, instituições não estatais e também não privadas, configurando o chamado “*Terceiro Setor*”, do qual emergem as *Organizações Não Governamentais* (ONGs), com valor reconhecido, segundo Tachizawa (2002) por suas ações sociais, tanto pela *sociedade civil*<sup>46</sup> quanto pelo Estado. O Terceiro Setor surge como um mercado social formado pelas ONGs e outras organizações congêneres. Este setor ocupa espaços não preenchidos pelo Estado (Primeiro Setor) e pela atuação do setor privado, que enfatiza a comercialização de um mercado comercial (Segundo Setor). (TACHIZAWA, 2002)

Essas organizações da sociedade civil estão situadas entre os setores não públicos e não privados, assumindo uma área de atuação que seria uma junção do setor estatal e do setor privado para uma finalidade maior, suprir as falhas do Estado e do setor privado no atendimento às necessidades da população, numa relação conjunta. Essa nova forma de atuação dinamiza um projeto social mediado pelos interesses do capital, denominado *Terceira Via*.

Antunes (1999) nos ajuda na compreensão desse movimento de *Terceira Via* que nasce nos anos 1990, preconizado por partidos de centro-esquerda, em especial pelo novo trabalhismo inglês, *New Labour* (NL), representado por Tony Blair, que condenava o planejamento estatal de mercado e não se identificava integralmente com as propostas e iniciativas do capitalismo neoliberal. Numa realidade demarcada pelos sinais de esgotamento do Estado de bem estar social

---

<sup>46</sup> Sobre “**Sociedade civil**” consultar o estudo apresentado na PUC do Rio de Janeiro, pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro, que é cientista político e membro ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, que nos apresenta a complexidade atribuída ao conceito, além de assegurar que: “Sociedade civil, um dos conceitos mais citados e, ao mesmo tempo, mais obscuros da teoria política contemporânea”. (PINHEIRO, Cert. digital nº. 0310315/CA)

“*Welfare State*”, emerge a necessidade para esse movimento de propor um novo caminho:

Tony Blair iniciou o processo de conversão do Labour Party em New Labour, em 1994, pretendia-se não só um maior distanciamento frente ao conteúdo trabalhista anterior, mas também limitar ao máximo os vínculos do New Labour com os sindicatos, além de eliminar qualquer vestígio anterior evocativo de sua designação “socialista”, que, ao menos como referência formal, ainda permanecia nos estatutos do Labour Party. (ANTUNES, 1999, p. 95-96)

O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da eliminação da cláusula 4 da Constituição partidária (que defendia a *propriedade comum dos meios de produção*), resultou na criação de um substitutivo que expressa exemplarmente o conjunto de mutações em curso no interior do *Labour Party*. Em substituição à cláusula que se referia à *propriedade coletiva* nasceu a defesa do *empreendimento do mercado* e do *rigor da competição*, selando, no interior do *New Labour*, a vitória da economia de livre mercado frente à fórmula anterior. A retórica socialista e a prática *trabalhista* e *reformista* anteriores, que na verdade exprimiam a defesa de uma economia fortemente estatizada e mista, encontraram seu substitutivo na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da “moderna” social-democracia. Começava então a se desenhar o que posteriormente Tony Blair, respaldado em seu suporte intelectual mais sólido, dado por Anthony Giddens e David Miliband, chamou de *Terceira Via*<sup>47</sup>. (ANTUNES, 1999)

Lúcia Neves (2005) afirma que o projeto de sociabilidade neoliberal da *Terceira Via*, sistematizado pelo sociólogo, reitor da London School of Economics and Political Science e *intelectual orgânico*<sup>48</sup> do novo trabalhismo inglês, Anthony Giddens, apresenta a característica de negar o conflito de classes e até mesmo a existência dessa divisão nas sociedades ditas “pós-tradicionais”, ancorando uma sociabilidade com base na democracia formal, ou seja, na “conciliação” de

---

<sup>47</sup> Em relação a origem da “**Terceira via**”, Marilena Chauí afirma que o termo foi empregado pelo fascismo para indicar um projeto político que se pretendia equidistante do liberalismo e do socialismo, reapareceu nos anos de 1940 para consolidar o peronismo e outrora, como agora, tem a pretensão de se colocar além da direita liberal e da esquerda socialista (CHAUÍ apud NEVES, 2005).

<sup>48</sup> **Intelectual orgânico** – “Por intelectuais deve-se entender não só aquelas camadas comentadas compreendidas nesta denominação, mas, em geral, todo estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo: correspondem aos suboficiais e oficiais subalternos do Exército também, em parte, aos oficiais superiores de origem subalterna” (GRAMSCI in NEVES, 2005, p.28). Lúcia Neves, sobre o conceito gramsciano explica que em sentido amplo todos são intelectuais. Todos têm uma concepção de mundo, integram organismos sociais, trabalham, realizam uma atividade criadora qualquer, deliberam sobre os rumos de suas vida em graus distintos de organicidade do pensamento, que vão desde uma visão fragmentária a uma visão unitária de mundo (NEVES, 2005, p.28).

interesses de grupos “plurais”, na alternância de poder entre os partidos políticos “renovados”, na auto-organização e envolvimento das populações com as questões ligadas às suas localidades, no trabalho voluntário e na ideologia da *responsabilidade social das empresas*<sup>49</sup>. Permanecem intocadas, contudo, as relações de exploração, que estão longe de serem abolidas no mundo contemporâneo, sobretudo nos países capitalistas periféricos (NEVES, 2005).

Essa filosofia centrista de governo engloba aspectos das ideologias social-democrata e neoliberal. Em sua agenda estão: a reforma do Estado, a revitalização da sociedade civil, o desenvolvimento sustentável, a preocupação com uma política internacional, a disciplina fiscal (em especial nos sistemas de proteção social), investimentos em educação, obras sociais e na renovação urbana. Aspectos que podem ser constatados nas ações políticas brasileiras dos anos de 1990.

Entender o sentido das mudanças que estão ocorrendo no processo de desenvolvimento brasileiro nos anos 90, segundo Gohn (2000), requer, em princípio, entender as transformações econômicas do país nesse mesmo período e as novas ênfases em suas políticas sociais. Para isso, é preciso identificar as bases sociais e as mediações políticas postas em prática para a implementação dos ajustes estruturais em nossa economia. Esses últimos têm sido apresentados pelos governantes como único meio de assegurar a superação da crise, a retomada do desenvolvimento e uma certa proteção social aos grupos sociais extremamente vulneráveis à situação econômica. Novas estratégias de intervenção social têm sido defendidas para enfrentar os entraves a uma suposta capacidade reguladora do mercado, de forma a criar oportunidade aos desempregados e subempregados. Segundo ela:

As políticas para o setor informal tentam remediar a perda de legitimidade do Estado, que, ao normatizar aquele setor, leva a que situações informais de trabalho ou de habitação sejam redefinidas, de modo a não mais serem percebidas como excludentes ou negadoras dos direitos de cidadania. (GOHN, 2000, p.296)

Afirma ainda que as políticas do Estado dos anos de 1990, buscam reformar o sentido de suas ações – transferindo grande parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada – e reformar também seus quadros, estrutura de funcionamento

---

<sup>49</sup> **Responsabilidade social empresarial** ou simplesmente responsabilidade social, segundo André Silva Martins, representa a superação da noção de “*filantropia empresarial*” por algo mais orgânico e que tem força ideológica (MARTINS apud NEVES, 2005, p.151).

etc. Assim o Estado cumpriria dois objetivos: “o de se reorganizar para se tornar um centro mais dinâmico para o novo cenário produtivo mundial – o que é uma necessidade imperiosa – e o de diminuir seus quadros por meio do enxugamento da máquina estatal, demissões voluntárias, privatizações, revisões das leis previdenciárias e trabalhistas etc” (GOHN, 2000, p.300).

Lúcia Neves reitera que o Estado de bem estar social perdeu espaço para o Estado neoliberal. De produtor de bens e serviços, o Estado passou a assumir a função de coordenador das iniciativas privadas da sociedade civil. De promotor direto da reprodução do conjunto da força de trabalho, admitindo-a como sujeito de direito, o Estado passou a provedor de serviços sociais para uma parcela da sociedade definida agora como “*excluídos*”, ou seja, aquele contingente considerável que, potencialmente, apresenta as condições objetivas para desestruturar o consenso burguês. Para o restante da população, o Estado transfigura-se em estimulador de iniciativas privadas de prestação de serviços sociais e de novas formas de organização social que desatrelam as várias formas de discriminação das desigualdades de classe (NEVES, 2005, p.33).

As relações de trabalho deixam de ser, segundo Gohn (2000), o principal foco de luta dos trabalhadores. A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho dentro de uma categoria. O tempo se altera em função dos novos meios de comunicação. A mídia, principalmente a TV e os jornais da grande imprensa, passa a ser um grande agente de pressão social, uma espécie de quarto poder, que funciona como termômetro do poder de pressão dos grupos que têm acesso àqueles meios. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) por sua vez, ganham proeminência sobre as oficiais quanto à confiabilidade na gerência dos recursos públicos. O “Mapa da Fome” e o “Mapa da Miséria no Mundo” deixam de ser objeto apenas dos órgãos estatísticos ou da piedade das entidades caritativas. Passam agora a ser objeto de diagnósticos das políticas públicas, na medida em que apontam os problemas fundamentais para a continuidade do sistema socioeconômico mundial. Assim, o padrão de desenvolvimento que se instaura legitima a exclusão como forma de integração. Exclusão integradora passa a ser modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para um novo ciclo de crescimento econômico com redefinição dos atores sociopolíticos em cena (GOHN, 2000, p. 296-297).

Segundo Neves (2005) os excluídos desse projeto, contingente mais direta e negativamente afetado pelo neoliberalismo, constituiriam um nítido potencial de protesto e insubmissão ao *status quo*, podendo pois, representar a tentativa de estabelecimento de uma contra hegemonia. Entretanto, ao serem transmutados em “incluídos” passam a não somente ser agraciados com os serviços sociais, muito mais que isso, tornam-se contribuintes, participantes e, fundamentalmente, colaboradores dos mecanismos de consenso que, mantida ou admitida sua situação de exclusão, tornar-se-ia bastante mais difícil de ser alcançado:

É nesse intuito que atuarão inúmeros dos aparelhos privados de hegemonia pertencentes ao atual bloco histórico, procurando disseminar a ideia segundo a qual o incentivo à capacidade de doação das classes socialmente dominantes, sua atuação voluntária e fraterna, sua defesa de um interesse comum, o qual permeia toda a sociedade, seriam mecanismos eficazes para – mantendo fora da pauta de discussões e ações sociais as contradições concretas do atual projeto societário – estimular o consenso, nesse caso específico, produzindo a convicção de que, efetivamente não haveria excluído, e sim aquele que ainda não foi incluído. (NEVES, 2005, p.33)

Conforme observa Lúcia Neves (2005), o Estado neoliberal atua dentro da nova *pedagogia da hegemonia*<sup>50</sup>, consiste em restringir o nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora, em que as atuações coersitivas cedem seu espaço para o consenso.

É nessa complexa dinâmica que emergem as organizações não-governamentais, que passo a analisar na sequência.

---

<sup>50</sup> A nova *pedagogia da hegemonia*, guiada por pressupostos Keynesianos, se desenvolve no sentido de ampliar os direitos sociais por trabalho, moradia, alimentação, moradia, saúde, educação, transportes das massas trabalhadoras, com políticas sociais diretamente executadas pelo aparato governamental, tendo por intuito obter o decisivo consenso da maioria da população ao projeto burguês de sociabilidade e aumentar, concomitantemente, a produtividade da força de trabalho. Tais políticas governamentais constituíram-se, ainda, em importante veículo de redefinição dos graus ou momentos da correlação de forças políticas nas formações sociais contemporâneas, no sentido de impedir que a classe trabalhadora ultrapasse o nível econômico-corporativo de organização das suas lutas sociais (NEVES, 2005, p.30).

#### 4.1 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

As Organizações não-governamentais são entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos que juridicamente podem ser associações<sup>51</sup> ou fundações. Nesse tipo de organização enquadram-se, também, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações Sociais<sup>52</sup> (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). (TACHIZAWA, 2002)

Historicamente, essas organizações começaram a existir no Brasil em anos de regime militar, acompanhando um padrão característico da sociedade brasileira, no qual o período autoritário convive com a modernização do país e com o surgimento paulatino de uma sociedade organizada, na busca progressiva de autonomia em relação ao Estado e em práticas de mobilização, nas quais a sociedade civil tende a confundir-se com oposição política.

Conforme dados fornecidos pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)<sup>53</sup>, traçaremos a seguir um pequeno histórico, em ordem cronológica sobre o movimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no Brasil.

A resistência e oposição ao regime ditatorial pós-64 foram marcadas por lutas, na cidade e no campo, promovidas por diversas formas de rearticulação da sociedade civil. Esse contexto fomentou o surgimento de organizações não governamentais – ONGs, que com uma institucionalidade de associação sem fins lucrativos e com o financiamento de agências de cooperação internacional desenvolviam trabalhos de educação popular, alfabetização de adultos, assessoria sindical e a movimentos camponeses e urbanos. Essas ONGs tiveram um importante papel na organização e formação de inúmeros movimentos sociais e de

---

<sup>51</sup> Os termos: **Associação** e **Fundação** aqui utilizados têm como referência: TACHIZAWA (2002)

<sup>52</sup> **Organizações Sociais** – qualificação concedida pelo Poder Executivo com o objetivo de fomentar e incentivar entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde (TACHIZAWA, 2002, p.285).

\* Ver também “Programa Nacional de Publicização” (PNP).

<sup>53</sup> A **ABONG** por meio de seu grupo de trabalho elabora documento base para a Carta de Princípios: A consolidação da identidade das ONGs e a proposta da associação Fundação da ABONG – Eleito Conselho Diretor composto por: Diretoria Executiva - presidente, secretaria geral, tesoureiro e mais 6 diretorias regionais (Norte, Nordeste, Centro-oeste, São Paulo, Sul e Sudeste) – Presidente de honra Herbert de Souza – Betinho. (ABONG, 2006)

\*A **Carta de princípios** da ABONG encontra-se no anexo C deste trabalho.

suas lideranças, operários, trabalhadores rurais, oposições sindicais, lideranças populares, contribuindo com a rearticulação da sociedade brasileira.

Segundo a ABONG (2006), é desse universo de ONGs que irá surgir a, organizações fortemente marcadas pela resistência a ditadura e autoritarismo; pela presença ativa nas lutas democráticas, pelo compromisso de luta contra a exclusão e as desigualdades sociais; pela defesa de direitos e construção da cidadania; pelo apoio aos movimentos sociais, pela busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; e pela defesa intransigente da ética na política para a consolidação da democracia. Ocorrem as primeiras articulações nacionais e internacionais: é o fim do isolamento das ONGs.

✓ **1983** – Algumas ONGs do Rio de Janeiro, Recife, Rio Grande do Sul e São Paulo foram pioneiras na criação de fóruns regionais, espaços de encontros, discussão e troca de experiências entre as ONGs;

✓ **1984** - As ONGs do Rio de Janeiro, CEDAC, IBASE, FASE, CEDI, ISER, CENPLA e NOVA se reúnem para trocar informações e discutir temas de interesse coletivo, como a relação com os movimentos sociais, o Estado brasileiro e a Cooperação Internacional. A este grupo, mais tarde, se deu o nome de Fórum Informal de ONGs do Rio de Janeiro;

✓ **1986** - Encontro Nacional de ONGs, convocado por CENPLA, FASE e IBASE, com a participação de ONGs de outros países da América Latina. Nesse encontro debateu-se o protagonismo das ONGs, o papel na construção de democracia brasileira e as mudanças no campo da cooperação;

✓ **1987** - ONGs brasileiras são convidadas a integrar as diversas plataformas de contrapartes das Agências de Cooperação;

✓ **1988** - Seminário sobre a relação das ONGs com o Estado no Brasil e na Alemanha – realizado por EZE, IECLB/CAPA, CEDI, CESE, FASE, IBASE;

✓ **1989** - II Encontro de Contrapartes da Novib no Brasil. Seminário “Cooperação Internacional: Desafios e Possibilidades”, realizado em Itatiaia com representantes de 34 ONGs de vários estados. Discutiram os principais problemas no campo da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento. Presentes também representantes da OXFAM, Desco (Peru), Equipam Pueblo (México);

✓ **1990** - Conjunto de ONGs se encontram para analisar os efeitos do Plano Collor sobre as ONGs e começam a pensar na possibilidade de criação de uma Associação Nacional de ONGs. É criado o Grupo de Trabalho (GT) para elaborar proposta de constituição de uma Associação Nacional de ONGs. O GT apresenta documento para discussão apontando as condições históricas e a necessidade de afirmação da autonomia política. ABONG (2006)

No início dos anos 1990 as ONGs e seus diversos fóruns de articulação começam a discutir as mudanças globais, o avanço do neoliberalismo, o processo internacional de reestruturação do capitalismo, a flexibilização produtiva, a

globalização da economia, as reformas do papel do Estado, a mundialização da cultura, e, particularmente a conjuntura brasileira e a crise política do Governo Collor, que resultou em seu impeachment.

Nesse período, ganha força a ideia de constituição de uma Associação Nacional de ONGs. O Grupo de Trabalho para a constituição de uma associação realiza uma série de reuniões para discutir questões políticas, conceituais e operacionais, produzindo vários documentos que subsidiarão a fundação da ABONG em agosto de 1991.

Entre as ações voltadas para o universo das ONGs brasileiras foi priorizada a realização de um cadastro de ONGs atuantes no país; o apoio aos processos regionais, estaduais e locais de articulação; o estímulo a reflexão acerca da relação entre a Associação e os movimentos sociais, bem como acerca da interlocução entre as ONGs de desenvolvimento e organizações ambientalistas; a participação na ECO-92; a disseminação de informações de interesse para as organizações associadas e a análise da legislação existente com relação a criação e funcionamento das ONGs.

Segundo a Organização Brasileira de Organizações Não-Governamentais (2006), a gestão do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) trouxe para o conjunto das ONGs e para a própria Associação de ONGs, uma nova pauta de relação com o governo brasileiro, a necessidade de debater e aprofundar o tema das relações com o Estado, a questão da autonomia e do papel das ONGs na sociedade civil, em particular sobre o marco legal<sup>54</sup>.

O início dos anos 2000, segundo a Associação de Organizações Não Governamentais, foi marcado por um cenário de intensos desafios para a humanidade. A intolerância e o uso da violência como meio de solucionar conflitos entre as nações foram exacerbados. Os países ricos colocaram em risco a sustentabilidade do planeta ao desrespeitar tratados ambientais e impor regras econômicas que aprofundaram a miséria dos países em desenvolvimento.

No caminho inverso dessa trajetória, a sociedade civil uniu forças em torno do ideal da possibilidade de construir um novo mundo. Foi assim que, em janeiro de 2001, aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O combate à

---

<sup>54</sup> O **marco legal** - Lei nº. 9790/99 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público visa à atualização legislativa para atender a uma demanda específica de setores da sociedade brasileira, institui e disciplina o termo de parceria e dá outras providências.

globalização econômica e as políticas neoliberais; o respeito à pluralidade e à diversidade de ideias; a proposta de construção de um mundo plural, economicamente justo, socialmente igualitário e ambientalmente sustentável; a defesa dos direitos humanos, da diversidade e igualdade, da cultura e contra-hegemonia; a denúncia de todas as formas de violência, o combate a militarização e a promoção da cultura da paz mobilizaram a ABONG e suas associadas, na participação nos diversos eventos e edições do Fórum Social Mundial. Do ponto de vista da relação com o governo, novos desafios e dilemas pautaram a Associação na primeira gestão do presidente Lula, como a atuação em Conselhos de Gestão e no Plano Pluri Anual (PPA). A ABONG procurou atuar com responsabilidades institucionais da Associação e o compromisso de manter um relacionamento autônomo e crítico com o governo federal.

De 2000 à 2006 a ABONG, ampliou sua atuação na cena política estabelecendo diálogos e alianças com diversos setores da sociedade civil brasileira e internacional, destacando-se a atuação em três diferentes campos: sociedade civil, governo brasileiro e esfera internacional. Essas Organizações Não-Governamentais, conhecidas por ONGs<sup>55</sup>, são associações do *Terceiro Setor*, da *sociedade civil*, que nasceram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, desenvolvem ações em diferentes áreas e, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade. As ONGs aparecem ainda como complementares ao trabalho do Estado, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim. Segundo Tachizawa (2002) surge num contexto em que a mídia divulga informações que evidenciam que o Estado se mostrava impotente para atender a demandas da população brasileira, principalmente na área social (TACHIZAWA, 2002, p.18).

Tachizawa (2002) apresenta os projetos pelos quais as ONGs concretizam sua atuação, permitindo a verificação de que são extremamente diversificados. No entanto, as concepções gerais pelas quais definem o sentido dessas atividades guardam homogeneidade e apontam para horizontes comuns.

---

<sup>55</sup> Segundo Tachizawa (2002), **outras denominações** como ONG, Instituto, Pacto, Movimento, Confraria etc. não são conceitos propriamente jurídicos, podendo ser considerados “nomes fantasia” das entidades. No entanto, as formas de sociedade civil e comercial não podem ser adotadas por entidades sem fins lucrativos, exatamente porque pressupõem a busca e repartição de lucro.

**Tabela 2: Organizações Não-Governamentais, segundo atividade principal**

<b>Atividade</b>	<b>%</b>
Assessoria	41,2%
Educação popular	14,7%
Educação para a cidadania	14,1%
Pesquisa/análise	7,4%
Informação	4,9%
Campanhas/denúncias	4,2%
Capacitação	3,3%
Educação política	2,5%
Outras	7,5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

(TACHIZAWA, 2002, p.27)

Assessoria e educação/capacitação confirmam as principais categorias pelas quais as ONGs definem seus trabalhos, repetindo-se os resultados de pesquisas feitas desde meados dos anos 80. Esses resultados permitem pensar em algumas transformações recentes na direção dos trabalhos das ONGs, mantendo-se no entanto a continuidade básica de seu caráter eminentemente educativo, em sentido amplo, tanto no nível de ações localizadas como de formação de opinião pública; tanto no nível técnico, quanto político – como tem sido frequentemente definido, exercitam uma *pedagogia política* (TACHIZAWA, 2002).

O referido autor destaca ainda em sua pesquisa, que indagadas sobre as palavras definidoras dos temas com que trabalham, *cidadania* mereceu o primeiro lugar em termos de frequência de menções por entidade, representando 83,4% da totalidade, sendo mencionadas por 121 ONGs. E o segundo lugar, entre os temas, também nesses dois casos, coube coerentemente à *educação*. Outro aspecto interessante verificado por Tachizawa (2002) é que embora *pesquisa* seja atividade também tradicionalmente realizada entre as ONGs, os dados revelam uma tendência clara a um crescimento de sua importância, o que indicaria que essas entidades vêm se qualificando para o trabalho de produção teórica, podendo se observar, segundo ele, que crescem seus laços com universidades, não apenas por meio de programas em colaboração, mas também por meio do crescente número de profissionais que transitam entre esses dois campos institucionais.

Segundo Tachizawa (2002) as ONGs constroem-se e consolidam-se à medida que se cria e fortalece amplo e diversificado campo de associações civis, a partir sobretudo dos anos 70 – processo que caminha em progressão geométrica

pelas décadas de 80 e 90. As ONGs fazem parte desse processo e corporificam um papel essencial.

Os movimentos sociais populares de expressão significativa nas décadas de 80 e 90 no processo denominado de redemocratização do país, segundo Gohn (2000), perdem sua força mobilizadora, pois as políticas integradoras fomentadas pela reforma do Estado, exigem a interlocução com organizações institucionalizadas. Ganham importância as ONGs por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público, que, na grande maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados na condição de avalista dos recursos econômico-monetários. Neste cenário, a autora supracitada aponta quatro elementos, que tiveram grande influência sobre a dinâmica dos movimentos sociais, principalmente os populares:

1. A crise econômica levou a uma diminuição dos empregos na economia formal. Milhares de pessoas passaram para a economia informal. Nela, dada a instabilidade e as incertezas, exigem-se jornadas mais longas de trabalho, o que retira parte do tempo disponível das pessoas para participar de mobilizações;
2. As políticas dão suporte às atividades na economia informal, favorecendo oportunidades para a abertura de negócios que contratam mão-de-obra com custos mais reduzidos, não afiliada a sindicatos, sem os direitos sociais etc. A produção semi-artesanal, muitas vezes ocorrendo na própria unidade doméstico-familiar, passa a ocorrer num cenário dominado pela fragmentação e pulverização das atividades produtivas e relações sociais em geral;
3. Esta economia semicomunitária encontrará nas ONGs uma forma de servir de suporte como estruturas organizativas do processo de produção de algumas mercadorias;
4. O número de pessoas sem-teto, morando permanentemente nas ruas, cresce assustadoramente. O número de crianças que passam o dia nas ruas e praças passará a compor o cenário das cidades de qualquer tamanho no país. A violência cresce de forma generalizada, [...] os assaltos, furtos e sequestros passam a ser uma rotina na vida de qualquer cidadão. O medo, a incerteza predominam, ainda que a economia tenha se estabilizado com a criação da nova moeda, o real. (GOHN, 2000, p.297-298)

Além dessa caracterização, Gohn aponta a existência de outras problemáticas envolvidas no contexto internacional, que afetam o cenário local. A caracterização acima ajuda a compreensão das políticas implementadas pelo Estado nos anos de 1990, que transferindo grande parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada e instituições do terceiro setor, reorganiza-se com profundas alterações estatais no modo operar a economia, as políticas públicas, e no modo de

se relacionar com a sociedade civil, fortalecendo dessa forma o desenvolvimento do Terceiro Setor. A referida autora ressalta ainda que as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período de redemocratização levaram ao surgimento de um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.

As mudanças aceleradas que a globalização da economia passou a acarretar; as mudanças políticas no Leste Europeu; o declínio do marxismo como paradigma teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a busca constante das ciências sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passam a ser mais emblemáticos do que paradigmáticos; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou indicação dos rumos do futuro; tudo isto tem afetado os referenciais dos paradigmas sobre os movimentos sociais. (GOHN, 2000, p.338)

Este trecho caracteriza importantes observações sobre a mundialização e a reconstrução dos paradigmas no âmbito das ciências sociais, a partir de seus efeitos nas tendências e estudos sobre os movimentos sociais.

Maria Emília Bertino Algebaile em Neves (2005), ao estudar os mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da *nova pedagogia da hegemonia*, aponta a origem das organizações sociais:

Sob a influência do Banco Mundial (BM), o governo FHC implementou a Lei nº 9637/98 de 15 de maio de 1988, primeiro dispositivo legal para regulação da relação entre Estado e sociedade civil. Nessa lei, inscreve-se o conceito de organizações sociais (OS). Tal legislação abriu a possibilidade de terceirização de algumas agências do governo, além de criar mecanismos que permitiram as OS maior “facilidade” no recebimento de financiamento público. (ALGEBAILLE apud NEVES, 2005, p.197)

Algebaile (2005) ressalta também que, nesse mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou a *Lei do Trabalho Voluntário*<sup>56</sup> que autorizou o ressarcimento de despesas incorridas pelo voluntário, mas não explicitou no contrato o tipo de despesa. Abriu, ainda, a possibilidade de distribuição de vantagens para dirigentes

---

<sup>56</sup> **Lei do Trabalho Voluntário** – Lei nº 9608/98, de 18 de Fevereiro de 1998 dispõe sobre a atividade não-remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não-lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, além de ser firmado em um contrato escrito denominado “Termo de adesão”.

de instituições, como pagamento de passagens, ajuda de custo, ressarcimento com alimentação, entre outras, o que, de fato, acaba se tornando uma espécie de remuneração.

Ao estabelecer novos parâmetros para o trabalho voluntário, a *Lei do Voluntariado* introduziu maior “flexibilidade” nas relações entre governo e organismos da sociedade civil, incentivando o crescimento desse “novo tipo de mão-de-obra”, instituindo um tipo específico de relação trabalhista precarizada. Os organismos da sociedade civil podem estabelecer, também, relações trabalhistas regidas pela Consolidação da Leis do Trabalho (CLT). Vale salientar que o trabalhador celetista não pode, contudo, prestar serviço voluntário à mesma instituição, sob pena de esse serviço ser interpretado como “hora extra não-paga”, expondo a empresa às sanções determinadas em lei.

Outra forma de precarização do trabalho nos organismos da sociedade civil é o trabalho temporário, ou seja, a contratação por serviço a ser executado. Essa forma de precarização do trabalho preexiste aos anos de neoliberalismo da Terceira Via foi regulamentada pelas *Leis do Trabalho Temporário*<sup>57</sup> e dos *Estágios*<sup>58</sup> (ALGEBAILÉ apud NEVES, 2005, p.197-198).

Segundo Maria da Glória Gohn, os novos atores sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado, e contra ele num primeiro momento, configuraram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais. Estes novos espaços foram construídos basicamente pelos movimentos sociais, populares ou não, nos anos 70-80 e, nos anos 90 por um tipo especial de Organizações Não-Governamentais denominadas cidadãs ou seja, entidades sem fins lucrativos que se orientam para a promoção e para o desenvolvimento de comunidades carentes a partir de relações baseadas em direitos e deveres da cidadania (GOHN, 2000, p.303). As datas de fundação das associadas à ABONG<sup>59</sup>,

---

<sup>57</sup> A **Lei do Trabalho Temporário** – nº.6019/74 de 3 de janeiro de 1974, disciplina o contrato de trabalho temporário, definido como aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

<sup>58</sup> A **Lei dos Estágios** – nº.6494/77 de 7 de dezembro de 1977 dispõe sobre os estágios de estudantes dos estabelecimentos de ensino superior e ensino profissionalizante do segundo grau e supletivo e dá outras providências.

<sup>59</sup> **ABONG** – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais é composta por uma diretoria executiva colegiada e por diretorias regionais que, juntas, formam o Conselho Diretor da associação. Possui um escritório nacional em São Paulo e uma base em Brasília, de onde opera a equipe técnica, formada por uma assistente da diretoria e quadros nas áreas de administração, comunicação, desenvolvimento institucional, política internacional, e jurídico. Foi fundada em 10 de agosto de 1991, conforme estatuto social disponível no anexo B deste trabalho (ABONG, 2006).

nesse sentido, são reveladoras, impressionando o quanto são recentes. Evidenciam que praticamente 60% dessas entidades foram legalmente fundadas a partir de 1985. E 15,4% são novíssimas, tendo sido criadas a partir dos anos 90 (TACHIZAWA, 2002, p.25).

O Código Civil brasileiro - Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que veio em alteração ao antigo introduzido pelo Decreto Lei 4.657 de 04 de Setembro de 1942, trouxe mudanças para o estatuto das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Conforme artigo do Dr. Geraldo Nogueira que é segundo vice-presidente da Rehabilitation International para a América Latina, o novo código, entre outras alterações, traz importante distinção:

O antigo Código Civil, não fazia distinções entre sociedades e associações. As sociedades eram definidas, então, em civis e comerciais. Assim, as Ongs se autodenominavam sociedades civis sem fins lucrativos.

Com a edição do novo Código Civil, estabeleceram-se novas terminologias e conceitos. Agora as sociedades se dividem entre simples (as antigas sociedades civis) e empresariais (as antigas sociedades comerciais), sendo que, atualmente, nenhuma destas terminologias se adequam as Ongs.

Pelo novo Código Civil, as pessoas jurídicas de direito privado são **sociedades, associações ou fundações**. As sociedades, sejam elas de que natureza forem (simples ou empresariais), agora são também, necessariamente, de caráter lucrativo (**por isso uma Ong não pode mais ser uma Sociedade Civil**).

Para as Ongs sobrou optar entre dois modelos: **fundação ou associação**, mas também nesse ponto existem algumas alterações relevantes nos conceitos. O novo código fala em "fins não econômicos" e não mais em "fins não lucrativos". Em termos práticos estes termos não alteram a realidade, só mudaram conceitualmente. Assim, a instituição que era de caráter não lucrativo (sem fins lucrativos), igualmente passou a ser **de fins não econômicos**. Desta forma a primeira alteração a ser feita em um estatuto será a mudança do termo "Sociedade civil", para "Associação". (NOGUEIRA, 2007 – os grifos são meus)

Segundo Nogueira (2007) as ONGs agora, como associações, também deverão ser identificadas estatutariamente como instituições de fins não econômicos. Isto não quer dizer que não possam praticar atividades econômicas. Também não quer dizer que não possam ter lucros. Da mesma forma que o termo anterior "*sem fins lucrativos*", este novo termo quer afirmar que as pessoas que se unem para fundar ou gerir uma ONG, o fazem com fins sociais e não econômicos. Ou seja, caso a instituição obtenha lucros, estes não serão divididos entre diretores, fundadores ou associados e sim direcionados para a atividade fim da instituição. Logo, a segunda coisa à qual devemos prestar atenção no estatuto é não confundir "*finalidade*" com "*atividade*". A finalidade da instituição deve ser descrita como uma

missão, ou seja, o principal objetivo da instituição. As atividades devem ser relacionadas em artigos separados e deverão identificar as ações institucionais para alcançar o objetivo principal (NOGUEIRA, 2007).

Essas alterações citadas por Nogueira são dadas no Código Civil Brasileiro em seu artigo 53: “*Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos*” (BRASIL, 2007).

Este breve histórico sobre o surgimento e formas de atuação das organizações não-governamentais teve como objetivo contextualizar a origem dessa instituição criada no chamado *Terceiro Setor* que concentra as atividades dos movimentos e das ONGs. Na sequência passaremos a conhecer uma pouco sobre as organizações da sociedade civil de interesse público e suas formas de atuação no Brasil, visto que essas organizações emergem das organizações não-governamentais aqui apresentadas.

## 4.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

No Brasil, as organizações que constituem o Terceiro Setor – são Associações ou Fundações, que podem ser qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)<sup>60</sup>. Com esta qualificação, podem remunerar a seus diretores sem perder algumas imunidades tributárias<sup>61</sup>, além de poder realizar Termos de Parceria<sup>62</sup> com órgãos governamentais. Constituem importante alternativa para que a iniciativa privada intervenha de maneira

---

<sup>60</sup> **OSCIP** – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: qualificação concedida pelo Poder executivo às entidades privadas sem fins lucrativos estabelecendo a possibilidade de firmar os denominados “termos de parceria” com os governos federal, estadual e municipal, bem como a possibilidade de remunerar diretores que efetivamente exerçam alguma atividade, dentro dos parâmetros salariais do mercado. Para obter a qualificação, as entidades terão necessariamente de atuar em algumas das atividades estabelecidas na Lei n. 9790/97. Por exemplo: promoção da assistência social, cultura, defesa do meio ambiente, voluntariado, combate à pobreza, promoção gratuita da saúde e educação, de direitos, cidadania, desenvolvimento de tecnologias alternativas, entre outras (TACHIZAWA, 2002, p. 286).

<sup>61</sup> **Imunidade tributária – Impostos:** limitação constitucional ao Poder de Tributar do Estado, em face de certas pessoas, atos e fatos, conforme especificados na Constituição Federal. Nesse caso, a imunidade se justifica por meio da renúncia do Estado a parte de sua arrecadação como meio de reconhecimento de sua impossibilidade em prestar determinados serviços que são, a princípio, de sua alçada (TACHIZAWA, 2002, p. 279).

<sup>62</sup> **Termos de parceria** – visa estabelecer vínculos de cooperação entre o Estado e as OSCIPs, objetivando um melhor desempenho das atividades e objetivos sociais de interesse público por parte delas (tais objetivos sociais estão expressamente elencados na Lei 9790/99) (TACHIZAWA, 2002, p.290).

organizada na sociedade, promovendo ações sociais, culturais ou assistenciais, o Estado brasileiro, de maneira compensatória, oferece-lhes benefícios fiscais.

Os dispositivos que qualificam as *Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público* - OSCIP, expedidos pelo Ministério da Justiça, são a Lei nº. 9790<sup>63</sup> de 23 de março de 1997, regulamentado em 23 março de 1999 e o Decreto nº. 3100/99 de 30 de junho de 1999, que instituíram e regulamentaram essas organizações trazendo a possibilidade das pessoas jurídicas - grupos de pessoas ou profissionais, de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como e poderem com ele relacionar-se por meio de parceria, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei.

A referida lei apresenta como entidades não-passíveis de qualificação como OSCIP as sociedades comerciais; os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; as instituições hospitalares privadas não-gratuitas e suas mantenedoras; as organizações sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado, criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Um grupo recebe a qualificação de OSCIP depois que o estatuto da instituição que se pretende formar tenha sido analisado e aprovado pelo Ministério da Justiça. Para tanto é necessário que o estatuto atenda a certos pré-requisitos que estão descritos nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº. 9.790/1999.

Em geral, o poder público sente-se muito à vontade para se relacionar com esse tipo de instituição, porque divide com a sociedade civil o encargo de fiscalizar o fluxo de recursos públicos em parcerias.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na concepção da Terceira via, sua esposa, Ruth Cardoso, que era cientista, ativista social e servidora

---

<sup>63</sup> A **Lei 9790** pode ser encontrada em sua íntegra no anexo A deste trabalho.

pública, passa a presidir o Conselho da Comunidade Solidária no governo federal, também chamado de braço da sociedade civil. Esse Conselho, segundo ela, pretendia constituir-se em “*um novo instrumento de diálogo político e de promoção de parcerias entre Estado e sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social*”. (BRASIL - CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1999, p.4).

A concepção de parceria apresentada por Ruth Cardoso em artigo de Elizabete Ferrarezi<sup>64</sup> é a seguinte: “*Parceria não é entrar em programas de governo. Parceria é ter diagnóstico de setores que não estão cobertos e não podem ser suficientemente ofertados por parte do governo*”. Conforme esclarece Ferrarezi (2008), a expectativa de que o Conselho, por ser dirigido pela primeira dama, assumiria a área social, não se cumpriu:

Não havia sentido em criar outra instituição como a Legião Brasileira de Assistência (1942-2005), que foi extinta no início do governo, nem tampouco criar um fundo para o controle à pobreza para competir com as políticas dos ministérios – o que faria com que as pessoas se organizassem em função das diretrizes desse Fundo do governo para obter os recursos. (CARDOSO apud FERRAREZI, 2008)

O objetivo do Conselho da Comunidade Solidária, nas palavras de Ruth Cardoso, são apresentados além da concepção dessas organizações da sociedade civil em sua forma de atuação:

[...] uma das prioridades do Conselho da Comunidade Solidária tem sido o fortalecimento da sociedade civil, com especial ênfase no diálogo e na promoção de parcerias entre Estado e sociedade civil para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social. Entre as iniciativas para fortalecer a sociedade civil destaca-se a proposição da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, discutida e elaborada durante as duas Rodadas de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, dedicadas ao tema Marco Legal do Terceiro Setor, realizadas entre 1997 e 1998. Tais Rodadas promovem o diálogo entre governo e sociedade sobre temas importantes para uma estratégia de desenvolvimento social, por meio de consultas a diferentes interlocutores da sociedade civil e governos, e de estudos, discussões e proposições sobre o tema em foco. Esta edição procura contribuir para que se compreenda melhor as inovações da Lei, abordando aspectos que são de interesse tanto das organizações da sociedade civil, quanto dos gestores públicos das três instâncias de governo. Trata-se de uma contribuição relevante para a divulgação da nova Lei 9.790/99, que qualifica as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIP e introduz uma nova

---

<sup>64</sup> **Elizabete Ferrarezi** é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, mestre em Administração Pública pela FGV/SP. É atualmente Coordenadora Geral de Pesquisa da ENAP. Pertence à carreira do Governo Federal de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 1996. Foi assessora do Conselho da Comunidade Solidária (1997-2002).

concepção de esfera pública social, que possibilita firmar parcerias entre Estado e sociedade civil sobre novas bases mais condizentes com as atuais exigências de publicização e eficiência das ações sociais. (BRASIL, 1999)

Como é possível verificar, a elaboração da Lei 9790/99 que institui o marco legal do Terceiro Setor teve importante participação do Programa Comunidade Solidária, órgão criado no primeiro governo FHC por meio da medida provisória nº. 813/95 de 1 de janeiro de 1995, que teve papel fundamental na nova estruturação da sociedade civil.

Pode-se dizer que as OSCIPs são o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que modernamente se entende por Organização Não Governamental, especialmente porque são marcadas por uma extrema transparência administrativa. Contudo ser uma OSCIP é uma opção institucional, não uma obrigação.

Conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2002), foi crescente o número de solicitações de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público de 1999 à 2002:

**Tabela 3: Número Total de Pedidos de Qualificação para a OSCIP**

<b>Qualificação de OSCIPs</b>					
	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>Total</b>
Deferidas	8	83	252	471	<b>814</b>
Indeferidas	123	231	110	68	<b>532</b>
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>314</b>	<b>362</b>	539	1346

FGV (03/12/2002)

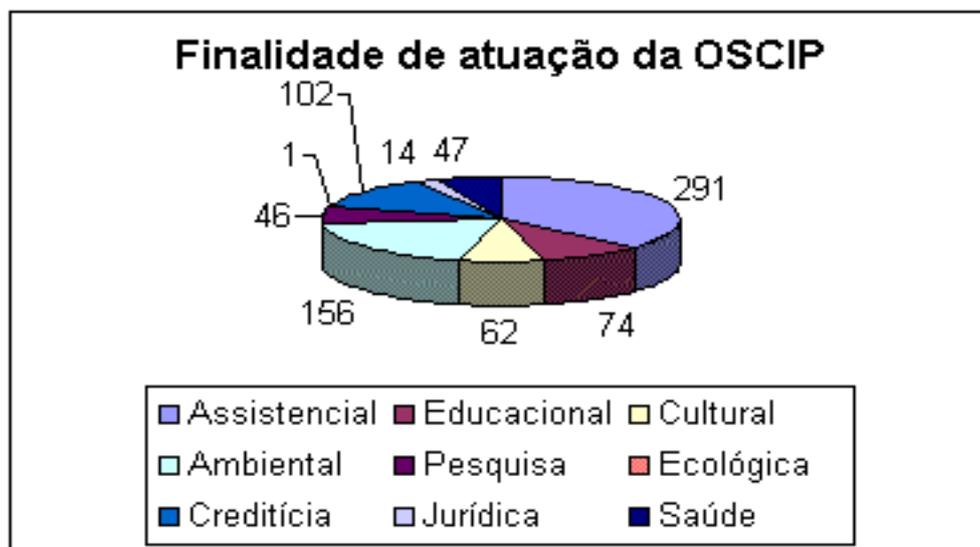
Ao longo de quatro anos: em 1999, foram registrados 131 pedidos; em 2002, este número quadruplicou, passando para 539. Outro dado interessante é que em 2002, 87% dos pedidos foram deferidos, enquanto que em 2000 foram aprovados apenas 26% dos pedidos. Esse aumento se deve, principalmente, a maior familiaridade e conhecimento das organizações sobre a Lei nº 9.790/99 que instituiu

a OSCIP. Como a lei exige o cumprimento de vários requisitos para a concessão da qualificação (dispositivos específicos do estatuto e apresentação de documentos) muitos pedidos foram indeferidos pela falta de documentos obrigatórios ou pela inadequação do estatuto.

A mesma fonte, FGV (03/12/2002), revela que apesar do aumento dos pedidos de qualificação desde a promulgação da lei, ainda é pequeno o número de entidades que possuem o título de OSCIP se compararmos com o número de organizações existentes, cerca de 200 mil, com as que possuem o *Título de utilidade Pública Federal*<sup>65</sup>, 9.849 e apresenta alguns gráficos que mostram as relações estabelecidas:

1 – Instituições já qualificadas como OSCIP, em suas áreas de atuação, conforme podemos observar no gráfico que segue:

**Ilustração 2: Finalidade de atuação da OSCIP**

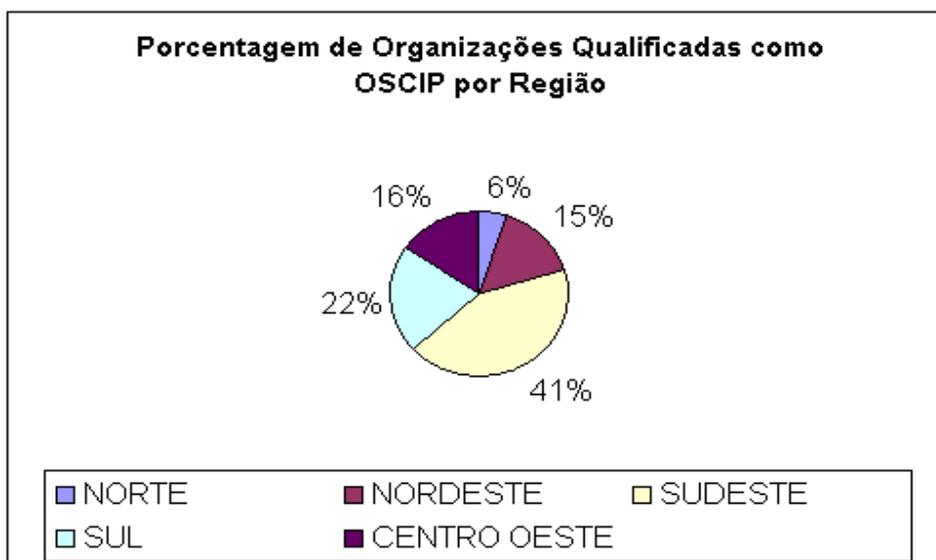


Nesta listagem encontram-se 793 organizações, 21 ficaram de fora. Destas, a maior parte (36%) tem finalidade assistencial, 20% ambiental, 13% creditícia e 9% educacional. (FGV, 2002)

<sup>65</sup> O **Título de Utilidade Pública Federal** - Lei nº. 91/35, Decreto nº. 50.517/61 e Portaria 11/90, da Secretaria de Justiça do MJ tem por fundamento teórico o entendimento de que se trata de um meio de que o Governo se vale para apoiar entidades privadas que prestam serviços necessários à coletividade, como a assistência social, o atendimento médico, a pesquisa científica e a promoção da educação e da cultura. Para que as instituições particulares possam receber o título, seus serviços devem ser executados da mesma forma que o Governo os executaria, ou seja, sem distinções de raça, credo, cor ou convicções políticas, ao público em geral e não apenas aos associados, entre os usuários efetivos ou potenciais, e não tendo o lucro por finalidade. Por se tratar de um recurso de atuação social do Governo, o título de utilidade pública é concedido, em princípio, a entidades que desenvolvam algum serviço considerado prioritário pelo Poder Público (BOUDENS, 2000).

2 - Em relação à distribuição das entidades no território nacional, a pesquisa apresenta:

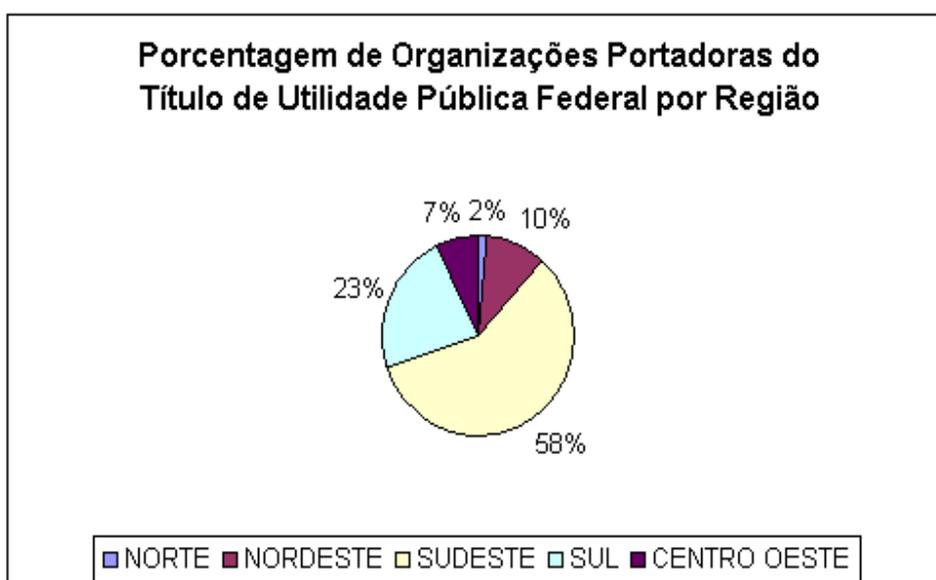
**Ilustração 3: Porcentagem de organizações qualificadas como OSCIP**



Conforme se observa a região Sudeste concentra o maior número de instituições qualificadas como OSCIP, seguida pela região Sul.

3 – Ao comparar as regiões onde se encontram o maior número de entidades portadoras do Título de Utilidade Pública Federal, notar-se-á uma semelhança: a maioria também se encontra no Sudeste e no Sul e o menor número no Norte:

**Ilustração 4: Porcentagem de organizações portadoras do título de utilidade pública**



Em seguida pode-se concentrar a análise comparativa com o detalhamento apresentado na Região Sudeste:

Tabela 4: Número de Organizações Portadoras de Títulos no Estado de São Paulo

REGIÃO	OSCIP	Título de Utilidade Pública Federal
SUDESTE	331	5684
MG	49	1580
ES	26	144
RJ	78	782
SP	178	3178

Até o ano 2000, as entidades qualificadas como OSCIP possuíam muito poucos benefícios em comparação com as entidades portadoras do Título de Utilidade Pública Federal. Em 2001 e 2002, no entanto, muitos benefícios destas foram estendidos às OSCIPs: elas conquistaram o direito de receber doações dedutíveis do Imposto de Renda e de adquirir bens apreendidos pela Receita Federal. Esses e outros benefícios podem contribuir para que mais entidades tenham o interesse de requerer a qualificação de OSCIP – FGV (2002).

Em estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Ministério do Planejamento, intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002”, realizado em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE, foram identificadas mais de 500 mil instituições do Terceiro Setor no Brasil. Essas entidades, segundo o estudo, se classificam em função de sua natureza jurídica, em 14 categorias:

Serviço Notarial e Registral (Cartório); Organização Social; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Outras Fundações Mantidas com Recursos Privados; Serviço Social Autônomo; Condomínio em Edifícios; Unidade Executora (Programa Dinheiro Direto na Escola); Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Partido Político; Entidade Sindical; Filial, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira; Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; e, Outras Formas de Associação. No mesmo estudo, que tem como um dos objetivos servir de comparativo com outros países, foi aplicada uma metodologia internacional desenvolvida pelas Nações Unidas que tem como base os critérios definidos por Salamon & Anheier, reduzindo-se o número de instituições sem fins lucrativos para 276 mil. Para atender aos critérios internacionais, algumas categorias foram excluídas permanecendo três figuras jurídicas correspondentes no novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas (que foram recentemente consideradas como uma terceira categoria). (IBGE, 2002)

O contexto das organizações da sociedade civil de interesse público foi aqui apresentado com o objetivo de conhecer a constituição dessas organizações oriundas das políticas da Terceira Via, o que permitirá uma análise fundamentada na pesquisa de uma ONG da cidade de Sorocaba que apresento em seguida.

### 4.3 CONHECENDO UMA ONG LOCAL

A Associação Educacional e Profissionalizante investigada é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

O Projeto iniciou suas atividades em 03 de janeiro de 2000 em um bairro da periferia da cidade de Sorocaba, com o foco em inclusão digital e cidadania (ONG, 2008). A primeira turma era composta de 64 alunos que aprendiam informática básica: Windows, Word e Excel, além de palestras sobre mercado de trabalho, meio ambiente, cidadania, os direitos e deveres do cidadão, entre outros, tendo como:

**Objetivo Geral:** Promover a inclusão digital e social de moradores da cidade de Sorocaba através de acesso, Interação e Aprendizado pela Internet, cursos e desenvolvimento de cidadania.

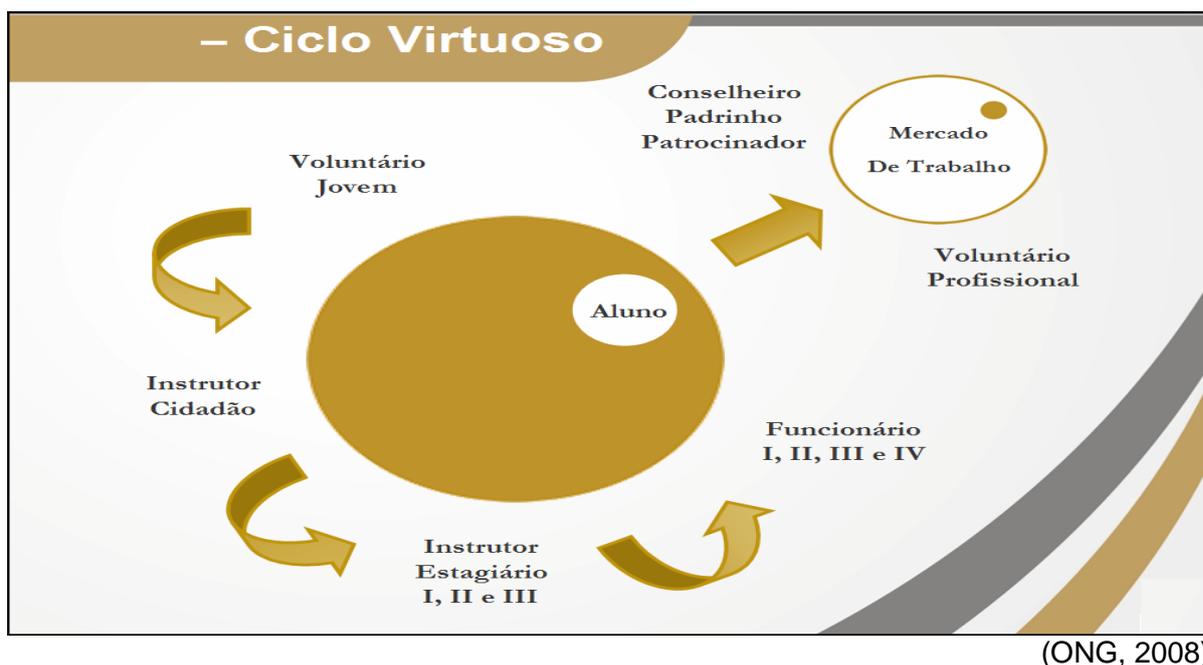
**Missão:** Promover a conquista da sustentabilidade e dignidade de grupos sociais, valorizando talentos e lideranças através de ferramentas sociais.

**Valores:** Ética, Transparência, Equidade, Co-responsabilidade, Protagonismo, Empreendedorismo, Inovação e Oportunidade.

No primeiro ano o Projeto da ONG era configurado como um projeto de responsabilidade social de uma *empresa da área de tecnologia de informação*.

A primeira comunidade atendida apresentava como característica a baixa renda, a exclusão social e alto índice de criminalidade. No segundo ano deste projeto, devido a sua enorme aceitação, o seu idealizador sentiu que seria necessário tornar a organização independente da empresa.

Ilustração 5: Ciclo virtuoso



Atualmente o Projeto oferece quatro programas diferentes de atividades para a formação de jovens em áreas de vulnerabilidade social: a Escola Digital, a Escola de Cidadania, a Escola de talentos e a Escola de Música. O objetivo é contribuir com a inclusão digital das comunidades de baixa renda, prioritariamente jovens, aumentando a auto-estima dos selecionados, melhorar a capacidade e a competência profissional dos formadores e gerar oportunidades de melhoria da qualidade de vida. Este projeto iniciou-se com a atuação de jovens voluntários. Segundo dados da organização: “ao final de 2001 atendíamos apenas 164 alunos, atualmente, com o desenvolvimento constante na atuação do Projeto tem como frutos colhidos a formação de 3016 alunos” (ONG, Histórico, 2006).

Em 2005 a organização foi declarada de utilidade pública<sup>66</sup> pela Prefeitura Municipal e, em 2006 se estabeleceu a parceria<sup>67</sup> entre o município e o Projeto, a qual consiste na gestão dos núcleos do SabeTudo<sup>68</sup>. A implantação e replicação

<sup>66</sup> A **declaração de utilidade pública** da *Associação Educacional e profissionalizante Pérola* estabelecida pela LEI Nº 7456, DE 17 DE AGOSTO DE 2005, encontra-se no anexo D deste trabalho.

<sup>67</sup> A referida **parceria** está registrada sob a LEI Nº 7933, DE 05 DE OUTUBRO DE 2006 e pode ser lida na íntegra no anexo E deste trabalho.

<sup>68</sup> **SabeTudo** – é um programa implantado pela Prefeitura de Sorocaba em parceria com a ONG Pérola que proporciona acesso gratuito a Internet, disponibilizando cursos de informática e cidadania, leitura de jornais e revistas em telecentros localizados em algumas escolas municipais.

foram realizadas em dois modelos nos quais os fatores de diferenciação são: o horário de funcionamento, o número de atendimentos e a quantidade de recursos humanos envolvidos.

Em 2006 o projeto contava com dez unidades distribuídas em cidades do interior de São Paulo: Sorocaba, Jundiaí, Votorantim, Salto, Salto de Pirapora, Americana e Mairinque.

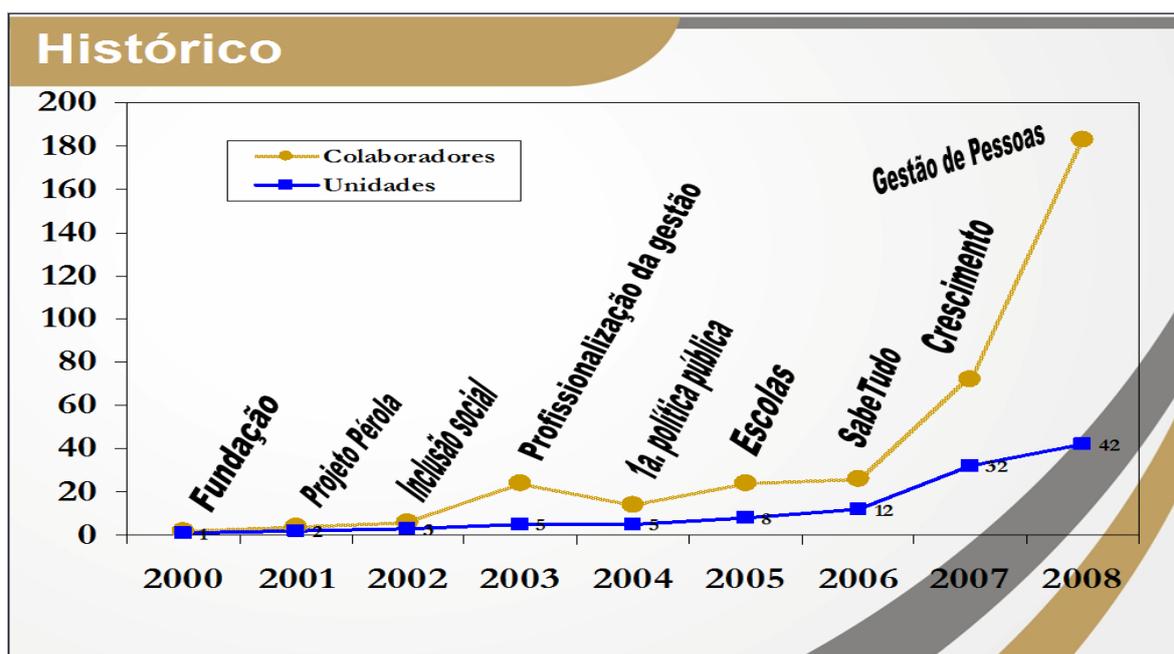
No período de 2007/2008 houve expressiva ampliação dessa organização, conforme se pode verificar pelos indicadores e colaboradores<sup>69</sup>:

**Tabela 5: Indicadores**

<b>Categoria</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Número de colaboradores	72	<b>180</b>
Unidades	32	<b>42</b>
Ensino Médio Cursando	08%	02%
Ensino Médio Concluído	08%	02%
Ensino Superior Cursando	62%	<b>86%</b>
Ensino Superior Concluído	17%	05%
Ensino Técnico Cursando	06%	06%
<b>Origem</b>		
Ex-alunos	17%	<b>58%</b>
Universitários	81%	42%
<b>Orçamento</b>	<b>354.062,53</b>	<b>2.197.629,00</b>

(ONG, 2008)

**Ilustração 6: Histórico de colaboradores**



(ONG, 2008)

<sup>69</sup> A relação completa de seus **colaboradores** (2008) pode ser encontrada no anexo F deste trabalho.

A capacidade de cada unidade do *SabeTudo* em número de atendimentos por semestre, pode variar de acordo com o modelo de gestão adotado:

**Tabela 6: Modelo de Gestão 01**

				Horário de Funcionamento	
				Dias	Horário
				Segunda à Sexta	8h às 18h
				Sábado	-----
Número de Atendimentos Semestral					
Categoria	Dia	Mês	Total Semestre		
Acesso, Interação e Aprendizado pela Internet.	20*	400	2.640		
Inclusão Digital e Alfabetização Digital	40	80	80		
Escola de Cidadania	-	80	80		
Número de Atendimentos Total	60	560	2.800		
Recursos					
Categoria	Qtd/Dia	Qtd/Mês	Total Semestre		
Recursos Humanos	03	03	03		
Recursos					
Categoria	Dia	Mês	Semestre		
Recursos Financeiros	R\$ 172,67	R\$ 5.180,00	R\$ 31.080,00**		

\* Cada atendimento corresponde à ½ hora.

(ONG, 2008)

**Tabela 7: Modelo de Gestão 02**

				Horário de Funcionamento	
				Dias	Horário
				Segunda à Sexta	8h às 22h
				Sábado	8h às 13h
Número de Atendimentos Semestral					
Categoria	Dia	Mês	Total Semestre		
Acesso, Interação e Aprendizado pela Internet Seg a Sex.	28*	560	3360		
Acesso, Interação e Aprendizado pela Internet Sábado.	10	40	240		
Inclusão Digital e Alfabetização Digital	40	80	80		
Escola de Cidadania	-	80	80		
Número de Atendimentos Total	78	760	3760		
Recursos					
Recursos Humanos					
Categoria	Dia	Mês	Total Semestre		
Recursos Humanos	5	5	5		
Recursos Financeiros					
Categoria	Dia	Mês	Total Semestre		
Recursos Financeiros	R\$ 222,67	R\$ 6.680,00	R\$ 40.080,00**		

\* Cada atendimento corresponde à ½ hora;

(ONG, 2008)

Os melhores alunos do Projeto ganham bolsas de estudo (100%) em colégios renomados das cidades próximas às unidades. As pessoas que não forem contempladas com a bolsa recebem a oportunidade de fazer diversos outros cursos que contribuem para sua formação profissional ou até mesmo artística. São exemplos: iniciação ao instrumento Violão e operação de softwares de gestão. O melhor aluno de cada unidade recebe como prêmio um computador pessoal compatível com as ferramentas que aprenderam no curso (ONG, 2008).

A metodologia adotada abrange:

1 - **Acesso, Interação e Aprendizado pela Internet:** acesso a Internet, segundo esta organização, permite a oportunidade de aprendizado além de proporcionar a inclusão social das pessoas usuárias. O núcleo SabeTudo, disponibiliza as estações de acesso a Internet e ferramentas aprendizado pessoal e profissional, conforme descrito no (sub-anexo I)<sup>70</sup>. Os usuários deverão se cadastrar através de formulário padronizado (sub-anexo II), estar de acordo com o contrato de direitos e deveres do usuário (sub-anexo III) e ler o manual de acesso grátis a Internet (sub-anexo IV).

2 - **Capacitação Digital:** abrange todas as atividades que envolvem o desenvolvimento dos cursos “Inclusão Digital” e “Alfabetização Digital”. As turmas serão de até 80 alunos, divididas conforme as faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos), e dispostas em horários conforme disponibilidade e interesse. Os cursos terão carga horária de 16 horas para inclusão digital e 64 horas para Alfabetização Digital, conforme descritos nos sub-anexos V, VI, VII, VIII, IX e X.

3 - **Escola de Cidadania:** Palestras e mini-cursos sobre os temas: higiene pessoal, saúde, meio ambiente, mercado de trabalho, prevenção a drogas e DST, comportamento, responsabilidade social, motivação e auto-ajuda. Os temas serão desenvolvidos através de dinâmicas, atividades vivenciais, palestras e filmes.

As palestras ocorrerão quinzenalmente para grupo de 20 pessoas (por período) divididas por faixa etária. Mais detalhes no sub-anexo XI.

---

<sup>70</sup> Para esclarecimento da metodologia são citados os sub-anexos **de I à XI**, que por motivo de organização estão disponíveis no anexo G deste trabalho.

A Organização Não-Governamental pesquisada vem atuando na capacitação digital de jovens voluntários, dentre os quais, os melhores passam a atuar como monitores das unidades dos telecentros SabeTudo.

A capacitação digital apresenta-se como necessidade diante das profundas mudanças que marcam o cenário tecnológico contemporâneo, na denominada Revolução Tecnológica. Torna-se imperioso interagir com as tecnologias inovadoras, dentre as quais o computador, para alcançar de forma particular os novos meios de comunicação, suas linguagens, assim como os novos modos de transitar o conhecimento e a informação.

#### 4.4 O PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL

O projeto de *letramento*<sup>71</sup> e *inclusão digitais* por meio de múltiplas linguagens que aconteceu de março à dezembro de 2008 e teve como patrocinador um Banco e como colaboradores, uma Universidade, uma Faculdade e a Prefeitura Municipal. No projeto inicial, o curso idealizado seria de rádio, por este motivo o nome escolhido. Com problemas em relação à pessoa indicada para a coordenação do projeto, a ONG efetivou a atual parceria e o projeto ganhou a concepção de *letramento digital*. Para sua execução, a responsável pelo projeto na ONG, contou com o apoio de dois professores universitários no desenvolvimento e adaptação do curso.

A proposta de *Letramento Digital* por meio de múltiplas linguagens (audiovisual som/vídeo, escrita e leitura) é um complemento da *inclusão digital* já existente no Projeto da ONG, entretanto a intenção de seus coordenadores seria proporcionar um efeito multiplicador por meio de práticas sociais, onde instrutores, alunos, professores e comunidade, participassem do aprendizado adquirindo esse letramento.

O presente projeto se justifica na medida em que cria oportunidades de familiarização com novas tecnologias e de execução de projetos educacionais criativos utilizando essas tecnologias, em benefício da comunidade. O objetivo geral do *Projeto* é desenvolver projetos pedagógicos que envolvam múltiplas linguagens com vistas ao letramento e à inclusão digitais, privilegiando aspectos referentes às comunidades onde os participantes estão inseridos. (ONG, 2008)

---

<sup>71</sup> **Letramento digital** – é compreendido pelo projeto como algo que abrange a inclusão digital, indo além do acesso aos meios tecnológicos e que possibilite às pessoas, o uso das linguagens do meio digital de forma a permitir-lhes a expressão de suas ideias e a interação com pessoas de diferentes regiões.

Além desses objetivos gerais, o projeto apresenta como objetivos específicos a formação de professores e instrutores:

- Capacitar professores da Rede Municipal de Ensino, instrutores do Projeto e estagiários da Uniso para o uso de múltiplas linguagens (áudio, vídeo, imagem e texto);
- Desenvolver habilidade de leitura e a capacidade de interpretação de textos e vídeos diversos sobre saúde, cultura, meio ambiente, educação, violência etc.;
- Promover a socialização de ideias, o trabalho em equipe e o registro do processo e do resultado final do trabalho, como forma de contribuição através da disponibilização desses trabalhos na Internet. (ONG, 2008)

Executado nos telecentros de inclusão Digital - *SabeTudo*, espalhados pela cidade, o projeto apresenta como objetivos proporcionar a autonomia autoral, de forma crítica, criar oportunidade de familiarização com as novas tecnologias através de múltiplas linguagens, privilegiando não apenas os alunos envolvidos no projeto mais sim, toda comunidade vinculada ao mesmo. (ONG, 2008)

O seu desenvolvimento aconteceu com a capacitação de instrutores, alunos do curso de Sistema de Informação, que atuam como estagiários do Projeto, além de professores da Rede Municipal de Ensino Fundamental onde os telecentros Sabe Tudo se anexam às escolas.

Dois estagiários do curso de Letras/Português da Universidade coordenados por uma professora, foram responsáveis pelo conteúdo, do ponto de vista pedagógico (instrutores pedagógicos), passando aos instrutores do Projeto, tudo que seria desenvolvido com os alunos.

O grupo de instrutores coordenado pela referida professora, foi reunido mensalmente com os instrutores de apoio. Nessas capacitações todos expunham os trabalhos de suas respectivas unidades, desfaziam dúvidas e ouviam sugestões uns dos outros. Todos os procedimentos pedagógicos foram acompanhados pela coordenadora.

Nesse contexto, buscarei conhecer: qual a contribuição das novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba para a denominada inclusão digital?

## O curso de alfabetização e letramento digital

O curso *Vozes que ecoam* foi oferecido para a Rede Municipal de Ensino por meio da Secretaria de Educação e iniciou-se em abril de 2008 com previsão de 160 horas, entretanto ofereceu 120 horas de formação. A divulgação foi feita nas unidades escolares e na maior parte dos casos houve sorteio para determinar quem teria acesso à uma das 40 vagas oferecidas.

Iniciaram o curso vinte e um inscritos, sendo uma diretora, uma professora que atualmente trabalha na secretaria da educação, três orientadores pedagógicos, duas inspetoras de alunos e quatorze professoras do ensino fundamental, entretanto, devido a uma expectativa sobre o curso diferente de sua proposta o grupo se reduziu a 13 concluintes.

A formação aconteceu de forma presencial, entretanto, foi utilizado o ambiente virtual *TelEduc*<sup>72</sup>, hospedado na Universidade, como ferramenta de apoio virtual. Este ambiente possui um esquema de autenticação de acesso aos cursos. Para que formadores, coordenadores, alunos, convidados e visitantes tenham acesso ao curso é preciso que se tenha uma senha e uma identificação pessoal, ambas solicitadas ao participante sempre que ele fizer o acesso.

Por meio dos professores coordenadores do curso, consegui informações para entrar em contato com as professoras. Com o objetivo de focar meu objeto de pesquisa pretendia deter minha investigação sobre a contribuição do uso das novas tecnologias com o grupo de treze pessoas que participaram do referido curso até o final, entretanto duas não quiseram participar. Uma delas alegou motivo de saúde da filha e a outra se negou terminantemente a dar entrevista não tendo explicado o motivo, as demais foram muito receptivas.

Os professores coordenadores elaboraram um *questionário diagnóstico*, o qual foi respondido no início do curso. O objetivo desse diagnóstico era conhecer os hábitos de uso da internet e da informática - pessoal e na escola.

---

<sup>72</sup> O **TelEduc** é um ambiente em desenvolvimento no Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Seus principais recursos se encontram no anexo H.

A tabulação dos dados<sup>73</sup> permite verificar que a maior parte delas possui computador em casa, doze possuem *e-mail* e relatam acessar a internet diariamente ou uma vez por semana. A internet é mais utilizada para trocar e-mails e realizar pesquisas, entretanto outros usos são apontados: ler notícias e novidades, consultar bancos e contas, fazer compras e bater papo. Na escola, quanto à frequência que utilizam a sala de informática, nove professoras relataram utilizar a sala de informática pelo menos uma vez por semana, quatro não utilizavam e uma utilizava duas a três vezes ao mês.

Indicaram desenvolver as seguintes atividades nas salas de informática: digitação (duas); trabalhos com programas aplicativos (oito); jogos e entretenimento (cinco); CD roms (uma), jogos com objetivos pedagógicos (uma). Três indicaram não utilizar e uma não respondeu a esta questão.

Quanto ao uso da sala de informática: sete professoras relataram usá-la com os alunos, três sozinhas e com os alunos, e quatro não utilizavam. As que não utilizavam apontaram os seguintes motivos: falta de tempo, rotina intensa e travessia com crianças da oficina; desenvolvimento de atividades com alunos na oficina do saber; conteúdo limitado que os softwares possuem; falta de conexão com internet para possibilitar outras pesquisas. Estes aspectos, segundo elas, tornam o uso da sala de informática menos frequente.

Quanto ao tipo de ajuda que gostariam de receber para usar a sala de informática, apontaram a necessidade de ter: dicas de atividades (nove); apoio de monitores (duas); auxílio para usar aplicativos (seis); fontes para pesquisa na internet (sete) e ter acesso à internet (três).

Conforme relato dos professores coordenadores, em entrevista a mim concedida, a sondagem inicial permitiu a observação de que seus participantes acreditavam saber utilizar as novas tecnologias, entretanto:

O que a gente percebeu na prática era que elas achavam que sabiam, mas na verdade elas não sabiam nada... nada assim... não que nada. O curso que elas tinham, o que elas entendiam por uso da tecnologia, era apertar um botão numa sequência: olha agora você cria, agora você clica aqui. E a nossa proposta era pedagógica.

Nós chegamos e dissemos: essas ferramentas todas existem, né? Para publicação, o blog, a wiki e todas que nós trabalhamos... E nós gostaríamos que vocês pensassem na sua prática.

---

<sup>73</sup> A **tabulação dos dados** do diagnóstico inicial estão expostas nos gráficos que se encontram no anexo I deste trabalho.

Como aplicar isso na sua prática? Envolvendo seus alunos, fazendo com que eles sejam autores na *net*, enfim, a proposta era essa, que elas ampliassem esse olhar. Que a voz delas como professoras ecoassem pela escola, que as que estavam fora do projeto pudessem influenciar as outras professoras. E também poderiam em determinado momento utilizar o espaço no SabeTudo para levar os alunos. E foi essa a nossa proposta. (Professora coordenadora do curso, 08/05/2009)

Na proposta apresentada, observa-se uma concepção sobre o uso de tecnologias que reforça meu pressuposto de que se fazem necessárias a capacitação e formação dos professores para poderem explorar adequadamente esses recursos para além de suas potencialidades técnicas. As novas tecnologias devem ser pensadas e tratadas como instrumentos mediadores da prática pedagógica. Segundo Moran(1995), *“as tecnologias de comunicação não mudam necessariamente a relação pedagógica. As tecnologias tanto servem para reforçar uma visão conservadora, individualista como uma visão progressista”*.

Segundo os professores coordenadores, o curso aconteceu no decorrer do ano de 2008 e devido a concepção inicial não estar totalmente ajustada a proposta acima descrita, o curso passou por adequações e o mesmo grupo seria convidado a participar de um segundo curso de alfabetização e letramento digital – *Escrita Digital*, oferecido pela Universidade, com a mesma parceria anterior.

Convidada, passei a acompanhar o *novo curso*<sup>74</sup> de inclusão digital que em sua previsão inicial deveria ter aproximadamente 120 horas, mas devido a adequação à realidade da instituição, houve uma reformulação e deverá ser realizado em vários módulos durante o ano de 2009. O primeiro módulo teve início em 16 de Maio e foi finalizado em 27 de Junho, contando com 16 horas. Neste módulo, o professor coordenador, em conversa com as professoras, expôs: *“o objetivo da gente é fazer algo diferente na escola e não no computador... Tudo que fizerem na escola, tenham sempre em mente o objetivo de vocês... Não ponham um desenho, uma linha, se não for para o projeto de vocês... A gente acredita que dá para fazer coisas melhores. Para isto é necessário: banda mais larga, equipamentos decentes... Nosso negócio não é sonhar, é fazer. Nós temos um problema que é de acesso, mas a gente não resolve as coisas só com o acesso. Tem que ter a linguagem: o som, a imagem, etc. E tem que a terceira parte do trabalho que é a parte pedagógica. Se eu não conseguir saber o que fazer, como usar as duas primeiras, eu não consegui nada.* (Informação verbal<sup>75</sup>, 2009).

---

<sup>74</sup> **Escrita Digital** - O cronograma inicial deste curso se encontra no anexo J deste trabalho.

<sup>75</sup> **Nota de aula** do professor coordenador do curso em 30/05/2009.

Concordo com a ideia exposta acima por acreditar que a inclusão digital requerida para a prática docente deva privilegiar a proposta pedagógica, os conteúdos e não o uso da tecnologia em si. Embora a proposta seja muito interessante, observa-se que seus coordenadores enfrentam dificuldades para executá-las da forma que pretendem. Além da complexidade da tarefa educacional, há indícios de barreiras operacionais de fundo econômico no projeto.

Com o objetivo de conhecer a contribuição do curso para a alfabetização e letramento digital deste grupo professoras, minha pesquisa se efetivou com o grupo de onze pessoas. Todas são do gênero feminino, dez são professoras e uma é inspetora de alunos. Uma professora está neste momento afastada de seu cargo assumindo a direção de uma unidade de educação infantil e duas assumiram o cargo de orientadoras pedagógicas recentemente. Outra deveria assumir o cargo de orientadora pedagógica, mas foi impedida por ter um diploma pré-requisito para o ingresso, não reconhecido pela prefeitura. Segundo ela, o curso está aprovado sob a legislação de Educação à Distância que é regulamentado pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC e está contraditoriamente em conflito com outras determinações legais do mesmo órgão governamental.

Todas elas possuem curso superior e todas as professoras do grupo têm o curso superior em Pedagogia, sendo que sete fizeram pelo menos uma especialização *latu senso*. Suas idades vão desde 32 anos a mais nova, até 56 anos a de maior idade, sendo que a média de idade está entre 40 e 45 anos. Quanto ao tempo de trabalho na rede municipal, a média é de 11 anos. A que está há menos tempo, está há 7 anos e a que tem mais tempo já está há 18 anos, sendo a média de 11 anos. Somente três trabalham apenas em um período, as demais trabalham em dupla jornada ou sob contrato de 40 horas semanais.

Quando foram questionadas sobre o que as levou a se inscrever no curso de inclusão digital surgiram as seguintes motivações:

- Oportunidade de aprendizagem;
- Aprender a mexer com o computador;
- Estava afastada da sala de aula e se interessou;
- Queria ter conhecimentos sobre informática e mídias;
- Pontuação no plano de carreira, ganhar referências;
- Necessidade de acompanhar porque os seus alunos já estão inseridos;
- Porque adora informática;
- Curiosidade e pouco conhecimento em informática;
- Necessidade de aperfeiçoar o uso da informática como ferramenta;

- Crescimento pessoal e querer se desenvolver nessa área;
- Amor pela tecnologia, além de entender como ela pode ser aproveitada na educação;
- Trabalhar com novas tecnologias;
- Porque é um tema do seu interesse.

Um aspecto interessante que surgiu na conversa com as professoras é a facilidade com que o jovem utiliza o computador. Uma delas, P5, diz que se inscreveu por se sentir dependente de sua filha para utilizá-lo:

“Foi mais por curiosidade e querer me desenvolver nessa área. Eu já conhecia um pouco, a noção que eu tinha de computador é porque eu tenho uma filha que hoje tem 19 anos. Eu comprei um computador quando ela tinha uns 13 anos e daí comecei a pensar: eu preciso aprender também, né? comprei para a família mesmo o computador. Daí ela... a melhor coisa hoje em dia, quando você compra qualquer produto eletrônico é ter uma adolescente em casa ou um adolescente, né? (risos) [...] Até hoje cada coisa que eu quero fazer no computador, eu acho uma benção ter minha filha do lado”.

Trago aqui a observação de P5 para o ambiente escolar e estabeleço uma comparação com minha experiência de onze anos trabalhando com informática educacional. Realizava projetos em conjunto com outros professores de uma mesma equipe e aplicava-os para alunos de ensino infantil e fundamental. As palavras de P5 endossam esta vivência na qual o uso do computador como tecnologia educacional, normalmente apresenta esta característica específica: com frequência o aluno passa a utilizá-la sem medo e sem restrições, algumas vezes mostrando um domínio muito maior dessa tecnologia do que o seu professor, fato que muitas vezes leva o professor a se afastar do contato com este instrumento como possibilidade mediadora de seu trabalho, outras vezes o reconhecimento dessa situação o mobiliza a conhecê-lo melhor e a superar suas dificuldades.

Nesse sentido P2 afirma: *“Tem algumas crianças de 4 anos que já tem computador em casa, que fala de computador e tem facilidade com o computador... que joga, então você tem que acompanhar, não pode ficar pra trás”.*

Essa característica vem exigindo do professor uma mudança de postura em relação a sua prática, onde a interação com seus alunos passa a ser uma atitude necessária para o bom andamento do trabalho pedagógico e de sua inclusão digital.

O trabalho docente demonstra estar demandado por aspectos novos ao seu fazer e com o objetivo de verificar como os professores percebem esta

transformação diante de suas atribuições rotineiras, investiguei de que forma o projeto o demandou e obtive algumas indicações:

**P1:** “Ajudou muito, deu mais qualidade ao trabalho”;

**P2:** “Não sobrecarregou porque tenho os sábados livres mesmo, nem atrapalha no desenvolvimento das atividades da escola”;

“Na escola é difícil porque não tem muitos recursos tecnológicos e os professores também não estão a par desse curso, não conhecem, não estão motivados a mudar as atividades, a forma de trabalhar. Cada um desenvolve já há muito tempo seu trabalho. Eu percebo que eles não tem interesse em uma coisa nova, que eles já estão meio sobrecarregados. É um projeto daqui, dali,... A educação infantil tem projeto, tem toda uma agenda pra você seguir. E acaba sobrecarregando, é muita cobrança, é muita coisa pra você fazer, né? Então eu percebo que o que vem de fora assim, a princípio, num primeiro momento não desperta muito o interesse pra eles, né? Tanto que eu estou fazendo o curso e eles nem sabem que eu faço o curso. Eu comentei com um professor só que eu fazia e ele nem perguntou e nem pediu detalhes, nada...”

**P3:** “Não tenho outras atividades por estar afastada da sala de aula”;

**P4:** “Hoje eu atuo como suporte, eu dependo de outros, dos professores pra eu estar desenvolvendo um projeto de mídias, então se eles precisam de mim eu faço o trabalho pra eles. Muitos professores não têm conhecimentos nenhum de informática, então se eles desenvolvem alguma coisa eu até me ofereço pra desenvolver um projeto de mídias. Eu acho que deveria ser até uma coisa obrigatória ter conhecimentos de mídias”;

**P5:** “Pra mim foi um descanso porque era assim: sábado era um sábado sim e um sábado não. Foi mais ou menos assim o curso e à medida que íamos lá, íamos descobrindo coisas, descobrindo coisas... então aprendemos a fazer um blog, né? Então, a partir daquele blog a gente ia conhecendo o blog de outras pessoas, então pra mim foi uma delícia! É lógico que não foi desde o começo, né? No comecinho do curso muitas vezes eu e algumas colegas falávamos: o que é que eu estou fazendo aqui? Isso porque a professora tem um conhecimento maravilhoso, né? E ela é mil por hora. A gente falava que ela era 220, e nós né? Ela falava certas coisas que nós ficávamos pensando... mas o que é isso? Daí, acho que ela percebeu que o pessoal tinha um nível de conhecimento de computador, assim... inferior. Pelo menos aquela turma, né? Então ela mudou, eu percebi que ela mudou também. E depois, no final, ela falou isso pra nós, que ela precisou adaptar. Mas, independente disso, ela é..., o curso... eu adorava fazer o curso. À medida que a gente vai aprendendo, a gente vai querendo conhecer mais”.

**P6:** “Pelo fato da proposta ser para o Ensino Fundamental e eu estar trabalhando com Educação Infantil não foi fácil de adaptar porque não dava pra desenvolver exatamente as atividades que eles sugeriram com a idade de crianças que eu tinha”.

**P7:** “Olha, na rede municipal, eu me sinto assim privilegiada por eles colocarem ao nosso dispor tantos cursos. Inclusive, esse de tecnologia, né? De mídias. Mas, quando eles nos falam como ouvimos no nosso último HTPC que todos esses cursos e essas ferramentas estão a nossa disposição, ao nosso serviço, pra adequar às necessidades das crianças e fazê-los compreender o mundo em que eles vivem... Aí é maravilhoso”.

**P8:** “Eu utilizava uma carga horária envolvendo planejamento... de 4 horas diárias porque eu gosto, adoro mesmo. É uma coisa que eu vivo, então todas as minhas aulas eram planejadas através da informática, nem que fosse para a procura de imagens para montagem das aulas, impressão das aulas... Muitas vezes eu procurava filmes, mídias, preparava slides, entendeu? e aplicava em sala de aula. Em sala de aula não era todos os dias de forma data show ou computador porque também se torna meio inviável o uso diário

disso para uma 1ª série. Mas, ao menos uma, duas vezes na semana eu utilizava esses recursos. Agora nos outros dias era utilizado, mas de forma assim, que eu preparava em casa com o uso da tecnologia e levava para a sala de aula”.

**P9:** “Ele me possibilitou conhecer sites, ferramentas para eu usar em outras coisas na escola integral. Às vezes nas aulas de informática, eu não conseguia usar o SabeTudo com as crianças. Mas, assim, determinar algumas coisas com a pessoa que trabalha comigo para produzir um vídeo, por exemplo, visual. Eu queria divulgar esse vídeo para os pais. Para esse vídeo eu queria melhorar a foto, colocar algumas coisas, então, essas ferramentas que eu utilizei foram importantes nesse processo. Foi um processo de 20 dias angustiante porque tem coisas que você não sabe e que vai ter que ir buscar. E não era só eu, tinha uma auxiliar me ajudando. Isso foi muito significativo.

**P10:** “As atividades, as tarefas que eles foram propondo não eram assim tão absurdas pra gente estar fazendo, em termos de horário, de gastar muito tempo. A questão é o tempo que a gente já não tem. Então eu trabalhava direto na oficina e o tempo que sobrava era de madrugada da meia noite à uma, uma e meia da madrugada e eu lá fazendo os trabalhos. Então acho que é uma média de 1 hora por dia mais ou menos”.

**P11:** “Eu fiz assim, eu aproveitei as tarefas que tinha que fazer no curso com as aulas que eu tinha que trabalhar, porque o objetivo do curso era esse, o que poderia me auxiliar pra trabalhar com os alunos. Então eu falei assim: Já que eu tenho que fazer as tarefas que o curso está exigindo e também tenho que programar e planejar minhas aulas, eu juntei os dois”.

Observo que os professores, de modo geral, gostaram de fazer o curso e relatam não se sentirem sobrecarregados com as atribuições decorrentes, entretanto, o simples fato de apontado por P1 de que “*ajudou muito*” já nos dá uma indicação de que embora o curso não tenha sido percebido como sobrecarga, os professores já estão sobrecarregados com outras atribuições. Um exemplo pode ser visto no depoimento de P10 que realizava suas atividades de madrugada.

A contribuição de P4 aponta para a situação de falta de qualificação de professores para o trabalho com as novas tecnologias, entretanto, essa postura de certo desinteresse por parte dos mesmos, relatada também por P2, é outro forte indicativo de que eles estão sobrecarregados com o trabalho e este seria um possível motivo em não estarem tão disponíveis para executar novos projetos, embora não esteja descartando aqui uma possível acomodação em busca de novos conhecimentos.

Em P5, P6, P7, P8, P9, P10 e P11 observa-se algo comum entre os professores do ensino infantil e fundamental: a disposição em aprender, em realizar atividades, projetos, em integrar os conteúdos que devem ser trabalhados fazendo ajustes que atendam às necessidades e ao mesmo tempo sejam possíveis diante de outros afazeres, em se desdobrar para uma causa maior que é a educacional, encontrando sempre a melhor forma de priorizar o desenvolvimento da criança.

Quanto as condições de trabalho encontradas pelos professores para o desenvolvimento deste projeto, as professoras relatam vários aspectos a serem superados:

**P3:** “Na escola “o bicho pega”... Lá me ofereceram um computador windows 95 ou pra baixo, que não dava muita coisa... A sala de informática passou a existir lá em 2002, quando eu fui pra lá. Em 2002 nós fizemos um curso de informática de um ano, do Positivo, para atuarmos com os alunos, então eu já tinha uma base: havia as salas de alfabetização, os jogos de alfabetização, compras em supermercado, aprendemos tudo isso daí, mas mesmo assim, tinha uma estagiária pra nos ajudar. Mas a gente menos tinha a estagiária do que tinha e mesmo assim levasse muita coisa pra casa. Eu levava e minha colega também, senão nós não íamos vencer porque tínhamos uma média de quatrocentos alunos e era assim, segunda feira todas as primeiras séries, terça feira todas as segundas séries, quarta feira todas as terceiras séries, quinta feira todas as quartas séries e sexta feira era atividade coletiva. Mas, daí veio junto o SabeTudo, aí deu uma força”.

No relato de P3 observa-se a questão de equipamentos e softwares defasados, além da ausência de uma pessoa para auxiliar no bom desempenho dos trabalhos propostos para o laboratório de informática, no caso a função que antigamente era exercida por uma estagiária.

**P4:** “Não temos laboratório de informática. Temos laboratório da Positivo, acredito que tem umas oito máquinas (mesas de alfabetização). E a partir do ano que vem acho que ser desenvolvido um projeto, eles vão montar um laboratório específico só para nós. Sem ter um laboratório de informática, eu uso o meu notebook, faço o trabalho na minha casa e apresento pra eles. Eu já tenho tudo certinho em casa, né? Então eu acabo fazendo em casa, fora do meu horário da escola”.

A ausência de laboratório de informática é um aspecto comprometedor do trabalho com novas tecnologias apontado por P4, uma vez que ela acaba executando trabalhos educacionais em horário que deveria ser de descanso. Este é um exemplo de nova atribuição ao fazer docente decorrente das inovações tecnológicas.

**P5:** “Na escola eu não desenvolvi nada. Com os alunos não. Nós não temos internet que as crianças possam mexer. A internet da escola é só pra uso da escola mesmo. Então foi mais um desenvolvimento pessoal. A escola tem laboratório, mas não tem internet e fazer blog, mexer com blog, é só internet. Na verdade, esse curso ele desenvolveu, ele ajudou mais os professores se desenvolverem nas escolas que tem Oficina do Saber porque daí tem computador com internet, não sei quantos, não sei como é que está essa situação, mas tem. Mas nós com o nosso laboratório, não. Eu fazia as atividades que eram pedidas em casa mesmo, só em casa Na escola a única coisa que eu fiz é... eu fazia propaganda do meu blog”.

O principal aspecto sinalizado por P5 é a falta de acesso a internet , o que a impede de trabalhar o blog com as crianças na escola.

**P6:** “Ainda temos algumas restrições com relação ao equipamento que as escolas tem, que ainda são muito precários e nas duas escolas que eu estou ainda não tem internet. Então, muita coisa eu ainda tenho que fazer em casa. Agora, tendo no trabalho...

Facilitou muito a vida porque hoje qualquer coisa, “tim, tim, tim...”, mando um recado, mando uma mensagem e ainda poderia ser melhor se o equipamento estivesse mais a disposição do profissional nas escolas, computadores e internet. Temos o SabeTudo aqui perto, mas o uso é limitado porque você não pode... você só pode imprimir 5 páginas ao mês, você não pode usar o *pen drive*, ele não está a serviço do professor, não está. Algumas coisas eu utilizo, fui ao SabeTudo, fiz a minha fichinha porque eu vou ao SabeTudo várias vezes, tanto para ver, abrir o e-mail, enviar e-mails... então facilita, mas não ajuda muito o trabalho do professor”.

Equipamentos precários e falta de acesso à internet são apontados por P6 como restrições ao trabalho com novas tecnologias em sua escola. Além disso, o SabeTudo que poderia resolver a deficiência apresentada pela escola não possui um atendimento que atenda as necessidades dos professores, embora ajude.

**P7:** “Nós estamos vivendo na rede municipal nesse ano, a meu ver, um momento de transição, de impasse. Às vezes acontece isso, né? O serviço fica meio que travado por conta da falta de acesso aos nossos computadores. Nós temos no laboratório de informática, na sala de aula. Dentro do laboratório existe um computador ligado à internet e eu já usei com esta função, com a minha classe... mas eles não estão, vamos dizer assim, desativados. As máquinas estão danificadas porque até o ano passado existia dentro dos laboratórios um estagiário, uma pessoa, um monitor. Uma pessoa disponível que preparava a sala ambiente. A gente pedia pra ele, marcava certinho, “olha, a semana que vem eu vou precisar da mesa alfabeto”. Daí ele já combinava, então os professores, tudo bem vamos colocar a mesa alfabeto essa semana? Porque ela demora pra conectar. São cinquenta minutos de aula, você gasta lá uns 10, 15 minutos pra colocar tudo funcionando. Pra ligar as máquinas, né? Ele fazia esse serviço pra gente e quando nós informávamos: “olha, tal computador não liga, o mouse não está funcionando”, o estagiário já na hora consertava pra gente ou fazia a chamada pro pessoal da Positivo vir e corrigir, ou seja, tudo funcionava. A partir do momento que esse estagiário saiu da sala do laboratório grande parte dos professores quando dá “um pau” na máquina eles não sabem resolver. Alguns não sabem nem ligar e desligar a rede dentro da sala. Tudo bem, todos nós passamos por um preparo, mas se você não exercita praticamente, diariamente, você esquece. E ir cada 15 dias num laboratório não é o suficiente para o professor, por exemplo, que pulou uma semana, que teve um feriado.. ele não aprende, não lida bem com isso. E esse ano nós estamos sem esse estagiário na sala, eles eram contratados pela rede e ligados também a Positivo. Teria que ter um novo contrato, esse contrato teria que ser renovado. A gente está numa “entre safra”. Então, veja bem, eu não vou desenvolver um trabalho com meus alunos se nem mesmo meu laboratório de informática na minha escola não está disponível. Se eu quiser, entrar lá, ligar todos os computadores com as crianças esperando... imagina aqueles que são danados, né? E colocar todos os softwares, rodar,... a gente sabe fazer isso. Eu sei fazer, não são todos os professores, eu sei fazer... mas, acontece ao mesmo tempo que dos oito computadores que eu tenho lá, talvez a metade não esteja funcionando. Eu tenho 36 alunos e a sala funciona pelo menos com 6, tem que ter pelo menos 6 computadores funcionando. Pra ser generosa eu posso te dizer 5. Mas eu tenho que ter 5 computadores pra poder descer com uma sala inteira e pôr pelo menos 7 crianças em casa computador, o que não é apropriado. Não foi planejado pra isso. Mas, se nem isso eu tenho? Não dá pra usar! E as crianças viram assim: “Professora, o mouse não funciona”. (risos)... ele fica meio enlouquecido de em vez em quando, sabe?. Mas era alguma coisa que o estagiário resolveria. Bastava sinalizar que ele sabia se era a bolinha que estava suja, se tinha que tirar... eram coisas que estavam ao alcance deles, mas que toma tempo do professor,

estressa as crianças porque eles não querem ficar te esperando ligar tudo, pôr tudo pra funcionar, entendeu? Eles ficam agitados, aí você tem que acalmar pra conseguir explicar. Então, esse ano, se você falar pra mim como que vai o trabalho em informática, ele está estacionado. Mas nós já adquirimos conhecimentos, nós temos laboratório, nós temos software... Basta que as coisas voltem a fluir, só que isso está além do nosso alcance. Depende da organização, dos arranjos feitos pela Prefeitura.

Segundo P7 o momento de transição pelo qual passa a rede estaria travando o serviço. Ela indica a falta de acesso aos computadores apesar de ter laboratório de informática na escola, o qual além de ter um número insuficiente de máquinas para atender a salas numerosas, estaria com a maior parte delas danificadas por, não ter mais a presença de um estagiário que fazia os reparos de manutenção, organizava o uso, preparava o uso de equipamentos e softwares solicitados pelos professores com antecedência e auxiliava durante as aulas.

**P8:** “Na escola tem data show. A minha única dificuldade era que às vezes eu chegava lá, planejava pra dar aula certinho, chegava, o data show estava no SabeTudo trancadinho. Muitas vezes eu não conseguia pegar. Então eu tinha que mudar, fazer um replanejamento ali, rápido e alterar a data porque algumas vezes não encontrava o data show. Agora, eu levava o meu notebook porque a escola não tem um computador que dê você ficar levando para a sala de aula. A escola tem laboratório, mas é muito mais direcionado aos CDs roms e aos softwares da Positivo, embora eu tenha comprado uns e tirado cópias para todas as máquinas, trabalhava com as crianças outros CDs roms que eu adquiri, de alfabetização. Mas a informática é uma vez por semana, eu ia e ficava em torno de duas horas aulas”.

A disputa pelo uso do data show com o SabeTudo é apontado por P8 como desestruturador do trabalho planejado. Além disso, ela prepara e apresenta seus trabalhos em seu próprio computador, uma vez que a escola não possui um computador que possa ser levado para a sala de aula. A existência de laboratório de informática não oferece grandes possibilidades uma vez que seu uso está restrito ao uso de softwares educacionais, nem sempre disponíveis para todos os alunos.

**P9:** “Como é que nós utilizamos o laboratório de informática? Nós conseguimos, às vezes, como o espaço... Essas crianças têm aulas de informática com os professores, com softwares. [...] Os softwares são todos educativos. [...] Então só poderia usar a sala de informática quem tivesse esse curso. Então o quê que eles orientavam? Conheçam, estudem e tragam para a criança com segurança. Pra você ter segurança de passar. Porque existem softwares extremamente minuciosos. [...] O que também nos facilitava usar a sala de informática era a estagiária. Então o que eu fazia? Eu me ajudava. Como eu tenho que ir com 35, 38 crianças para 6 computadores, agora são 7, aumentou mais um, eu dividia a sala, metade ia e metade ficava no pátio com atividade para poder ter mais liberdade, mais tranquilidade no trabalhar na sala de informática. Eu fazia isso. Conversei com a minha direção, por quê? Porque eu ia com 38 com 6 ou 7 em cada computador, não é fácil. E quando você coloca 3 até a troca entre eles fica melhor”.

O uso exclusivo de softwares educativos específicos, a falta de professores preparados para o uso dos mesmos, o número excessivo de alunos por sala e a falta de uma estagiária que se tinha anteriormente estão entre os desafios apontados por P9 para o bom desempenho de seu trabalho.

**P11:** “Tem um data show aqui (na escola) e, até o ano passado, toda vez que eu precisava eu pegava e usava. Às vezes dava certo, aí eu acabei reservando um dia de semana pra usar o data show, porque são 30 professores na escola. Agora, esse ano, fizeram um horário uma vez por mês só pra usar, então esse ano eu praticamente não usei. Eu produzo minhas atividades em casa, aqui na escola eu não tenho como. Aqui tem laboratório de informática, mas não tem como ir ao laboratório. No horário que eu estou na escola com os alunos a gente vai, mas pra estudar os tipos de recurso que tem lá é meio complicado porque tem o horário dos outros professores e, como eu falei, são muitos professores, né? Eu preparo tudo em casa, todo material impresso que eu uso das aulas é tudo feito do meu bolso na minha casa. Aqui tem o computador na sala dos professores, mas não funciona, não tem internet. Porque exige um trabalho de pesquisa e na escola não tem acesso. Inclusive no sabe tudo, né? A gente, mesmo sendo professor, tem que seguir as regras deles que é meia hora por pessoa, então se você vai lá, em meia hora você vai lá, em meia hora você não pesquisa nada. Porque apesar de ser rápido pra fazer, você tem a ideia do que você quer fazer. Por exemplo, pra montar uma apresentação é rápido porque você já tem a ideia pronta, mas pesquisar as imagens, os textos, essas coisas, demora. Em meia hora você não faz. Eu levava assim de 4 a 5 horas pra montar uma apresentação média assim, não muito longa, porque a pesquisa demora e é um espaço e um tempo que a gente não tem no Sabe Tudo.

A falta de organização na escala de rodízio do data show é apontado como um problema na escola de P11, que prepara todas as atividades em sua casa com seu próprio notebook e não tem como apresentar para seus alunos. Ela não consegue pesquisar e preparar suas atividades na escola, uma vez que o computador da sala dos professores está quebrado e também não tem acesso a internet. Devido ao grande número de professores na escola o uso do laboratório de informática também fica comprometido. Na escola dela possui uma unidade do SabeTudo, mas ela relata que o tempo disponibilizado para professores é o mesmo que para outros usuários, o que não atende as necessidades dos docentes que precisam de um tempo muito maior para pesquisar, planejar e preparar as atividades a serem desenvolvidas com seus alunos.

O funcionamento do SabeTudo é teoricamente um apoio para a prática educativa, mas segundo P7:

[...] o Sabe Tudo foi feito para receber a comunidade como um todo, não especificamente a escola. E todo trabalho desenvolvido com os alunos tem que ser muito bem planejado. Existem 20 computadores lá, na sala de aula nós temos de 30 alunos e você não pode acessar todos porque senão a rede cai. Eu já fiz isso duas vezes. Se você

colocar duas crianças em cada computador, por meia hora que seja, você quer acessar, por exemplo, nosso blog pra ver aquelas imagens do projeto que a gente tá desenvolvendo, sabe, para ampliar a visão da criança. Cai, faz assim oh: “puf, puf, até embaixo”, cai se você ligar os vinte computadores ao mesmo tempo. Dependendo do que você busca, se é pesado, cai o sistema do SabeTudo inteirinho. Então eu percebi que ele não está preparado pra receber as crianças. E como é um trabalho direcionado eu não posso mandar as crianças lá pra alguém atender elas, entendeu? Na minha consciência, você tem que estar junto. Nós temos muitos alunos, se eu tivesse uma segunda professora em sala de aula... poderia deixar a turminha com ela, com a matéria em andamento, pegar uns 7 alunos, usar 2 computadores no Sabe Tudo, acessar aquilo que foi proposto como por exemplo o blog, mas isso ainda não aconteceu. Mas não que isso tenha interferido. Nós temos o conhecimento, nós sabemos como usar a ferramenta, falta só suporte.

Os telecentros SabeTudo representam uma oportunidade de acesso a internet muito importante para os munícipes de diversos bairros periféricos, mas conforme esclarece o depoimento da professora, oferece sérias limitações para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Todos os aspectos apontados pelas professoras indicam que ainda há muito que avançar nas condições de trabalho, tanto questões de recursos físicos quanto na de recursos humanos para que a informática educacional possa significar um instrumento mediador da prática educativa.

### **Qual a contribuição do projeto para o seu trabalho?**

**P1:** “Foi um ponto de apoio, esclarecimento, ponto positivo para você ter mais ideias. Eu tenho mais confiança no que faço em relação à mídia. Tem aluno com computador que sabe bastante coisa e isso não fazia parte do meu dia-a-dia. Agora enxergo o computador como meu aliado”.

**P2:** “Em casa quando eu vou planejar alguma atividade, desenvolver alguma coisa, eu entro na Internet, eu procuro, nos blogs, entro nos links que estão indicando. [...] E tem vários que atendem a necessidade. Então melhorou bastante as técnicas”.

**P3:** “Eu sempre gostei de trabalhar diferente assim, fazendo um paralelo com tudo que acontece no mundo. Para fazer esse paralelo, como faz tempo que eu leciono, antes de ter essa mídia, eu fazia um paralelo já com o jornal, rádio, televisão... Eu gosto também de trabalhar a parte de dramatização. Então, isso me levou a realizar esse trabalho associado à biblioteca da escola”.

**P4:** “Olha, eu acho essencial assim, todas as pessoas hoje terem conhecimento de mídia, de informática, porque eu acho que você desenvolve um projeto mais completo quando você lida com o ambiente escolar, porque você tem muito mais atrativos para oferecer para as crianças porque você está falando a língua delas, entendeu? Você chega mais próximo.

No curso eles desenvolveram um projeto em que você conhece seu bairro, conhece a sua escola, conhece as pessoas que estão ao seu lado... Então, eu acho assim, essencial, pra um trabalho que envolva aluno e escola, você usar mídias, né? Eu acho essencial hoje...”

**P5:** “Eu acho que foi mais assim desenvolvimento pessoal mesmo. Foi a nível pessoal, infelizmente eu não desenvolvi com as crianças, foi assim para o meu crescimento pessoal”.

**P6:** “Me foram apresentadas ferramentas que trabalham principalmente na *web* com internet, tal... que eu não tinha ideia que existisse, então, uma série de coisas... tudo foi novidade pra mim e desafio pelo fato de eu não ter informação, então tudo foi novidade, tudo foi interessante, tudo que eles ofereceram foi diferente. A aplicabilidade das atividades que eles sugeriram não dava, mas serviu muito pra mim porque tudo o que lês mostraram era coisa que eu não conhecia”.

**P7:** “Através do curso eu aprendi a direcionar o trabalho dentro da internet. Desde o primeiro dia de aula, eu conversei com o professor e eu entendi claramente a proposta. [...] Eu gastei tudo, tempo, recurso, mas porque eu acredito que vale a pena, eu acredito que as crianças acessando de um modo assim divertido, prazeroso, eu acredito que possa ter resultado. Que façam marcas indelévels na vida delas, entendeu? E o blog faz isso, então quando eles ficam com saudade, eles acessam e deixam mensagem”.

**P8:** “Me fez crescer mais ainda porque algumas tecnologias eu ainda não tinha domínio, eu não conhecia várias ferramentas que transformavam os slides em livros virtuais, essas coisas... então me fez crescer por esse lado”.

**P9:** “É o que eu falei. O projeto é importante sim porque eu sei que tem muitos professores que não vão em busca disso. Então não utilizam... Não utilizam um CD, uma música. Hoje pode ainda comprar, mas você tem a facilidade de entrar na internet e abaixai essas músicas, montar o CD que você quer. [...]Não é um bicho de sete cabeças, mas tem muita gente que fala assim: “eu continuo com a mesma aulinha de sempre”. Eu via muito isso quando era estagiária no Estado. Tinha professores que saíam em busca, tinha outros que só rodavam material e tinha outros que davam aquela aulinha sempre oh. Na 1ª série eu via muito isso. [...] Então é interessante atenção sobre isso”.

**P10:** “É exatamente isso. Nas ideias a gente se amplia, você consegue ter uma visão diferenciada. De entender a importância dessa tecnologia que não está ali só para virar uma lousa, o computador virar lousa, não é isso, mas que realmente tinha uma função social real. Como fazer isso realmente a gente está caminhando. Amplia bastante a visão. Mudou a visão muda o todo”.

**P11:** “Eu acho assim que abriu um pouco a cabeça no sentido dos recursos, né? Às vezes a gente é meio assim com os recursos que tem né? Mas eu achei muito interessante. Eu já utilizava algumas coisas. Mas eu tive um retorno muito grande porque o ano passado eu estava com o Alpha Vida à noite, e eu trabalhei com eles também. Eu montei meu blog e eles tinham acesso, eu mandava mensagens pra eles, tudo... Então eles tinham mais interesse, eu vi mais interesse nos alunos a respeito daquilo que eu precisava trabalhar com eles e depois eu comecei a trabalhar o que eu aprendi no curso”.

As contribuições apontadas pelas professoras, em síntese, indicam:

- Mais ideias e ter o computador como aliado;
- Uso da internet para pesquisar atividades;
- Utilização de novas técnicas;
- Rapidez em realizar determinadas tarefas;
- Possibilidade de estabelecer um paralelo com o que acontece no mundo;
- Possibilidade de realizar um trabalho mais completo;

- Aproximação dos alunos;
- Possibilidade de conhecer a escola, o bairro e as pessoas que estão do seu lado;
- Desenvolvimento pessoal;
- Instrumentalização;
- Direcionamento do trabalho na internet;
- Possibilitar aprendizado com prazer;
- Domínio de tecnologias desconhecidas anteriormente;
- Descobrir que pode inovar e buscar novas possibilidades;
- Ampliar a visão para além dos recursos tecnológicos, para seu uso social;
- Conseguir o interesse dos alunos.

Apesar das condições de trabalho deixarem muito a desejar, como se verificou na questão anterior, as professoras percebem várias contribuições do projeto de inclusão para o seu trabalho. Importante ressaltar que a concepção da boa parte delas está atrelada a questões importantes, porém instrumentais. A meu ver, há indícios de mudanças culturais relacionadas ao trabalho docente associadas ao uso de novas tecnologias, que podem trazer bons resultados para a prática educativa, tais como: a percepção da necessidade de se tornar um professor pesquisador; o estabelecimento de uma relação mais aberta com o aluno e a ampliação da visão para além dos recursos tecnológicos.

Na primeira aula do curso Escrita Digital, a professora coordenadora fez a seguinte pergunta para suas alunas que estavam presentes, as quais parte do meu grupo de interesse: “O que mudou na sua prática, depois de fazer o curso?”. Faço a seguir a exposição das respostas apresentadas por elas e uma pequena análise e, na sequência, apresento e comparo com as respostas dadas na entrevista a mim concedida.

**P1:** “Cheguei analfabeta digital. Tive muita dificuldade, mas muito apoio. Perdi o medo. Deu para aplicar... na escola ainda não... porque a nossa escola está sem monitor. Eu gostei... não utilizei a blog porque lá a gente não tem internet”.

**P2:** “Foi muito bom. Aprendi muitas ferramentas. Usei em casa. Na escola foi utilizado um vídeo mostrando o bairro na Escola Cidadã... Foi muito bom o curso. Agora estou com Educação Infantil. Se você coloca um vídeo eles(os alunos) se interessam. Usei para uma atividade ou outra, estou pensando em montar algo para melhorar a aula, fazer algo para prender a atenção deles”.

**P8:** “Fiz um blog. Lá na escola a gente usa o SabeTudo. As professoras levam a classe para o SabeTudo e dão aula utilizando esse blog. Vou apresentar meu trabalho no Fórum de troca de experiências entre os professores da Rede Municipal de Ensino que acontecerá em Maio. Mas tive que pedir autorização para a Secretaria de Educação”.

A informática já faz parte da minha vida há muito tempo, mas em casa. Agora eu passei a usar para a sala de aula, atividades construídas por mim, inventando até historinhas para as crianças, trabalhando com imagens.

**P9:** “Eu particularmente não usei. Eu não trabalho em sala de aula. Eu trabalho na Oficina do Saber com oficinas e atividades... Não tenho acesso a informática (referindo-se ao laboratório da escola). Fiz um vídeo, foi um desafio pra mim. Algumas ferramentas foram bem importantes”.

**P10:** “Montamos um blog com o tema “histórias de infância”. Aprendi que na escola tem muitas formas de se mostrar um trabalho, de dar vida a sua exposição [...] Mudou o olhar dos professores. A exposição agora dá emoção, mexe com o sentimento. Usamos nas reuniões de pais. Houve valorização da Oficina do Saber para a comunidade”.

A professora P1 trabalha na mesma escola de P8 e ficou indignada com o depoimento sobre a necessidade de se pedir autorização para usar blog. *“De 37 alunos, treze tem internet. Eu não sei nem mexer na máquina fotográfica digital e para fazer o blog e participar da formação do “Mídias na Educação”(curso de inclusão digital a distância que está se iniciando para os professores da Rede Municipal de Ensino) eu peço ajuda da minha filha. E para usar o blog na escola tenho que pedir autorização?”*

Observa-se no depoimento das professoras que elas estão fazendo uso das novas tecnologias, entretanto enfrentam alguns desafios. Os desafios relatados pelas professoras contemplam os seguintes aspectos:

- Vencer o medo;
- Ausência de monitor para apoio técnico nas aulas;
- Escola não tem acesso à Internet;
- Falta de acesso ao laboratório da escola;
- Mudança no “olhar” dos professores;
- Melhorar a aula;
- Prender a atenção dos alunos;
- Falta de espaço específico para uso do data show;
- Dependere da disponibilidade dos horários disponíveis no SabeTudo;
- Falta de autonomia para criar sites, blogs ou grupos na Internet;
- Dependere de autorização da Secretaria da Educação para a criação de endereços eletrônicos para divulgação de trabalhos escolares;

Aspectos considerados favoráveis por elas:

- Sentir-se alfabetizada digitalmente;
- Aprender por meio do curso oferecido;
- Utilizar várias “ferramentas” digitais;
- Fazer um vídeo, superação do desafio;
- Novas formas de se mostrar um trabalho, de dar vida a uma exposição;
- Interação com os pais;
- Valorização do trabalho pela comunidade;
- Interesse dos alunos;
- Elaboração de um vídeo que reconstitui a história do bairro;

Quando questionadas sobre o que mudou na prática depois de fazer o curso, elas se posicionaram da seguinte forma:

**P1:** “Tenho mais ideias, tudo o que faço quero filmar, fotografar... Tenho mais prazer. Os alunos ficam mais motivados, gostam de ver as fotos deles, os trabalhos. O assunto trabalhado circula mais. O aprendizado é mais simples”.

A motivação dos alunos é apontada pela professora como incentivo para o trabalho dela que relata entusiasmo. A mudança evidenciada na prática se dá em função da facilidade de ter informações, da maior circulação das mesmas e do interesse dos alunos. Ela relata ainda ter sérias dificuldades no que se refere a utilização de novas tecnologias. No depoimento anterior havia ficado forte a superação do medo.

**P2:** “Eu percebi que eu tenho que aprender mais, cada vez mais, pesquisar sempre. Que tem muita coisa pra gente aprender. Como eu já tenho computador em casa facilita um pouco, mas tem muita coisa, demora pra fazer. Com o computador rapidinho dá pra você fazer. Falta você pegar, pesquisar, todo dia...”.

Um aspecto interessante no depoimento de P2 que queria melhorar sua aula e prender a atenção de seus alunos é acrescentar agora a necessidade de pesquisar sempre, algo que não é novo para a prática docente, mas ela aponta o computador como um facilitador.

**P3:** “O projeto caiu como uma luva pra mim. Estava cansada de ficar tirando xérox. Tem gente que gosta desse trabalho, mas eu estou acostumada com o trabalho de alfabetização, Em 1995 comprei um computador e estava cheia de ideias mirabolantes para fazer... Só que depois quando você começa a mexer e não tem tanta noção, porque eu não tinha feito curso nenhum, aí você fala: meu Deus, tudo que tinha na cabeça... Eu sempre gostei de trabalhar com o interesse do aluno”.

Esta professora estava afastada da sala de aula, por motivo de doença, quando foi convidada a fazer o curso. A maior contribuição vista por ela foi poder voltar a fazer o que sabe e gosta, alfabetizar. Ela enfrentou o desafio do desconhecido, no caso o computador e passou a utilizá-lo para fazer um trabalho diferenciado na biblioteca da escola com os recursos aprendidos.

**P4:** “O curso me proporcionou conhecimentos que até então eu não tinha. Nós aprendemos várias técnicas, vários formatos dentro do mídias. E isso pra mim foi muito interessante. [...] Então eu acho que você tem que aprender novas técnicas pra você estar sempre auxiliando dentro da escola”.

O trabalho de P4 é de suporte na escola. Ela não atua diretamente na sala de aula, entretanto faz um trabalho muito interessante por ter uma boa articulação com

os professores, prepara atividades e projetos solicitados por eles para serem apresentados aos alunos.

**P5:** “[...] me trouxe mais segurança. A gente se interessa mais por computador, já consigo fazer trabalhos de apresentações. Esses dias eu participei do fórum de educação, apresentei o meu trabalho tudo no data show, coisa que há alguns anos atrás eu jamais poderia imaginar que ia fazer isso”.

A segurança relatada por P5 deve-se ao fato de não ter recebido nenhuma formação anterior em seus 18 anos de trabalho para o uso de novas tecnologias. O curso trouxe conhecimentos instrumentais que ela conseguiu utilizar para o seu fazer docente. Ela é um exemplo de superação porque realiza projetos de valor reconhecido pela rede municipal, tanto que foi apresentá-los a outros professores no fórum de boas práticas promovido recentemente.

**P6:** “Uma coisa eu acho que ajudou demais, eu perdi o medo! Eu perdi o medo de mexer. Eu tinha computador em casa e era um “móvel” pra mim, ele não fazia nenhuma diferença, eu não trabalhava com ele. [...] Agora eu perdi o medo e essa cisma, eu mexo, não consigo, pergunto pra quem sabe. O que mudou foi a minha relação com o tal computador... (risos)”.

A superação do medo é forte na fala de P6. Ela relata que diante de uma realidade de trabalho com alunos muito pequenos na educação infantil e a restrições com equipamentos na escola, não conseguiu aplicar os conhecimentos adquiridos com alunos, entretanto utiliza o computador atualmente para diversas atividades.

**P7:** “Eu acho que o cuidado tem que estar muito presente sabe. Porque quando eu fiz o curso, fatalmente os horizontes da gente se expandem, né? E eu vi coisas desagradáveis [...] Então você tem que ser muito cuidadosa quando faz um trabalho pedagógico ligado a internet, envolvendo crianças. Muito cuidado. Você tem que pensar muito além do que está desenvolvendo. [...] Então o que ficou muito forte pra mim depois do curso foi isso. É uma ferramenta pedagógica maravilhosa, porém há de se ter muito cuidado com ela, da forma como trabalhar conteúdo. Porque é como se fosse um ângulo em 25°, ele vai continuar abrindo em 25° até o fim. Se você abrir um ângulo em 35° ele vai abrir em 35° até o fim. Então você tem que ter muito claro na sua mente qual o seu propósito e como conduzir isso, senão você pode perder tudo e pode ter um resultado desastroso”.

No depoimento desta professora, a ampliação a qual ela se refere, está relacionada à nova experiência, a de trabalhar com um instrumento para o qual a maior parte dos professores não está sendo preparado. A prática está mostrando para P7 uma realidade até então desconhecida, apesar do aspecto positivo observado por ela da “ferramenta pedagógica maravilhosa”, o novo também traz aspectos negativos para os quais ela sugere que se tenha cuidado.

**P8:** “Acrescentou muito a uma coisa que eu já fazia, eu já gostava. Eu aperfeiçoei”.

De todas as professoras entrevistadas P8 é a única que já dominava o uso de novas tecnologias antes do curso de alfabetização e letramento digital. Por este motivo ela afirma: *“Eu acho que acrescentou, entendeu? porque eu acho que a palavra mudar é quando você não faz e começa a fazer. Era uma prática que eu já tinha”*.

**P9:** “Sem dúvida que eu tenho que buscar mais porque as ferramentas estão cada vez mais aperfeiçoadas, nós estamos vendo isso em algumas escolas [...] eu comprei o computador, hoje eu tenho, além disso, um portátil. Tem que ter. Tem que ter porque aonde você vai... é uma ferramenta muito importante. Uma pra você armazenar informações, outra pra você melhorar informações, às vezes, um documento. Além disso, você pode gravar, pode fazer cópias, pode gravar as pessoas falando [...] Isso me chamou a atenção para o seguinte: que eu posso estar, cada vez mais, melhorando”.

Esta professora é uma educadora comunitária da Oficina do Saber, por este motivo tem um trabalho diferenciado com alunos, além disso, alega não utilizar muito o laboratório de informática por questão de segurança das crianças, uma vez que para fazer a travessia das crianças ela não conta com apoio de um guarda de trânsito. Além disso, não tem acesso a informática na escola. Em seu depoimento anterior valoriza as ferramentas aprendidas, o que acrescenta agora é a questão de tentar não ficar por fora das frequentes inovações tecnológicas.

**P10:** “É exatamente isso. Nas ideias a gente se amplia, você consegue ter uma visão diferenciada. De entender a importância dessa tecnologia que não está ali só para virar uma lousa, o computador virar lousa, não é isso, mas que realmente tinha uma função social real. Como fazer isso realmente a gente está caminhando. Amplia bastante a visão. Mudou a visão muda o todo. [...] “As vozes começam a ecoar”, eu ainda não tenho noção do todo, entende? Do quanto ainda pode ser mais explorado, mas aprendi muito, muito mesmo. Até a parte estética da apresentação, a parte de inclusão digital, porque a gente fala de muitas formas de inclusão e essa é uma delas e eu nem tinha formulado uma hipótese sobre isso. É uma forma de... o professor do curso coloca isso assim... dá uma vontade de ouvir ele um monte de vezes para ver se vai entrando na gente, né? Aquela forma de falar, de como é que essa criança está incluída com o aparelho, mas ela não está... ela só está... não está interagindo. Na verdade ela só está recebendo informações”. Como é que a gente faz para que ela realmente se torne autora na internet?.

O depoimento anterior de P10 evidenciava a descoberta de novas formas de se mostrar um trabalho, de dar vida a uma exposição, inclusive trazendo novas formas de interação com os pais, que passaram a conhecer melhor o trabalho realizado na escola e em consequência disso houve valorização do trabalho pela comunidade. Entretanto, observa-se sua reflexão sobre a possibilidade de inclusão para além dos recursos tecnológicos utilizados para educar e instruir. Seguindo a metáfora empregada, observo aí possibilidades de “ecos” significativos. Esta

professora passou a exercer o cargo de orientadora pedagógica e terá oportunidade de desenvolver essa reflexão com outros educadores.

**P11:** “Procurar coisas que prendam mais a atenção e tentar... Porque é assim. Eu me surpreendi aqui porque achava que eles não tinham computador, porque o bairro aqui é muito carente, né? Mas metade da minha turma no ano passado tinha. Então deu pra eu fazer um trabalho legal porque a outra metade que não tinha, vinha no Sabe Tudo. Pesquisa que eu pedia, eles traziam... Eu acho que está mais fácil de lidar com os recursos e com tudo o que a tecnologia traz pra gente. Com a globalização a gente estava meio perdida em saber como utilizar isso e agora pra mim está mais sossegado”.

Aqui se observa o uso de novas tecnologias como recurso atrativo capaz de prender a atenção dos alunos, o que endossa relato feito também por outros professores. Ela se surpreende com o fato de alunos considerados carentes de bairros periféricos terem um acesso ao computador maior do que era de seu conhecimento. A professora sinaliza “estar perdida” tentando se encontrar diante de um excesso de informações e a chegada de novos recursos com a globalização.

As professoras fizeram alguns apontamentos sobre o que puderam perceber em relação a seus colegas de trabalho após realizar este curso:

**P1:** “Agora eu estou mais inserida no grupo, porque eles são jovens... Antes eu não sabia nem procurar uma informação na Internet. Apreendi lá no curso”.

**P3:** “Os professores no começo meio que relutam, né? [...] Em função desse meu trabalho, eu sempre fui de trocar com as colegas e eles gostam desse meu jeito. No começo eles falavam: ah, já vem com mais coisa... Mas nesse projeto nada era obrigado a fazer, eu falava isso. Mas depois em relação a esse projeto, eles vinham e falavam que precisavam de tal coisa. Ah, você “bola” pra mim? E começou a funcionar melhor”.

**P4:** “Em relação aos meus colegas de trabalho eu acho que eles estão sempre me apontando para fazer alguma coisa porque eu acho que sou assim: surgiu alguma coisa nova eu sempre quero fazer... Mas eu vejo que certas pessoas têm certa resistência em relação a esse novo mundo da informação. Muita gente não quer... Ah, eu não sei ligar o computador, eu não vou mexer... Entendeu? Então eu vejo que muitos professores têm essa resistência, entendeu?”.

**P5:** “Lá na escola é... a maioria das professoras que trabalham comigo tem a minha idade 40, 50, tem gente com mais de 50 lá, daí elas falam que eu adoro computador, elas criaram essa brincadeira assim: falou de computador a ... você faz. então, não é tudo isso, ainda tenho muita coisa para aprender, mas de uma forma geral ficou assim, ficou legal... porque eu sei um pouco e elas confiam no meu trabalho também e eu vou estar desenvolvendo cada vez mais a partir deste curso. Na escola tem as duas coisas: falta de afinidade com o computador e também excesso de trabalho, mas tem professora muito tranquila lá... tô entregando elas aqui... mas tem professora assim: ah, faz lá. E eu como gosto. Então elas já sabem que eu vou mesmo na frente e acabo fazendo, né? Eu acho que é também acomodação, que é terrível! Eu acho que hoje em dia você se acomodar, como professora principalmente, você se acomodar e falar assim: Ah, eu não quero nem saber de computador, eu não gosto, eu odeio computador... Eu acho que essa frase vinda de uma professora é terrível, né? Um pai de aluno... Se o aluno souber que a professora dele... Ele em casa mexe no computador que é uma belezinha, saber que a professora dele não sabe

fazer nada... não quer saber de aprender nada... eu acho que é mau pra ela, né? Eu acho que é.

**P7:** “Quebrou um pouco da resistência, né? Como aquela experiência que eu citei, todo mundo se uniu e fez um trabalho proposto que era a festa da Escola Cidadã voltada pro Sabe Tudo. Então quer dizer, quebrou um pouco do gelo com relação às ferramentas disponíveis, elas são acessíveis.

Na escola somos em 24 professoras, 5 se interessaram em fazer o curso. As barreiras que haviam com relação à informática, quebrou. O pessoal viu que dá resultado, que é legal trabalhar com isso. Então, quando veio essa oferta de um curso de mídias agora, de pós a longa distância, todo mundo veio conversar comigo: “E aí?”. E aí que é difícil pra caramba! (risos)... Porque presencial, a gente estando lá com duas professoras do lado, ajudando a gente, começando com 40 e terminamos com 13. E começou assim, cada um no seu monitor. No final era uma no monitor da outra, entendeu? A gente só andava na sala. Porque cada uma descobria uma coisa e a que descobria passava a informação pra outra que tá perdida. Começou assim, todo mundo isolado e no fim todo mundo amarrado... a gente se abraçava pra conseguir dar conta daquilo de tão difícil que é. As páginas todas escritas em inglês e você tem que dar conta daquilo.

Num curso de extensão, a professora foi muito clara, ela é dessa área, ela é de curso de extensão. Ela falou: “Gente, vocês se preparem num curso de extensão, vocês tem de ler muito e vocês tem de dar conta do que eles pedem. É um compromisso.”. Então quando todo mundo veio me perguntar, eu falei: “Olha, é difícil. Eu não vou entrar porque não estou podendo, mas se abracem. Se todo mundo se abraçar, uma for na casa da outra, abre junto, vê o que tem pra fazer, pesquisar, vocês conseguem. Sozinhas é impossível. Então elas se arriscaram”.

**P8:** “No começo eu enfrentei muita resistência. As professoras ficaram... meio... eu não sei te dizer. Elas não estavam aceitando. Mas, agora, elas estão me procurando. Queriam que eu desse um curso para elas em outro horário, mas a escola não tem internet, roubaram toda a fiação”.

**P9:** “Tem pessoas que buscam e tem pessoas que continuam assim... acredito que como eu, quem sabe? “Não vou conseguir mexer no computador”. Eu comecei assim”.

**P10:** “Eu acho que agora como orientadora eu vou conseguir trabalhar mais ainda esta questão porque agora eu vou ter um grupo de professores para passar isso mesmo e estimular. Embora eu acredite que dependa muito da pessoa querer. Porque às vezes você leva, fala: “Olha, faz assim” e a pessoa não quer. Ela não deseja. Mas, a partir do momento que as pessoas vêem o que você faz, elas começam a te respeitar mais e querer sim saber o que está acontecendo, como fazer e melhorar.

**P11:** “Foi falado que era pra gente multiplicar o que foi aprendido no curso, mas não teve espaço também pra isso. Pra alguns colegas a gente consegue passar uma ou outra informação, um ou outro se interessa, outros como você viu aí, não querem nem saber, né? “Isso é problema seu!”, “Você está falando demais, vou fazer do meu jeito!”. Então você tenta mostrar que é possível, que dá pra fazer. Alguns têm aceitação, outros gostariam de aprender, mas não tem um tempo hábil pra isso, para trocar na escola”.

As percepções das professoras em relação aos colegas no trabalho referem-se a:

P1: Sente-se mais inserida no grupo;

P3: Resistência inicialmente e depois certa acomodação já que uma aprendeu poderia fazer para as demais, mas houve envolvimento;

P4: Resistência;

P5: Falta de formação e confiança no trabalho, além de certa acomodação atribuída a dois aspectos: falta de afinidade e excesso de trabalho;

P7: Quebrou um pouco a resistência por mostrar resultados. Perceberam que a troca de conhecimentos entre o grupo é fundamental para a aprendizagem.

P8: Num primeiro momento, resistência, depois, procura para aprender.

P9: Falta de interesse em aprender e medo do desconhecido.

P10: Pensa que poderá estimular os professores, mas acredita que depende da pessoa querer. Acredita que pode ser respeitada pelo que faz, servindo de exemplo.

P11: Sente falta de tempo e espaço para trocar informações e transmitir os conhecimentos adquiridos no curso para os colegas. Reconhece também que nem todos estão dispostos a aceitar.

A investigação procurou conhecer a concepção das professoras em relação a presença das tecnologias de informação nas práticas escolares, foi pedido que elas levassem em conta suas experiências:

**P1:** “Enriqueceu o trabalho. Antes eu também dava tudo de mim, mas o trabalho não era tão bom. Melhorou bastante. As atividades são com mais qualidade. Antes eu usava o mimeógrafo, agora posso scanear, imprimir, a figura sai perfeita como ela é. Gravando o aluno percebe como foi, a voz dele e percebe o que pode melhorar”.

**P2:** “Eu vejo como uma boa opção. Outro olhar, uma nova maneira de você ensinar, de você passar o conhecimento para os alunos. Isso é a vida deles hoje... eles têm computador, eles tem jogos, videogames, tudo bem moderno. Então você tem que procurar trazer isso pra dentro da escola, pra motivar os alunos pra aprender, pra se interessar...”.

**P3:** “No meu tempo, o que nós tínhamos? A televisão, o rádio... Era isso. E os pais da gente não deixavam mexer. Tanto é que pra usar o meu computador eu tinha medo. Eu pensava: e se der pane, algum problema? Tanto é que tem alguma coisa que ainda eu tenho medo. Eu penso: ai meu Deus, será que eu não vou entrar em fria? Mas é um avanço. Hoje me abriu mais as portas. Você pode até colocar aí: despertou em mim aquilo que estava adormecido. Aquele sonho que eu tinha, mas daí comprei o computador e daí? Não sabia mexer? Eu ficava estressada, eu queria fazer, mas eu não sabia mexer. Então fui ficando de lado”.

**P4:** “As aulas se tornam mais dinâmicas, um leque maior de informações porque um livro ele traz aquele texto e nesse mundo informacional você tem um horizonte mais aberto. Você pode apertar uma tecla e ter uma tela, um texto, uma imagem... muita informação... não é só uma pintura, são várias imagens... E isso daí desperta o interesse do aluno. Você tem um horizonte muito aberto que você pode trazer vários conteúdos de um mesmo plano de aula”.

**P5:** “Uma necessidade muito grande de se atualizar, a primeira coisa, né? Eu acho que isso daí é... uma vez que nós conhecemos o computador e que ele está cada vez mais atualizado, cada vez mais diferente, cada vez mais é... uma potência muito grande... não sei se é esse o nome, e a gente ficar por fora, é terrível. Não tem como você falar: olha, eu não quero saber de computador. Eu acho que a cada dia que passa você está desatualizado, a cada dia. Todo dia você tem que estar sentando mesmo, gastando um tempo ali. No meu trabalho eu tenho desenvolvido bastante pesquisa. Ah, hoje tudo o que você tinha de uma coleção de livros... hoje você tem toda a informação que você precisa, né? Trabalho com os alunos também no sentido de mexer com eles, de colocar eles na frente do computador pra

essas coisas também, pra uma pesquisa. Peço muita pesquisa pra eles, não são todos que tem, mas os que tem trazem, se interessam também pelo computador. Eu acho que é algo assim que vem contribuindo muito pra gente, contribui bastante o computador”.

**P6:** “Ela facilita todo o trabalho da escola e é atrativo para a criança. Acho isto muito importante porque a escola tem que acompanhar a sociedade, senão as crianças não terão nenhum interesse e prazer em estar na escola, então a escola tem que acompanhar essa evolução, essas coisas. As crianças são hoje muito antenadas, e a gente trabalha com periferia, mas vai fazer uma pesquisa pra ver quantos deles utilizam computador, quantos deles tem computador em casa... a gente se surpreende... porque é uma grande parte. Então, eles utilizam muito essa ferramenta e a escola precisa se atualizar”.

**P7:** “Se eu fosse colocar em nível estaria em qual? No pré-silábico, ou na garatuja. (risos). Ela existe, é uma ferramenta. Mas as pessoas não sabem usar. Não sabem, por exemplo, fazer a ligação entre aquele software que está lá disponível ou site. [...] Elas não sabem direcionar o aluno ou relacionar com a matéria que estão dando. Às vezes sabem um software, mas você pode fazer tanta coisa... De um modo geral, todos estão engatinhando, mas se soubessem seria tão bom. [...] Mas, é esse ir e vir, tornar disponível, interdisciplinarisar... junto com a tecnologia deixando ela a seu serviço. Falta muito ainda para a gente chegar lá”.

**P8:** “Eu acho muito importante porque os alunos vêm pra escola não mais como antigamente [...] Hoje em dia com a informação que está aí fora, ... eles já vem pra escola dominando muita coisa. Então, se o professor não apresenta um conteúdo também informativo e atraente, entendeu? que chame a atenção de seus alunos, as classes vão acabar se tornando indisciplinadas sem você conseguir dar uma sequência nas atividades. Então, eu acho que a gente tem que trazer tudo isso que está aí fora sim para a sala de aula. Porque isso é a vida deles aí fora, é onde pára a atenção deles. Então, a partir do momento que você traz recursos, você traz informações, que você usa principalmente de recursos audiovisuais com eles, você consegue prender uma sala de aula de 35 alunos prestando a atenção naquilo e crescendo juntos ali. Agora, se você chega e fica só naquela aula expositiva, só lousa e caderno, começa a causar certa distração mesmo, porque eles não prendem tanto a atenção. Então, eu acho fundamental para o professor o uso dessas tecnologias em sala de aula”.

**P9:** “Isso de certa forma, ninguém coloca assim quando você vai assumir: “Olha, você tem que saber isso”. Você tem que ter diploma. Mas, é o que eu falei pra você, hoje é muito forte esse movimento tecnológico, tá. Cada vez mais os aparelhos estão menores, mais caros, mas, mais aperfeiçoados. Então eu digo assim: É importante você conhecer e saber usar”.

**P10:** “[...] ainda tem muito aquela visão de que: “Informática não é a minha praia”, “Eu queria fazer um curso para aprender”. Coisa que não é muito comum no jovem. O jovem vai entrando, aprendendo mexendo. São mais seguros, acho que é risco zero pra eles...”.

**P11:** “Ainda é muito pequena eu acho a presença, é muito pequena. Apesar de ter sala de informática, agora não tem mais aquela pessoa que fica lá pra ajudar. Por exemplo, eu quero planejar, eu não posso tirar o material daqui, no caso da sala de informática, pra estudar. Porque eu não tenho tempo de estudar aqui, mas se eu não posso, por exemplo, tirar um CD ou um programa pra levar pra estudar pra trazer o que eu vou trabalhar, o que dá pra trabalhar em tal programa? Não existe essa possibilidade. Então você acaba fazendo sempre aquilo que você já conhece né? Porque você não tem tempo de estudar os outros. Não tem acesso à internet com as crianças na sala de informática. Os meus alunos são muito pequenos pra levar até o Sabe Tudo. Eu acho que ainda é muito pequeno o uso dos recursos da tecnologia de informação dentro da escola. Eu acho que poderia ser muito mais. Até com um pouco de boa vontade eu acho que funcionaria melhor. Às vezes a gente consegue formar grupo de professores assim, sabe? Um ou outro que tem a vontade de

fazer uma aula diferente, uma coisa diferente pros alunos. E consegue juntar um ou outro e trabalhar bem, mas por vontade e disposição do professor, não da equipe escolar, não da escola. Eu tenho essa impressão”.

Exponho agora algumas percepções sobre a concepção das professoras diante da presença das tecnologias da informação nas práticas escolares:

Com este questionamento pude observar que a presença das chamadas novas tecnologias são percebidas de vários aspectos: acredita-se que houve um “enriquecimento” ao trabalho por “dar mais qualidade”, além de ser um instrumento facilitador do trabalho por permitir que vários conteúdos sejam integrados num mesmo plano de aula, também foi citada como nova possibilidade de pesquisa para alunos e professores. As tecnologias inovadoras também são vistas como boa opção para tornar a aula mais dinâmica e como elemento motivador, que prende mais a atenção dos alunos inclusive contribuindo para manter a disciplina da classe. Outros aspectos também foram citados, tais como: a necessidade de atualização da escola e dos professores; o medo tanto de “ficar do lado” diante das inovações quanto de “mexer em equipamentos eletrônicos” sendo consideradas por elas questões: da educação recebida, da idade, da falta de formação específica, acomodação ou dificuldade de superar esse medo.

Apesar do reconhecimento da importância de se conhecer e saber utilizar, foi sinalizada certa imposição de seu uso. Além disso, há a percepção de que sua presença na escola ainda é muito pequena e é uma “ferramenta” que não se sabe utilizar pedagogicamente.

### **Como essas tecnologias interferem no trabalho do professor?**

**P1:** “Não vejo nada negativo, penso que ajuda muito”.

**P2:** “Tem os dois lados. O lado bom que você vai melhorar seu trabalho, sua prática. No computador sempre tem alguma coisa nova. O professor mais antigo tem lá a sua pasta com mil atividades, mas se você entrar na internet tem lá você vai acessar um blog... Sempre tem alguma coisa pra lhe acrescentar. Ah, isso eu já fiz, mas você olha ali, isso você não pensou, você olha ali, né? Melhora a sua atividade. Então é tudo de bom, veio pra ajudar. Ele vai estar sempre atualizado. Mexendo na internet ele vai melhorando... E o lado ruim é mais uma coisa pra você preparar, é mais uma coisa porque na escola você já tem um monte de projeto. É atividade permanente, é sobre a natureza, é isso daqui é aquilo dali, é pedagogia empreendedora, agora tem *Avisa-Lá*... uma infinidade de projetos. E os professores ficam presos com isso, então tem alguma coisa nova eles não querem porque ele já tá cheio de projetos, né? Pra esse projeto dar certo, vai ter que ter muita insistência, muita motivação para o professor. Que vai ser uma melhora significativa no trabalho dele, pra ele poder... Se não os professores... Se falar que vai ter um curso, eles não vão se interessar.

[...] Tem aqueles mais resistentes e outros que são abertos às novidades. Então vai ter um bom resultado. [...] O blog, por exemplo, não é só pra você acessar e colocar atividade. Na verdade como tem muitas crianças com computador, e tem Sabe Tudo na escola, as crianças podem entrar ali, e ver uma atividade que o professor colocou, o professor pode indicar uma atividade, um link pra eles, pra fazer um trabalho de escola... Essa é a maior finalidade. No início do curso foi nos falado que é essa a intenção do curso, de usar melhor o SabeTudo, mesmo nas aulas quando eles vão lá, cada criança fica vendo uma coisa. O professor não tem condições de ficar lá o dia todo, de acompanhar, uma porque o ambiente né? Fica um pouco em cima em baixo e isso atrapalha um pouco o professor. E eles não tem conhecimento pra passar pra eles sobre a aula. Falar sobre esse assunto, então eles podem dizer, vamos entrar nesse blog e olhar aí. Um complemento para a aula”.

**P3:** “Hoje temos muita informação. Muitas coisas pra fazer. [...] Mas a tecnologia ajuda a ganhar tempo. Hoje você acessa lá, põe o que quer no Google e vem muita coisa. Você tem filtrar, ver o que te interessa. Mas é muito mais fácil e mais rápido do que no livro. [...] E as ferramentas, né? Nossa, poder postar num site! Por um som junto, fazer data show... E os alunos ficam: ai, cadê eu? cadê meu nome? [...] sabe é uma coisa muito gratificante. [...] todos deveriam ter o seu notebook na sala de aula, todos!”.

**P4:** “As aulas se tornam mais dinâmicas, um leque maior de informações porque um livro ele traz aquele texto e nesse mundo informacional você tem um horizonte mais aberto. [...] Agora a parte ruim que eu acredito que seja da informática, né? É a dificuldade dos textos que os alunos têm, né? Eles conversam no MSN, no Orkut, então assim, eles estão encurtando e isso daí eu acho que atrapalha muito, principalmente em Português porque eu acho que eles têm uma certa dificuldade em ler e escrever corretamente, né? Eu acho que é deve ser feito um projeto para desenvolver esse aspecto em relação a Português e um certo cuidado em relação ao tipo de informação que é passado para esses alunos. Por exemplo, nos trabalhos que eles façam em casa, que haja mais cuidado nos sites que eles entram, nas informações que tragam texto bom. Ter uma preocupação com a informação que eles vão capturar, com o texto que eles vão usar. Isso daí tem que ser muito pontual, né? Porque eles vão lá e dão um CTRL+C um CTRL+V, copiam e colam, pronto... e o trabalho não é isso... Precisam selecionar as informações. Tem coisas assim que eles entram, que deveríamos estar mais atentos, os pais, os professores estar falando disso também... que não é qualquer lugar que eles podem estar entrando na internet”.

**P5:** “Eu acho que o [...] tudo que tem de bom no computador a gente tem que aproveitar. [...] Os negativos, é... [...] Quando mãe e o pai não estão, quando não fiscalizam o que é que a criança está vendo no computador, o que é que ela está fazendo com o computador e se ela passa assim, às vezes, uma tarde inteira só em joguinho, joguinhos... [...] E com a televisão é a mesma coisa, né? Você pode ver a televisão como um vilão, agora depende de como que a mãe, como que a família deixa a criança usar a televisão”.

**P6:** “Olha, bem direcionada tecnologia só ajuda. A gente vê o pessoal que está usando no 1º ano aquela mesa, aquele único computador em sala de aula. É, tem facilitado muito com grupos de alunos que necessitam, mas faz muita diferença a maneira como o professor utiliza, com que trabalha com aquele equipamento, com aquela ferramenta que está na classe dele e tem muitos professores que tem a mesma resistência que eu tinha antes. [...] a gente não tem experiência de escola com essa ferramenta, suficiente pra dizer que atrapalha”.

**P7:** “Elas só a vem a somar, desde que você saiba usar. Mas, se for algo imposto, obrigado, ela vai roubar o tempo que o professor teria para aplicar o que ele sabe e como sabe. Então, ela tem que estar a serviço do professor e não o professor a serviço dela. Porque eu sei usar e vou usar o que eu sei. Mas, exigir, cobrar do professor que ainda não conseguiu desenvolver a competência, não é por falta de vontade, é falta de oportunidade, às vezes. Só um curso não é o suficiente. Aí interfere porque ele poderia estar ensinando a mesma

matéria talvez dentro da sala de aula, não usando a informática, ele não sabe. Então deixa ele usar a sala de aula porque com o giz na mão e o livro ele consegue. Precisa deixar o professor dar aula do jeito que ele sabe, ele vai dar o melhor, todo professor é assim... Ou então não é professor, né? (risos)".

**P8:** "Eu acho que pode ter uma interferência se ele não for crítico e reflexivo. O professor tem que planejar muito bem o que ele vai fazer com a sala de aula e como vai ser trabalhado isso. Como nós até aprendemos no curso, você tem que ter um discernimento muito grande do que pesquisar, o que pesquisar e onde. Os professores muitas vezes podem pedir certa pesquisa e os alunos vão trazer coisas da internet que não é o real, né? porque a gente sabe que existem muitos sites que não são confiáveis, então o professor trabalhar esta questão com os alunos. "Vamos pesquisar? vamos. Mas, em qual site você pode confiar?" A postura do professor até de não ser apenas uma cópia que o aluno vai simplesmente mandar imprimir e entregar. Até das citações, não trabalhar os trabalhos(da internet) como se fossem os autores. Então, acho que envolve toda essa questão, conforme a faixa etária que trabalha com a criança, até com o adolescente, você trabalhar essa questão. A partir do momento que você pede uma pesquisa não é uma pesquisa pra você ir lá, imprimir, copiar, colar só, sem crescer com aquilo. Ter consciência do que está fazendo, ter responsabilidade, domínio do local que você pegou. Que eu acho que as universidades estão passando muito por isso, né? A questão dos TCCs que o pessoal copia da internet e põe lá como se fosse de autoria própria. Então, eu acho que a gente precisa criar essa responsabilidade nos alunos já desde pequenos. Que o uso da internet tem que ser muito consciente, até para os pais, senão coloca na frente do computador, só Deus sabe no que eles estão mexendo... O professor tem também a obrigação de ajudar nesse caminho, quando vai no SabeTudo, direcionar o que vai pesquisar, saber conversar com as crianças sobre o que pode estar na internet, o que é certo e que é errado... O maior receio mesmo é o medo do novo, muitas vezes até acomodação mesmo da pessoa em não buscar".

**P9:** "Eu acredito que você vai ter que usar de uma forma equilibrada. [...] No infantil você tem que criar muito e o criar é importante. As tecnologias estão me ajudando a criar, mas você tem que usar de forma equilibrada. Não adianta você chegar numa sala de informática, chegar lá e mandar eles copiarem. Tem que ter bom senso pra utilizar. Vai, consulta, conversa, o que nós podemos melhorar nessa pesquisa?

Em 2007 eu tive um aluno hacker na minha sala. Ele falou que conhecia a minha senha do Orkut, eu fiquei indignada. "Como você conhece a minha senha?". "Professora, eu conheço a de todo mundo que eu tenho". Aí eu falei: "Se você invadir o meu computador, vou deixar você aqui o ano que vem". [...] Então tem que fazer uso equilibrado, eu não posso incentivar que as crianças fiquem só no computador. Mesmo o professor, acho que ele tem que conhecer sim, tem. [...] a mídia ajuda muito pra você gravar, pra você fazer um vídeo, pra você montar um CD, pra ensaiar uma música, pra gravar um teatro... Hoje, no celular, você não tira fotos? Você não grava? Você não pode usar isso? Não pode mudar? Não pode transformar? Hoje você transforma. Então, quer dizer, ela é importante sim. É importante você conhecer e saber utilizar, só que de forma equilibrada, não pode querer fazer isso, eu tenho que somar e não dividir".

**P10:** "Às vezes a gente nem pensa muito em algumas questões e passa a pensar depois de ter sido instigado a elas, a fala do professor realmente foi muito forte neste sentido. Ele coloca esta questão de que não adianta colocar o computador lá e o professor ficar falando lá na frente. Que o professor vai perder de dez a zero para o computador porque a criança vai... e isso é fato porque enquanto eles estavam falando lá, nós todos lá mexendo e vendo e-mail... (risos) Então ele estava falando e a gente, ahã... "O que ele falou mesmo? Perdi". Porque até então o visual que o computador promove, facilita, é muito maior do que o que a gente está fazendo. Eu até brinquei com ele: "O professor tem que estar dentro da tela, né?" e ele falou: "Isso"...(risos). Está ali, de fácil acesso, mas tem que ter um sentido para que a criança, adolescente ou o adulto, quem vá utilizar, o faça com propriedade. Não fique só cumprindo uma função social de ficar lá vendo e-mail, orkut... que utilize como uma forma de

aprendizado, mesmo porque é riquíssimo em conhecimento. Antigamente o que você fazia? Tinha um trabalho você ia na biblioteca, sentava lá, pedia o livro pra alguém que ia te fornecer um, dois, três livros e você ia ficar uma tarde toda ou teria que voltar um outro dia. Quer dizer, pra montar um trabalho, pra fazer alguma coisa era desse jeito. Agora não, agora você pode pegar uma infinidade de textos todos relacionados à aquilo que você precisa, rápido, de fácil acesso. É mais fácil, só que vai depender obviamente da sua busca, do seu desejo de aprender. Ter muitos textos para escolher acaba sendo um problema de qualidade, mas no sentido de escolha é melhor porque promove muita leitura, amplia a visão e dispõe de muitas ideias”.

**P11:** “Na verdade influencia tudo porque as crianças hoje têm acesso, igual eu falei, me surpreendi porque metade dos meus alunos, no ano passado, não tinham nem roupa pra vir pra escola, mas tinham computador e internet em casa! Então, eles têm acesso. Seja em casa, na casa do vizinho ou mesmo numa *lan house*, eles têm acesso à internet, à televisão, ao computador, tudo. Então vejo muito esse ano aqui. Eu tenho algumas crianças de primeira série que seria segundo ano, né? E todos os assuntos que eu vou falar eles já sabem, porque viu na televisão, porque viu na internet. Fui falar sobre o desenvolvimento dos seres vivos com a criança e a menina de 6 anos falou: “Olha, ontem eu estava pesquisando isso na internet.”, e ela deu uma aula no meu lugar né? Porque o que eu tinha planejado falar pra eles, eles já sabiam, os que não sabiam ouviram da aluna. Foi mais interessante ela falando do que eu... (risos). E foi muito legal porque gerou discussão na sala, então a gente não pode esquecer que eles têm acesso e que a gente não vai trazer pra eles uma coisa. Nada do que a gente vai falar é inédito pra eles, o que mudar é a perspectiva com que eles estão vendo aquele assunto porque a mídia traz do jeito deles, às vezes de uma maneira não muito correta, numa maneira mais consumista e tudo... e o que você pode mudar é a visão que eles tem do assunto e não que o assunto vai ser inédito como era há algum tempo atrás, né? Mesmo com crianças de pré-escola.

A formação que a gente tem não é... a formação acadêmica que a gente teve não prepara você pra trabalhar numa sala de aula, ou seja, como professora ou orientadora, ou como diretora, não prepara né? Então você vai aprendendo na experiência o que você tem que saber, o que você não tem que saber e como você lida com isso e corre atrás da informação, das práticas que dão certo. E trocar muito com os colegas funciona, a gente não tem muito espaço pra isso dentro da escola, o que deveria ter. Mas, infelizmente né? [...] A gente até consegue trocar com um, com outro, quando almoça junto, toma lanche junto, é esse o horário que a gente tem para trocar... E isso funciona muito na prática da gente para busca de ideias, de soluções e de caminhos”.

De acordo com P1 as tecnologias só ajudam, ela não percebe nenhum aspecto negativo. P2 já consegue perceber aspectos positivos e negativos. Como aspecto positivo relata as novas ideias trazidas por pesquisas na internet que podem ser incorporadas a sua prática. Contraditoriamente ela percebe que essas novidades também trazem novas atribuições ao trabalho do professor que já se encontra com excesso de afazeres. Ela entende que ferramentas como o blog, por exemplo, podem ser bem utilizadas como uma extensão do trabalho em sala de aula, entretanto sugere que a estrutura atual dos telecentros SabeTudo não atendem as necessidades educativas.

O excesso de informações é apontado por P3 como elemento gerador de trabalho e de dificuldade em localizar a informação desejada. Diante do excesso, a

internet se mostra como uma possibilidade facilitadora de tal tarefa, onde o Google é citado como a ferramenta utilizada. Outros aspectos positivos para seu trabalho são o interesse e a motivação dos alunos.

A dinamicidade observada por P4 é apontada como aspecto positivo do trabalho, entretanto ela observa e traz a tona alguns aspectos bastante discutidos na atualidade entre os pais e professores, sobre os quais ainda se busca soluções. Trata-se dos efeitos negativos trazidos pelo uso do computador no que se refere ao mau uso da língua portuguesa, a má utilização da internet pelos alunos ao fazerem uso de cópias de textos e entregarem como trabalho de pesquisa e também diversos riscos trazidos pelo ambiente virtual da internet.

As observações de P5 seguem pela mesma linha de P4. Ela acredita que deve usar tudo o que o computador oferece de bom e reconhece que seu uso de forma inadequada pode ser nocivo, comparando a má utilização da televisão. Um aspecto interessante em seu depoimento é a noção de que este é um problema para os pais ainda não tendo percebido como um elemento novo em seu trabalho na escola.

P6 entende que o uso de bem direcionado de tecnologia só ajuda e cita exemplos da utilidade da mesa digital da Positivo no processo de alfabetização. Um aspecto que considero muito importante no depoimento de desta professora é o reconhecimento da importância da forma como o professor faz uso deste instrumento, valorizando a intervenção do professor no processo educativo.

O depoimento de P7 reconhece a contribuição das tecnologias no trabalho do professor como instrumento mediador desta prática, entretanto, ela enfatiza que é preciso que o professor faça uso da tecnologia que tenha maior domínio: *“ela tem que estar a serviço do professor e não o professor a serviço dela”*. E segue: *deixa ele usar a sala de aula porque com o giz na mão e o livro ele consegue. Precisa deixar o professor dar aula do jeito que ele sabe, ele vai dar o melhor, todo professor é assim... Ou então não é professor”*.

A preocupação de P8 é muito pertinente para o trabalho do professor porque o trabalho educativo requer intencionalidade e planejamento. Ela traz vários aspectos de interferência das novas tecnologias para o trabalho docente, tais como: a preocupação com o conteúdo a ser trabalhado, o discernimento diante do excesso de informações, a confiabilidade das fontes digitais, o uso que se faz de textos retirados da internet como se fossem de autoria própria, a postura do professor diante da

nova realidade cabendo a ele educar e direcionar os alunos aos seus objetivos que devem ser bem estabelecidos.

Eu já havia feito todas as entrevistas com as professoras, o objetivo perseguido era o de conhecer a contribuição do curso em suas práticas, ou seja, a questão de fundo estava permeada na inclusão digital, entretanto não havia perguntado objetivamente se elas se sentiam incluídas digitalmente e se a prática do curso havia contribuído para tanto. Resolvi perguntar exatamente isto a elas por contato feito via e-mail. Obtive retorno de sete professoras e passo a apresentar suas concepções:

### **O que você entende por inclusão digital?**

**P2:** “É a possibilidade das pessoas terem acesso não só à internet, como também a outros produtos tecnológicos. Não adianta colocá-las diante do computador, é preciso passar o conhecimento, os pontos positivos e negativos, dar a oportunidade de ampliar seus conceitos, suas reflexões, aprimorar e acreditar nos seus sonhos também”.

**P4:** “A inclusão digital é a oportunidade ou permissão de estar dentro de um mundo novo, moderno. Ela é capaz de produzir conhecimento, reduzir distâncias, de nos apresentar a culturas diferentes. Faz com que a vida esteja pulsante, ou seja, realizar uma simples tarefa bancária (caixa eletrônico) ou um “click” para conectar a internet nos remete a ideia: que sou capaz. Além do mais, a inclusão digital não tem cara. Quem está atrás de um computador não importa. O que realmente interessa é o que ele é capaz de produzir”.

**P5:** “Para mim inclusão digital é entender e conhecer as novas tecnologias, com suas terminologias, refletindo sobre o papel da informação e comunicação na educação”.

**P6:** “Para mim inclusão digital é a pessoa ser capaz de utilizar as ferramentas digitais para resolver os problemas de sua vida, interagir com outras pessoas e buscar informações, que para ela for pertinente, nos meios informatizados”.

**P9:** “Inclusão digital é incluir as pessoas no mundo do computador, tecnológico, de forma que essa pessoa saiba utilizar as ferramentas que o computador e internet oferecem nos dias atuais”.

**P10:** “A inclusão digital vai além de aprender a usar o computador, nas suas mais diversas especificidades. É apropriar-se do meio de comunicação, num sentido de pertencimento, fazer-se autor, emitindo opiniões, conhecer e comparar realidades, mostrar sua realidade, ampliar a visão de mundo, explorar como fonte de renda. Com ela o ser pode tornar-se sujeito, aquele que faz! Na sala de aula, o professor pode inovar trazer para ela todo o mundo, levar o aluno para o mundo e aproximar-se mais deles, pelo interesse.

Os recursos áudios-visuais exercem forte impacto nos alunos, tornando a aula mais interessante, desafiando o aluno a buscar novas formas de expressar-se, enriquecendo os conteúdos. Essas são as possibilidades que, agora, depois do curso posso vislumbrar!!! (depoimento de uma professora, que se achava incluída digitalmente, só por ter email, e me comunicar pelo Orkut, uma vez por semana!!! )”

*“É que inclusão digital significa, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia”*

(<http://webinsider.uol.com.br/index.php/2005/05/12/inclusao-digital-o-que-e-e-a-quem-se-destina/>).

**P11:** “Bem, entendo que diante da globalização e com o advento da internet, chegou até nós outro universo de possibilidades de exercer nossa cidadania, mas para tanto é necessário que saibamos como utilizarmos esse universo e como nos incluímos nele, seja desde aprender ligar e desligar um computador, seja aprender e utilizar os diversos meios e instrumentos que o mundo virtual disponibiliza, e não podemos esquecer também a necessidade de aprender a ter um olhar crítico a tudo que nos chega desse mundo virtual. Isso é inclusão digital para mim, ser instrumentalizado e poder inserir-se nesse universo digital com uma visão crítica, podendo inclusive transformá-lo”.

### **Algumas percepções sobre a concepção de inclusão digital:**

Exponho aqui algumas questões apreendidas nas respostas sem a intenção de reduzir à concepção que as professoras possam ter a respeito deste conceito, considerada a complexidade do tema que não pode ser facilmente esgotado com apenas uma resposta.

- Conhecimento relacionado ao consumo de produto tecnológico;
- Oportunidade ou permissão de estar dentro de um mundo novo, moderno;
- Inclusão digital confundida com as atraentes possibilidades das novas tecnologias;
- Entender e conhecer as novas tecnologias,
- Necessidade de refletir sobre o papel da informação e comunicação na educação;
- Visão instrumental;
- Visão para além do uso instrumental do computador;
- Apropriação do meio de comunicação para fazer-se autor, emitir opiniões, conhecer e comparar realidades, mostrar sua realidade e ampliar a visão de mundo;
- Utilização como meio de subsistência;
- Utilização de recursos impactantes e desafiadores;
- Nova possibilidade de exercer a cidadania;
- Ser instrumentalizado e poder inserir-se nesse universo digital com uma visão crítica, podendo inclusive transformá-lo.

Observo que o entendimento que se tem de inclusão digital está relacionado ao contexto com que cada uma delas está vivenciando esse contato, quero dizer com a própria maneira como estão se inserindo no contexto digital. Na fala de P2 fica evidente que (todas) as pessoas não têm acesso à internet, nem aos produtos tecnológicos que passaram a requerer a inclusão digital dos indivíduos. Ela questiona a inclusão digital quando afirma que “*Não adianta colocá-las diante do computador, é preciso passar o conhecimento, os pontos positivos e negativos, dar a oportunidade de ampliar seus conceitos, suas reflexões, aprimorar e acreditar nos seus sonhos também*”.

Em P4 observa-se que a inclusão digital ainda é um processo permitido para poucos quando diz *“A inclusão digital é a oportunidade ou permissão de estar dentro de um mundo novo, moderno. Ela é capaz de produzir conhecimento, reduzir distâncias, de nos apresentar a culturas diferentes”* e P10 demonstra estar refletindo sobre a complexidade do assunto e suas possibilidades.

P11 relaciona a necessidade de nos incluirmos digitalmente com o advento da globalização, contexto que ela acredita ter trazido um *“universo de possibilidades de exercer nossa cidadania”*. Aqui se encontra um importante questionamento: qual a concepção de cidadania que está sendo observada como possibilidade uma vez que os incluídos digitalmente são uma minoria? E mais, obrigados a se incluir diante da *“exigência”* fabricada pelo advento da *“globalização”* que atende a interesses do mercado internacional. Entretanto, esta professora faz um alerta importante em sua fala: *“não podemos esquecer também a necessidade de aprender a ter um olhar crítico a tudo que nos chega desse mundo virtual [...] Isso é inclusão digital para mim, ser instrumentalizado e poder inserir-se nesse universo digital com uma visão crítica, podendo inclusive transformá-lo”*.

### **A prática adquirida no curso contribui para a inclusão digital?**

**P2:** *“Sim e muito! Eu não sabia que o blog, entre outros recursos que aprendemos, eram tão importantes, úteis, não só na educação, como também em diversos assuntos. Os alunos da escola pediam para que eu votasse neles, eu tinha medo que fosse vírus, pois não conhecia, apareciam uma coisas escritas, que não era confiável, eu deletava. Através do curso conhecemos o trabalho do "Sabe Tudo", eu olhava aquele prédio bonito, grande eu o via apenas como um lugar cheio de máquinas, mas pude acompanhar a inclusão de alguns funcionários e mães de alunos, que eu jamais imaginei vê-las fazendo um curso de informática, e o resultado me surpreendeu: uma nova expressão no olhar dessas pessoas. Algumas até voltaram a estudar. Estamos sempre aprendendo, não podemos julgar as pessoas pela aparência, atitude, a participação de uma mãe que eu conheço só de falar oi, mas vejo sempre, me fez refletir, mesmo aquele que parece estar esperando um barranco para se encostar, pois não tem ação nem reação, acho até que nem espera um barranco, também tem sonhos e quando surge uma oportunidade consegue forças para aproveitá-la”*.

**P4:** *“Totalmente. O curso nos permite repensar a necessidade de aprender coisas novas, saberes diversos. Pessoalmente, o curso foi muito produtivo em relação a este aspecto”*.

**P5:** *“Sim, a prática no curso contribuiu muito pessoalmente para uma nova forma de aprender e ensinar, com o uso das mídias, podendo explorar diferentes linguagens e formas de representação do pensamento”*.

**P6:** *“A principal contribuição para mim foi a quebra do mito: difícil; muito complicado; não dá para usar com alunos. Contribui também para que eu como pessoa (acima dos 40) e educadora quebrasse a barreira do não consigo e me aventurasse neste mundo pouco conhecido para mim”*.

**P9:** “O curso propiciou o conhecer de novas ferramentas e isso é muito importante, para utilizar nos SabeTudo com os alunos ou mesmo propor um projeto junto com os alunos utilizando-se destas ferramentas”.

**P10:** “Sem dúvida. Colocando desafios quase intransponíveis..., mais pelos limites impostos pelas crenças de internet que eu tinha, e que foram sendo quebrados, aos poucos, conforme ia me arriscando... A construção do blog foi muito interessante, trouxe muito de tudo que respondi na questão acima. Passei a ter o domínio e me sentir capaz de buscar meus caminhos nesse mundo informatizado, instigou a criação com responsabilidade; colocar minhas ideias de forma audiovisual, usando esses recursos com intencionalidade. Estou usando no meu dia-a-dia, e com certeza melhorou meu desempenho e vou poder passar muito mais esses conhecimentos sendo orientadora pedagógica.

**P11:** “Com certeza sim, acredito que se houvesse disponibilidade de tempo maior pra o curso, teríamos aprendido muito mais, mas o que lá aprendi me ajudou muito, pois eu me considerava, no que diz respeito ao mundo virtual, uma analfabeta funcional, e hoje me considero cursando o final do ensino fundamental, pra mim um grande avanço...(risos), pois consigo buscar o que preciso, utilizar de diversos instrumentos disponíveis e até a me utilizar deles pra tentar chegar até terceiros e expor meus pensamentos e conhecimentos”.

A professora P2 se refere a uma pessoa (mãe de aluno) que ela julgava não querer saber de coisa alguma e que após fazer um curso de informática no SabeTudo passou a ter uma boa auto-estima e uma postura muito melhor no relacionamento com as pessoas. A professora se sente incluída e entende que o mesmo ocorre com outras pessoas que estão tendo oportunidade de aprender.

P4 se sente totalmente incluída por entender que o curso permitiu a ela repensar a necessidade de aprender coisas novas e saberes diversos. P5 entende que a prática adquirida no curso contribuiu para sua inclusão porque ela aprendeu a explorar diferentes linguagens e formas de representação do pensamento. P9 reconhece a importância do uso de novas ferramentas no processo de inclusão.

A inclusão de P10 é percebida por ela pela quebra de barreiras, crenças que possuía de internet e que foram superadas por meio de desafios que considerava quase intransponíveis.

P11 considera que o curso contribuiu bastante para sua inclusão digital porque se considerava uma analfabeta digital, entretanto reconhece que o tempo disponibilizado para o curso deveria ser maior para poder aprender mais.

A avaliação satisfatória sobre a contribuição do curso está presente em todos os depoimentos, lembrando que apenas sete professoras deram retorno a este questionamento. Observa-se que o aproveitamento foi bastante diversificado em virtude do conhecimento prévio da utilização do computador, porque do grupo de onze, apenas duas já sabiam utilizá-lo satisfatoriamente e puderam tirar um proveito maior na aplicação pedagógica que era a proposta inicial.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi exposto que a sociedade contemporânea é marcada por rápidas transformações materializadas no avanço tecnológico, bem como no aparecimento de modernos meios de telecomunicações alterando as formas de representação, apropriação e objetivação humana. Esta mudança, ao modificar as formas de produção e de apropriação do conhecimento, tem requerido a busca de novas competências exigidas para o mundo do trabalho.

Diante das transformações às quais o ambiente escolar e o trabalho do professor estão submetidos, a utilização da informática e das novas tecnologias de informação se torna imperiosa. Vivencia-se, na perspectiva tecnológico-educacional, uma época que em nada se assemelha a outras vividas por nossos antepassados, trazendo situações para as quais os indivíduos não foram preparados, o que resulta em falta de referências para enfrentar os desafios que se apresentam.

A requerida inclusão digital se põe na atualidade como reflexo de uma sociedade excludente e, quando os educadores são parte dessa exclusão, o desconforto é grande, conforme se observa no depoimento de P5: *“Se o aluno souber que a professora dele... Ele em casa mexe no computador que é uma belezinha, saber que a professora dele não sabe fazer nada... não quer saber de aprender nada... eu acho que é mau pra ela, né? Eu acho que é.”*

Entretanto, simplesmente utilizar o computador não significa estar incluído digitalmente. Há de se considerar a necessidade dessa abordagem nos cursos de formação e também o fato de que considerável parcela dos professores que está em serviço não recebeu essa capacitação. Em ambos os casos, além da necessária formação e capacitação, sua utilização requer que o *instrumento* seja pensado e tratado como mediador da prática, como meio para alcançar seus objetivos educativos. Ou seja, deve-se buscar uma articulação ao currículo de forma a valorizar seu conteúdo.

Nesse contexto penso que a utilização de *novas tecnologias* pelos professores de Ensino Fundamental cria oportunidades que podem ser exploradas de forma satisfatória na prática educativa. Entretanto o diferencial apontado para o uso que permita essa boa utilização está no trabalho do professor, na forma como ele utiliza essa tecnologia.

Segundo José Manoel Moran<sup>76</sup>, quando nos referimos a tecnologias costumamos pensar imediatamente em computadores, vídeo, softwares e internet. Isso faz sentido porque estamos diante das tecnologias mais visíveis e que especificamente influenciam profundamente os rumos da educação. Entretanto, para este autor,

Tecnologias são os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam. A forma como os organizamos em grupos, em salas, em outros espaços: isso também é tecnologia. O giz que escreve na lousa é tecnologia de comunicação, e uma boa organização da escrita facilita – e muito – a aprendizagem. A forma de olhar, de gesticular, de falar com os outros: isso também é tecnologia. O livro, a revista e o jornal são tecnologias fundamentais para a gestão e para a aprendizagem, e ainda não sabemos utilizá-las adequadamente. O gravador, o retroprojetor, a televisão, o vídeo também são tecnologias importantes e também muito mal utilizadas em geral. (MORAN apud VIEIRA, 2003, p.153)

A concepção de Moran acima registrada permite uma ampliação do que normalmente entende-se por tecnologia, entretanto o adensamento dessa observação não atende às finalidades deste escrito, sendo aqui exposta pela pertinência de sua consideração de que o sucesso do trabalho do professor não pode se reduzir à utilização de tecnologias inovadoras, mesmo considerando-se o benefício potencial das mesmas. Em seu trabalho, o docente lança mão de outros recursos educativos e instrucionais também considerados *tecnologia*, podendo obter resultados satisfatórios com tecnologias muitas vezes consideradas ultrapassadas, sendo que o diferencial é a forma que ele as utiliza para seu propósito. Neste sentido, não adianta a tecnologia ser inovadora, mas sim ser funcional. Se o professor não estiver preparado para assumir as “novas” tecnologias em sua prática, torna-se interessante que faça bom uso das tecnologias que possui.

Partindo do pressuposto de que as novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba contribuem minimamente no processo denominado inclusão digital, esta pesquisa procurou investigar: qual a contribuição das novas tecnologias incorporadas ao trabalho do professor de Ensino Fundamental de Sorocaba para a denominada inclusão digital?

---

<sup>76</sup> **José Manoel Moran** é doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), professor aposentado da disciplina Novas Tecnologias na Escola de Comunicações e Artes da USP e diretor acadêmico da Faculdade Sumaré (SP). Além disso, integra o Comitê de Especialistas da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação que avalia os cursos superiores à distância.

### **Certezas provisórias:**

A sociedade vigente criou novas necessidades que passam a exigir dos professores novas formas de se relacionar e demandam seu trabalho. Um dos aspectos que se somam à sua carga de trabalho são as informações que chegam eletronicamente, mesmo quando se tratam de informações que teoricamente deveriam ser esclarecedoras ou formativas, como é o caso de cursos de extensão realizados a distância. Neste aspecto, o depoimento de uma das professoras, P7, mostra como estão se saindo alguns professores que trabalham na mesma escola que ela e que atualmente fazem o curso a distância de mídias na educação:

[...] uma está naufragando, a outra está com o narizinho de fora, umas já desanimaram, outras conseguiram abrir tudo, imprimiram tudo que foi pedido, mas não dividiram com ninguém. E aí, caiu com que a gestora comentou conosco no último encontro que tivemos entre professores. Nós temos que nos inscrever, e eu não fiz isso ainda, numa plataforma que é do Paulo Freire. É uma plataforma e o objetivo, entre outras coisas, é que nós possamos fazer um curso de extensão. E ela disse o seguinte: ela foi muito clara quando disse que quando as pessoas se inscrevem em curso de extensão, no início o número de candidatos é muito grande, mas vai afunilando, afunilando, porque todo mundo vai desistindo. As pessoas não dão conta, elas não sabem lidar com a tecnologia, elas não sabem procurar informação, não sabem selecionar e nem sabem dar o braço para os outros. Se a ideia da informática é ligar as pessoas o que acontece é o contrário, as pessoas se isolam, e acham que tem que conseguir fazer aquilo sozinhas. Não é. Aquilo é um canal como telefone, que você fala com os outros, mas pra conseguir informação você tem que correr atrás dos seus colegas que estão bem vivos do seu lado.

O curso que deveria ser uma possibilidade de formação acaba sendo um complicador para o professor que muitas vezes não consegue lidar com os recursos por medo ou mesmo por vergonha de expor suas dificuldades e, sem ajuda dos colegas que têm mais facilidade, acaba com frequência abandonando o curso. Em contrapartida, aquele que se considera conhecedor do assunto muitas vezes se isola, explorando seus recursos de forma solitária.

Considero de fundamental importância o aspecto acima abordado, com o propósito de evidenciar a tendência de transformação cultural e a necessária

reflexão sobre como proceder diante desta nova modalidade de ensino para obter bons resultados.

A presente pesquisa permitiu a verificação de que o uso do computador na escola pode propiciar a criação de novas formas de relação pedagógica, novas formas de pensar o currículo, entretanto, esse enorme potencial não está diretamente relacionado à presença da máquina, mas sim do profissional professor que se compromete com a formação, com a pesquisa, com o ensino e a aprendizagem.

Todavia, reconheço que o professor formado no sistema clássico necessita conhecer as possibilidades das novas linguagens para poder ser agente de uma mediação sem ingenuidade. Caso contrário, ele corre o risco de renegá-las ficando a margem dessa realidade ou ainda de submeter-se integralmente a seus aspectos técnicos, acreditando que somente isso bastaria para não ficar excluído dos acontecimentos e inovações, estando desta forma, incluído digitalmente.

Estes são alguns motivos pelos quais a utilização das novas tecnologias no espaço escolar ainda é um grande desafio para os professores, pois esta prática requer que se estabeleçam relações entre essas inovações e seu significado social.

Este trabalho não tem a pretensão de dar respostas fechadas, nem tão pouco de encontrar verdades absolutas, mas de contribuir para a reflexão do significado de inclusão digital e suas mediações no trabalho do professor.

As tecnologias da informação e da comunicação se apresentam como um grande desafio para aos educadores do século XXI. As possibilidades e os resultados da utilização das novas tecnologias no processo educacional devem ser pensados, refletidos, analisados e discutidos para proporcionar ensino e aprendizagem para além de seus recursos técnicos. Para uma educação que prepare o indivíduo para planejar e agir e não apenas executar.

## REFERÊNCIAS

ABONG - **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais**. História, Estatuto Social, 2006. Disponível em < <http://www.abong.org.br>> acesso em: 31 dez. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOUDENS, Emile. **Consultoria Legislativa**, Utilidade Pública Federal, Câmara dos Deputados: © 2000. Disponível em <<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/000068.pdf>> acesso em 03 jan. 2009.

BRASIL, Constituição federal, Código Civil, **Código de Processo Civil**, Código Comercial, Legislação Civil, processual Civil e Empresarial. Organização Yussef Said Cahali, 10ª ed.rev., ampl. e atual: São Paulo, RT, 2007.

BRASIL, MEC. **Conselho Comunidade Solidária**. O Conselho da Comunidade Solidária. Texto para novos conselheiros. Brasília: março 1999 (mimeo).

BRASIL - MEC/UNESCO – Ministério da Educação e do Desporto - **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC– versão acrescida 136p. 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - **Sociedade da informação no Brasil**: Livro Verde. TAKAHASHI, Tadao (org) - Brasília: Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em <[www.direitoacomunicacao.org.br](http://www.direitoacomunicacao.org.br)> acesso em 12 jan. 2009.

CASTELLS, Manuel. Castells et all, 1986 – Disponível em <[www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1276&article=355&mode=pdf](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1276&article=355&mode=pdf)> – > acesso em 30 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **A Era da Informação** - a sociedade em Rede, vol. I, 6ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Galáxia da Internet**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Caos e o Progresso** – Entrevista concedida à *Keli Lynn Boop*, Editoria: Comunidade em 14/Mar/2005 - 18:59. Disponível em <<http://www.softwarelivre.org/news/375>> acesso em 16 fev. 2009.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, São Paulo: Xamã, 1996.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez/ Brasília DF: MEC: UNESCO, 1998.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, SP: Autores associados, 1993.

\_\_\_\_\_. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotsky**, (3ª ed), Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, n.º18, p.35-40, Set/Out/Nov/Dez de 2001.

\_\_\_\_\_. **Vigotsky e o aprender a aprender**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3ª ed. - Campinas, SP: Autores associados, 2004.

FAURE, Edgar. **Aprender a Ser**. Livraria Bertrand, Lisboa, Portugal – Difusão Editorial do Livro: São Paulo, Brasil, 1972.

\_\_\_\_\_. **Aprender a Ser. La educación del futuro**, UNESCO, 1972 – Ed. Cast.: Alianza Editorial S.A.: Madrid, 1973. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132984so.pdf>> acesso em 28 abr. 2007.

FERRAREZI, Elizabete. **Revista do Serviço Público** – Legados da professora Ruth Cardoso ao governo federal - p.237-243: Brasília, 2008

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Pesquisa** disponível em <[http://integracao.fgvsp.br/BancoPesquisa/pesquisas\\_n22\\_2003.htm](http://integracao.fgvsp.br/BancoPesquisa/pesquisas_n22_2003.htm)> acesso em 01 nov. 08.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico, in Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo [compiladores], Buenos Aires: CLACSO, agosto 2006. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/basua.html>> acesso em 13 abr. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria (Coord.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para a redefinição da política pública para a educação tecnológica e o sistema de formação profissional continuada**: proposições. Niterói (mimeo), 2002.

\_\_\_\_\_. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade** [online]. 2003, vol.24, n.82, p. 93-130. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302003000100005.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Reflexão bioética sobre a priorização e o racionamento de cuidados de saúde: entre a utilidade social e a equidade. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2008, vol.24, n.3, p.696-701. ISSN 0102-311X. doi 10.1590/S0102-311X2008000300024. Rio de Janeiro: Mar. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000300024&script=sci\\_arttext&tlng=eneng](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000300024&script=sci_arttext&tlng=eneng)> acesso em 24 fev. 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e Contemporâneos, 2ª ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2000.

HARVEY, David. **Neoliberalismo e restauração do poder de classe**. Disponível em <[http://resistir.info/varios/neoliberalismo\\_ago04\\_port.html](http://resistir.info/varios/neoliberalismo_ago04_port.html)> acesso em 02 jul. 2009.

IANNI, Otávio. **A Sociedade Global**. 4ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

IBGE, IPEA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002**. IBGE, Estudos e Pesquisas Informação Econômica. número 4, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2004.

IBGE – **Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio** – PNAD – 2001. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impresao.php?id\\_noticia=226](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=226)> acesso em 06 dez. 2008.

INEP - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2006). **Censo escolar da Educação Básica**. Recuperado em 23 de maio de 2006 de <http://www.inep.gov.br>

LEMOS, André. **Cibercultura, Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**, Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. COSTA, Leonardo F. – **Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade do Salvador**. In. Epict, vol VII, nº. VI, Set/Dez.2005. Disponível em <[http://www.eptic.com.br/portugues/Revista%20EPTIC%20VIII%20-%20AndreLemos-LeonardoCosta.pdf\\_](http://www.eptic.com.br/portugues/Revista%20EPTIC%20VIII%20-%20AndreLemos-LeonardoCosta.pdf_)> acesso em 20 fev. 2009.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**, tradução de Carlos Irineu da Costa, São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra Toschi. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**; tradução de José Paulo Netto – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

MARE – **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado**. Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, September 1995. Disponível em <<http://www.reformadagestaopublica.org.br/>> acesso em 19 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Sociedade pós-industrial e sociedade informacional: apontamentos de uma revisão bibliográfica - **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** www.eptic.com.br, Vol. VII, n. 1, Ene. – Abr. 2005.

MCT /SEPIN – **Ministério da Ciência e tecnologia**. Disponível em <<http://200.130.9.7/Temas/info/Dsi/panresut/PrincResult.pdf> > acesso em 01 mar. 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Desempenho do Sistema Educacional Brasileiro: 1994 - 1999**. Disponível em <<http://antigo.inep.gov.br/download/noticias/1999/dseb1.doc>> acesso em 10 mai. 2009.

MORAN, José Manuel. **Novas Tecnologias e o re-encantamento do mundo**. Publicado na revista Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, vol. 23, n.126, setembro-outubro 1995, p. 24-26.

\_\_\_\_\_. MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7a ed. São Paulo: Papirus, 2003.

MUNHOZ, Doraci Moron Parra. **A Informática na Educação** – Trabalho de conclusão de curso de especialização em Informática e Sistemas de Informação – Universidade de Sorocaba, 1998.

\_\_\_\_\_. **O uso humanizado da informática na formação educacional**. Cadernos de Pesquisa Uirapuru – Publicado na Revista Científica do Uirapuru Superior - Ano 2, nº 1, dez 2006 – ISSN 1981-2779 - Sorocaba, SP: Uirapuru Superior, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gestão Escolar e Tecnologia Educacional: Possibilidades**. Trabalho de conclusão de curso de especialização em Gestão Escolar, Uirapuru Superior, 2007.

NEGRÃO, João José. Para conhecer o Neoliberalismo. p. 41-43, Publisher Brasil, 1998. Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html>> acesso em 12 jan. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia**. Estratégias do capital para educar para o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Geraldo. **Alterações Estatutárias impostas pelo novo código civil**. Disponível em <<http://www.crfaster.com.br/cc28.pdf>> acesso em 15 nov. 2008.

ONG. **Histórico de documentação interna**, Sorocaba, 2009.

PAIVA, Vanilda. Sobre o conceito de "Capital Humano". Cadernos de Pesquisa, nº. 113, São Paulo: Jul. 2001.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. Certificação digital nº 0310315/CA – PUC Rio. Disponível em <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/6617\\_5.PDF?NrOcoSis=18563&CdLinPrg=pt](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/6617_5.PDF?NrOcoSis=18563&CdLinPrg=pt)> acesso em 20 nov. 2008.

POCHMANN, Marcio. As possibilidades do trabalho e a nova economia no Brasil. In: RUBEN, Guilhermino, WAINER, Jacques e DWYER, Tom (orgs.). **Informática, organizações e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. AMORIM, Ricardo (orgs). **Atlas da Exclusão social no Brasil**, 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

POPPOVIC, Pedro Paulo. Congresso Internacional "Cidade e Educação na Cultura pela Paz". Mesa Redonda: **O uso de novas linguagens em educação**, 1996. Disponível em <[http://www.ufpel.edu.br/crm/pgl/computador/uso\\_linguagens.doc](http://www.ufpel.edu.br/crm/pgl/computador/uso_linguagens.doc)> acesso em 04 jan. 2009.

SCHAFF, Adam – **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SEABRA, Carlos. Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios. Artigo publicado na revista Eixos, da Câmara Brasil Alemanha e Instituto de Fomento Sócio-Cultural Brasil-Alemanha, em dezembro de 2002, edição especial sobre **Responsabilidade Social e Cidadania**. Disponível em <[http://www.mhd.o1rg/artigos/seabra\\_inclusao2.html](http://www.mhd.o1rg/artigos/seabra_inclusao2.html)> acesso em 13 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Inclusão digital: Desafios maiores que as simples boas intenções. Artigo publicado na **Revista Soluções** nº 17, de outubro de 2001, da Telefônica Empresas. Disponível em < [http://www.mhd.org/artigos/seabra\\_inclusao.html](http://www.mhd.org/artigos/seabra_inclusao.html) > acesso em 13 mar. 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª ed., 2002.

SILVA, Maria Abadia da Silva. **Intervenção e Consentimento. A política educacional do Banco Mundial**. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.

SILVEIRA, Paulo. "Introdução", in Paulo Silveira e Bernard Doray (orgs). **Teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**: A miséria na era da informação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação UnB 6 a 9 de setembro de 2006. **Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**.

Disponível em <<http://www2.uol.com.br/diariodovale/arquivo/2001/agosto/18/page/fr-cadernos2.htm>> acesso em 26 dez. 2008.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. Criação das ONGs e Estratégias de Atuação – São Paulo: Atlas, 2002.

TAKAHASHI, Tadao. (org) **Livro Verde** - \* ver BRASIL, 2000.

TAVARES, M. C. **“Globalização e Estado nacional”**, Finanças & Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Suplemento especial, 1997.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TOFFLER, Alvin. **Congresso Nacional de Informática**. SUCESU em 24/8/1993. Disponível em <<http://www.chaves.com.br/TEXTALIA/MISC/toffler.htm>> acesso em 20 mar. 2009.

VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes. **Gestão educacional e tecnologia**, São Paulo : Avercamp, 2003.

VOGT, Carlos. Jornal eletrônico **“Sociedade de Informação – Exclusão e inclusão”**. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info01.htm>>, acesso em 10 jan. 2009.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. Tradução Carlos Szlak – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

WCEFA - Conferência Mundial sobre Educação para Todos. **Declaração mundial sobre educação para todos** e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. , Tailândia: 1990.

WILLIAMSON, John. **A short history of the Washington Consensus**. Paper commissioned by Fundación CIDOB for a conference “From the Washington Consensus towards a new Global Governance,” Barcelona, September 24–25, 2004. Disponível em <<http://www.iie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>>, acesso em 13 abr. 2008.

WOLFENSOHN, James. **A vez dos pobres**. Entrevista a Alexandre Mansur. Veja, São Paulo, p. 11 a13, 01/12/1999.

**APÊNDICE A: Questionário**

1 – Qual a sua formação?

2 – Qual a sua escolaridade?

3 – Há quanto tempo trabalha na Rede Municipal? Qual a sua idade?

4 – Qual a sua carga horária de trabalho?

5 – Como tomou conhecimento do curso?

6 – Porque se inscreveu no curso?

7 – Qual a carga horária que demanda sua participação no projeto? E em relação as outras atividades escolares?

8 – Quais as condições de trabalho oferecidas para o desenvolvimento do projeto? E para participação no projeto?

9 – Qual a contribuição do projeto para o seu trabalho?

10 – O que mudou na sua prática depois de fazer o curso?

11 – Em relação a seus colegas de trabalho, o que você tem percebido?

12 – Com base em sua experiência, como concebe a presença das tecnologias de informação nas práticas escolares?

13 – Como essas tecnologias interferem no trabalho do professor?

14 – O que você entende por inclusão digital?

15 – A prática adquirida no curso contribui para a inclusão digital?

## **ANEXO A: Lei no 9.790, de 23 de março de 1999**

### **Regulamento**

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO**

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;
- XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. (Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado em cartório;
- II - ata de eleição de sua atual diretoria;
- III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV - declaração de isenção do imposto de renda;
- V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

## CAPÍTULO II DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do

Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a

manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Renan Calheiros*

*Pedro Mallan*

*Ailton Barcelos Fernandes*

*Paulo Renato Souza*

*Francisco Dornelles*

*Waldeck Ornélas*

*José Serra*

*Paulo Paiva*

*Clovis de Barros Carvalho*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.3.1999

## **ANEXO B: Estatuto Social da ABONG**

### **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

ART. 1º- A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista, com duração ilimitada, com sede à Rua General Jardim, nº 660, 7º andar, no bairro Vila Buarque, município de São Paulo e foro na mesma capital do Estado de São Paulo, que se rege pelo presente estatuto, podendo ser criadas subseções quando e onde se fizerem necessárias.

ART. 2º- Para efeito do disposto neste estatuto, são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

### **CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS**

ART. 3º- A ABONG tem por objetivos:

I - promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais, a justiça e a consolidação de uma democracia participativa;

II - consolidar a identidade das ONGs brasileiras, afirmando sua autonomia face ao Estado, aos partidos políticos, às Igrejas e aos movimentos populares;

III - defender os interesses comuns de suas associadas;

IV - estimular diferentes formas de intercâmbio, interajuda e solidariedade, inclusive financeira, entre as associadas, contribuindo para a circulação de informações, a consolidação e o diálogo com instituições similares de outros países e a informação sobre a atuação de agências governamentais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento;

V - combater todas as formas de discriminação, racial, étnica e de gênero, enquanto obstáculos à construção da cidadania e constituição dos direitos fundamentais;

VI - ser um instrumento de expressão, em âmbito nacional e internacional, das contribuições e propostas, opiniões e alternativas das ONGs frente ao desafio do desenvolvimento;

Parágrafo Primeiro - É vedado à ABONG avaliar projetos e intermediar a negociação de recursos das ONGs associadas;

Parágrafo Segundo – Para cumprir seus objetivos a Abong poderá, entre outras iniciativas:

a) promover cursos, seminários, encontros, foros de debates e grupos de trabalho, para o aprofundamento de temas relevantes da realidade nacional e internacional;

b) produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, discos magnéticos ou óticos, programas de radiodifusão e televisivos, entre outros;

c) atuar judicial ou extrajudicialmente na defesa de quaisquer direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, relacionados à finalidade e aos objetivos da associação;

d) promover estudos e pesquisas sobre os temas correlatos com suas diversas atividades.

### **CAPÍTULO III - DAS ASSOCIADAS**

ART. 4º - São associadas efetivas da ABONG, as organizações não governamentais que subscreveram a ata de fundação da Associação, bem como aquelas admitidas pelo Conselho Diretor, observados os critérios enunciados pelo ART. 2º, combinado com o ART. 6º e seu parágrafo, ambos deste estatuto.

ART. 5º - As entidades vinculadas a Igrejas, a organizações sindicais e populares e outras que, atendendo aos princípios gerais enunciados neste estatuto, não possuam, no entanto, personalidade jurídica própria ou autonomia, poderão se associar à ABONG, na qualidade de associadas colaboradoras.

§1º - A admissão de associada colaboradora se dará através de solicitação da interessada ao Conselho Diretor, que decidirá, por maioria absoluta, ad referendum da Assembléia Geral.

§2º - A associada colaboradora terá os mesmos direitos da associada efetiva, exceto o direito a voto nas Assembléias Gerais.

ART. 6º - A ONG que tenha, no mínimo, 02 anos de existência e desejar filiar-se à ABONG na categoria de associada efetiva, deverá apresentar solicitação devidamente acompanhada de comprovação do preenchimento dos critérios estabelecidos no ART. 2º deste estatuto, no Conselho Diretor, que emitirá parecer.

§1º - Havendo alteração no estatuto, na direção e/ou no endereço da associada, esta deverá, de imediato, comunicá-la à ABONG.

§2º - Para o adequado cumprimento do disposto neste artigo, a associada declarará estar de acordo com a carta de princípios da ABONG e deverá anexar à solicitação de filiação, cópia do seu estatuto em vigor, cópia da Ata de Eleição e Posse dos/as dirigentes, cópia do plano de trabalho da ONG, balanço contábil do ano anterior, além de carta de apresentação de duas associadas efetivas.

ART 7º - São deveres de todas as associadas:

- a) apresentar o balanço contábil anual.
- b) efetuar anualmente o pagamento de sua contribuição.

ART. 8º - São direitos das associadas efetivas:

- a) participar das Assembléias Gerais, propondo, discutindo e votando questões de interesse da associação;
- b) eleger os/as membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal;
- c) participar de todas as atividades e debates promovidos pela associação, apresentando propostas para a atuação nacional e regional da Abong.
- d) Desligar-se do quadro de associadas, mediante manifestação por escrito através de carta assinada por seu/sua Representante Legal e encaminhada ao Conselho Diretor.

ART. 9º - A associada que deixar de comparecer, sem justificativa, a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, ou que violar os princípios e objetivos contidos neste estatuto, ou que deixar de efetuar sua contribuição de associada por 3 anos, poderá ser excluída do quadro de associados da ABONG, por meio de decisão do Conselho Diretor. Dessa decisão, caberá sempre recurso à Assembléia Geral.

Parágrafo Único: O processo de exclusão do quadro de associados da ABONG será determinado em Regimento Interno.

#### CAPÍTULO IV - DAS INSTÂNCIAS DA ABONG

ART. 10 - São instâncias permanentes da ABONG:

- a) Assembléia Geral,
- b) Conselho Diretor,
- c) Diretoria Executiva,
- d) Conselho Fiscal,
- e) Conselho de Ética.

#### SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 11 - A Assembléia Geral é a instância soberana da ABONG.

ART. 12 - A Assembléia Geral será constituída pelos membros do Conselho Diretor, pelos representantes das associadas efetivas e colaboradoras.

ART. 13 - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez a cada três anos e, extraordinariamente, sempre que convocada pela maioria absoluta do Conselho Diretor, pela totalidade da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, ou ainda, por 1/5 (um quinto) das associadas quites com as obrigações sociais.

Parágrafo Único - O Edital de convocação para a Assembléia Geral deverá conter a data, hora, local e pauta prevista da reunião e será encaminhado às associadas por meio seguro e passível de comprovação, no prazo de 60 (sessenta) dias, para as Assembléias Ordinárias e de no mínimo 07 (sete) dias para as Extraordinárias.

ART. 14 - A Assembléia Geral será instalada em primeira convocação, com um quorum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus/suas membros efetivos/as e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com a maioria absoluta dos/as membros do Conselho Diretor e, no mínimo, 10% (dez por cento) das associadas efetivas quites com suas obrigações sociais.

ART. 15 - Compete à Assembléia Geral:

I - formular as diretrizes políticas de atuação da entidade;

II - definir o programa de trabalho trienal;

III - referendar ou não os/as diretores/as regionais e eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;

IV - aprovar ou não o parecer do Conselho Fiscal relativo à prestação de contas e o Relatório trienal do Conselho Diretor;

V - aprovar as novas associadas e deliberar sobre eventuais impugnações de associadas, efetivas ou colaboradoras, admitidas por deliberação do Conselho Diretor;

VI - deliberar sobre propostas de reforma estatutária, apresentadas, pelo Conselho Diretor ou por 10% (dez por cento) das associadas;

VII - dissolver a entidade, nos termos do parágrafo primeiro deste artigo;

VIII - destituir os/as membros do Conselho Diretor, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

IX - delegar poderes ao Conselho Diretor para suprir os casos omissos neste estatuto;

X - referendar os membros do Conselho de Ética indicados pelo Conselho Diretor;

XI - aprovar a criação e o encerramento de regionais.

§1º - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos dos incisos VI, VII e VIII, que serão tomadas pelo voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta das associadas, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

§2º - As associadas que não estiverem quites com suas obrigações sociais, não terão direito a voto.

## SEÇÃO II - DO CONSELHO DIRETOR

ART. 16 - O Conselho Diretor é a instância de direção da ABONG nos intervalos das assembléias.

§ 1º - Compõem o Conselho Diretor: a Diretoria Executiva e Diretores/as Regionais.

§ 2º - Os/as membros da Diretoria Executiva e os/as Diretores/as Regionais terão direito a voz e voto nas reuniões do Conselho Diretor.

ART. 17 - Compete ao Conselho Diretor:

I - estabelecer estratégia para a consecução dos objetivos da Associação e das diretrizes políticas formuladas pela Assembléia Geral;

II - orientar a implementação do programa de trabalho trienal definido pela Assembléia Geral Ordinária;

III - elaborar e submeter à Assembléia Geral Ordinária o relatório de sua gestão;

IV - preservar a sintonia da ABONG com o conjunto da sociedade civil;

V - divulgar os ideais norteadores da ABONG, contribuindo para a consolidação dos princípios de justiça social, direitos humanos, democracia participativa e equilíbrio ecológico na sociedade brasileira;

VI - contribuir diretamente na constituição de foros de debates, grupos de trabalho, cursos, encontros e seminários previstos na alínea "a", do parágrafo segundo, do ART. 3º deste estatuto;

VII - representar a Associação perante a sociedade civil, o Estado e entidades internacionais;

VIII - deliberar sobre a convocação de Assembléias Gerais Extraordinárias e providenciar sua realização;

IX - deliberar sobre os pontos omissos no presente estatuto, ad referendum da Assembléia Geral;

X - deliberar sobre o ingresso de novas associadas e eventuais impugnações, submetendo sua decisão à Assembléia Geral;

XI - praticar e tomar providências relativas ao processo eleitoral;

XII - designar os membros que irão compor o Conselho de Ética, observado o disposto no ART. 26 deste estatuto, ad referendum da Assembléia Geral;

XIII - propor à Assembléia Geral acréscimos e alterações para a reforma do estatuto da ABONG.

ART. 18 - O Conselho Diretor se reunirá ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, cabendo à diretoria executiva convocá-lo por meio seguro e passível de comprovação, informando a data, hora, local e pauta da reunião.

§1º - A convocação de que trata o caput deste artigo, deverá ser feita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias devendo o Conselho Diretor viabilizar a presença de todos os/as seus/suas membros.

§2º - A reunião do Conselho Diretor será instalada com a presença da maioria absoluta de seus/suas membros com direito a voto, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples.

§3º - As reuniões extraordinárias do Conselho Diretor deverão ser convocadas:

- a) pela maioria absoluta dos/as membros da Diretoria Executiva;
- b) pela maioria absoluta do Conselho Diretor;
- c) pelo Conselho Fiscal.

ART. 19- Compete aos/às Diretores/as Regionais:

I - participar, com direito a voz e voto, das reuniões do Conselho Diretor, bem como seus/suas suplentes quando substituindo membro titular.

II - emitir parecer sobre a ONG que deseja filiar-se à ABONG, na categoria de associada efetiva;

III - coordenar a implantação da política da ABONG nas suas respectivas áreas de atuação, em conformidade com o plano de ação da entidade.

### SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

ART. 20 - A Diretoria Executiva da ABONG funcionará na forma de um colegiado, com responsabilidades compartilhadas de gestão, representação institucional e política da associação, a partir de prioridades políticas definidas pela Assembléia Geral e detalhadas suas responsabilidades e sua forma de funcionamento no plano trienal aprovado pelo Conselho Diretor.

§ 1º - A Diretoria Executiva será composta por 5(cinco) diretores/as e ainda por dois/duas suplentes.

§ 2º - Em caso de vacância dos cargos da Diretoria Executiva, os mesmos serão preenchidos pelos/as suplentes, procedendo-se o devido remanejamento, de acordo com a deliberação do Conselho Diretor.

ART. 21 - Compete à Diretoria Executiva:

I - encaminhar as decisões da Assembléia Geral e do Conselho Diretor, dando-lhes cumprimento de conformidade com as atribuições específicas de cada diretor/a;

II - administrar a Associação;

III - contratar funcionários, serviços de assessores/as, consultores/as e contadores/as ad referendum do Conselho Diretor;

IV - apresentar ao Conselho Diretor programas de trabalho e atividades para a Associação;

V - autorizar a requisição, alienação e oneração de bens da Associação, submetendo a decisão ao Conselho Diretor, ad referendum da Assembléia Geral;

VI - arrecadar e contabilizar as contribuições das associadas;

VII - realizar a prestação de contas do exercício findo, submetendo-a ao Conselho Diretor e apresentá-la à Assembléia Geral, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal;

VIII - praticar os atos necessários para garantir à Associação o gozo de isenções e benefícios previstos na legislação em vigor;

IX - exercer a representação política da ABONG junto à sociedade civil, ao Estado e às Agências de Cooperação;

X- supervisionar e coordenar as atividades da Associação;

XI - apresentar, trienalmente, à Assembléia Geral Ordinária, o relatório global da gestão do Conselho Diretor;

XII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste estatuto.

XIII - representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, mediante a assinatura de dois/duas membros, no mínimo.

XIV - convocar e presidir as reuniões da Executiva, do Conselho Diretor e das Assembléias Gerais Ordinárias;

XV – movimentar as contas bancárias da Associação, com, no mínimo a assinatura de dois/duas diretores/as.

XVI - assinar contratos, escrituras e assumir compromissos, com a assinatura de dois/duas diretores/as, no mínimo.

XII - outorgar procuração em nome da associação, inclusive junto a instituições bancárias, com a assinatura de dois/duas membros, no mínimo, estabelecendo poderes e prazos de validade.

ART. 22 - Para a prática dos atos administrativos da ABONG, a Diretoria Executiva poderá contratar profissionais, remunerando-os/as, observada a existência de disponibilidade financeira na entidade.

#### SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL

ART. 23 - O Conselho Fiscal é constituído por 03 (três) membros representantes das associadas efetivas da ABONG e, ainda, por primeiro/a e segundo/a suplentes.

ART. 24 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - exercer sistemática e permanente fiscalização das atividades e operações da ABONG, através do exame dos balancetes, do balanço anual e dos livros e documentos a eles referentes;
- II - apresentar à Assembléia Geral Ordinária parecer sobre os negócios e operações sociais, tomando por base o inventário, o balanço e as contas do exercício;
- III - informar à Diretoria Executiva, ao Conselho Diretor, ao Conselho de Ética e à Assembléia Geral, irregularidades que apurar, podendo, para tanto, determinar competentes inquéritos;
- IV - solicitar à Diretoria Executiva a convocação extraordinária do Conselho Diretor, se ocorrerem motivos graves e urgentes que, por sua dimensão, possam comprometer a credibilidade da instituição;
- V - emitir parecer sobre matéria referida nos incisos VII do Art. 21º.

Parágrafo Único - Para o exame das contas com vistas à emissão de parecer a ser submetido à Assembléia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal poderá valer-se do assessoramento de contador legalmente habilitado, observada a existência de disponibilidade financeira da Associação.

#### SEÇÃO V - DO CONSELHO DE ÉTICA

ART. 25 - O Conselho de Ética se constitui em instância de aconselhamento da ABONG, tendo ainda o papel de resguardar e preservar seus princípios e objetivos.

ART. 26 - O Conselho de Ética será composto de 05 (cinco) membros eleitos/as em Assembléia Geral, dentre pessoas de reconhecida postura ética e idoneidade manifesta no âmbito da sociedade civil.

§1º - Na primeira reunião após a eleição, o Conselho Diretor eleito em dezembro de 2006 designará, em caráter extraordinário, os nomes que irão compor o Conselho de Ética a atuar no primeiro triênio de vigência deste estatuto.

§2º - O Conselho de ética reunir-se-á sempre que convocado pelo Conselho Diretor, no sentido do cumprimento de suas atribuições.

ART. 27 - Compete ao Conselho de Ética:

- I - apreciar os casos que afrontem os princípios da ABONG, por parte das associadas, no sentido de evitar o seu desvirtuamento;
- II - velar pela concretização da autonomia das associadas em relação aos poderes constituídos;
- III - zelar pelo efetivo compromisso da associada com a construção de uma sociedade justa e democrática;
- IV - cuidar para que o fortalecimento dos movimentos sociais se viabilize através da ação concreta das associadas.

#### CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS

ART. 28 - As fontes de recursos para a manutenção da associação e o patrimônio da ABONG é constituído:

- a) pela contribuição de suas associadas;
- b) pelas doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

c) pelas receitas provenientes de convênios, serviços prestados, publicações e edições, bem como da renda percebida de seus bens e serviços.

Parágrafo Único - A ABONG aplicará integralmente seus recursos no país, destinando eventual sobra gerada na aplicação de seus objetivos, não distribuindo lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma.

ART. 29- O valor da contribuição definido pelo Conselho Diretor, no início de cada ano, será proporcional à real situação econômico-financeira da associada.

Parágrafo Único - Regimento Interno definirá os critérios de contribuição das associadas.

#### CAPÍTULO VI - DA ELEIÇÃO E DA POSSE

ART. 30 – Os/as membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal serão eleitos/as dentre os/as representantes das associadas para mandato de 03 (três) anos.

§1º - poderão concorrer aos cargos supracitados, os/as membros das associadas que compõem o quadro efetivo da ABONG.

§2º - os/as diretores regionais e seus/suas suplentes serão indicados, dentre os/as representantes das associadas, pelas respectivas regiões e referendados/as ou não por ocasião da Assembléia Geral Ordinária.

§3º - os/as membros que compõem as instâncias da ABONG poderão ser reeleitos apenas uma vez consecutiva, para os cargos que ocupam.

ART. 31 - A proclamação dos resultados das eleições e posse dos/as membros eleitos/as para o Conselho Diretor e Conselho Fiscal, dar-se-á em Assembléia, imediatamente após a contagem dos votos.

Parágrafo Único - Regimento Interno disporá sobre o processo de eleição e posse dos/as membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal.

#### CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 32 - As associadas não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela ABONG.

ART. 33 - No caso de extinção da ABONG, seu patrimônio líquido será destinado a outra associação civil sem fins lucrativos e econômicos, cujos princípios se coadunem com os da entidade.

ART. 34 - Os casos omissos neste estatuto, serão decididos pelo Conselho Diretor, ad referendum da Assembléia Geral.

ART. 35 - Regimento Interno elaborado pelo Conselho Diretor regulamentará este estatuto.

ART. 36- A ABONG tem como Patrono o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), ex-diretor do IBASE, pessoa profundamente vinculada ao ideário que norteia a Associação e, reconhecidamente, defensor de uma sociedade digna e feliz.

ART. 37 - Este estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação em Assembléia.

ART. 38 – É parte integrante deste estatuto a carta de princípios da ABONG.

São Paulo, 10 de novembro de 2006.

Taciana Maria de Vasconcelos Gouveia  
Diretora Executiva da ABONG  
175.460

José Antonio Moroni

Diretor Executivo da ABONG

Lisandra Arantes Carvalho

OAB/SP nº

## ANEXO C: Carta de Princípios da ABONG

### 1. Nossa história

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática e pluralista, com sede e foro na capital do Estado de São Paulo.

A ABONG tem por objetivos: promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa; consolidar a identidade das ONGs brasileiras e afirmar sua autonomia; defender o interesse comum das suas associadas e estimular diferentes formas de intercâmbio entre elas e com instituições similares de outros países; informar sobre a atuação de agências governamentais, internacionais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento; combater todas as formas de discriminação; ser um instrumento de promoção em âmbitos nacional e internacional das contribuições das ONGs frente aos desafios do desenvolvimento e da superação da pobreza.

A constituição da ABONG resultou da trajetória de um segmento pioneiro de organizações não-governamentais que têm seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia.

### 2. O momento atual

A Humanidade produziu um enorme desenvolvimento da Ciência e da tecnologia, o que permite a construção de sociedades sem pobreza, com igualdade de oportunidades e respeito a todas as diversidades, comprometidas com as gerações futuras, a natureza e a paz.

Entretanto, o capitalismo, agora acentuadamente globalizado e sob o comando do setor financeiro, vem aguçando planetariamente a exclusão, a miséria, as desigualdades sociais, étnicas e de gênero, o consumo predatório e a crise ambiental. Esse contexto tem favorecido o autoritarismo político, a intolerância cultural, a desinformação e o belicismo. Tais características ameaçam, em última instância, a sobrevivência da própria Humanidade. Portanto, devem ser vistas como instigadoras de uma ação ampla nos campos nacional e internacional, que agregue inúmeros atores sociais, comprometidos com uma cultura de solidariedade e de respeito à diversidade e promoção da vida.

A sociedade brasileira, escravista e patriarcal na origem, destaca-se mundialmente por sua condição de injustiça e desigualdade social. Da família às estruturas do Estado, a sociedade brasileira é marcada pelo autoritarismo, pela discriminação e pelo machismo, o que compromete a capacidade democrática de participação, o usufruto equitativo dos bens e serviços produzidos, e criação e pleno exercício dos direitos humanos.

Essas circunstâncias adversas, no entanto, não devem obscurecer as imensas potencialidades de construção de alternativas de desenvolvimento humano e sustentável no contexto da globalização.

Como já se disse, os extraordinários avanços realizados pela Humanidade no tocante à capacidade produtiva e ao desenvolvimento científico e tecnológico criaram condições históricas sem precedentes para um desenvolvimento centrado no ser humano e em bases compatíveis com a sobrevivência das gerações futuras.

Por outro lado, a sociedade brasileira foi capaz de moldar uma cultura de convivência entre seus elementos fundantes que cria oportunidades para a afirmação da solidariedade, do respeito às diversidades, da rejeição de todas as exclusões. Ao mesmo tempo, tem lutado, através da sua organização e mobilização, para conquistar direitos e modificar a condição de exclusão e injustiça social que vive a maioria da população.

A cidadania que vem sendo construída tem afirmado o papel essencial do Estado como promotor do bem-comum e quer desalojar os interesses privados nele incrustados desde os primórdios da nossa História, através da participação democrática e autônoma das organizações da sociedade na concepção e gestão de políticas públicas e pela construção de novas estruturas de representação democrática.

### 3. Nossos princípios

Considerando a sua origem e o atual contexto histórico, a ABONG, junto com suas associadas, defendem e se propõem a vivenciar os seguintes PRINCÍPIOS como aqueles que afirmam a sua identidade frente à sociedade brasileira e internacional:

#### A ABONG E SUAS ASSOCIADAS SE COMPROMETEM A:

- aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade;
- buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações;
- lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais;
- lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los;
- afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual;
- afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas;
- defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência;
- contribuir para o fortalecimento de um "pacto de cooperação" baseado nos valores explicitados nesta Carta de Princípios, bem como na solidariedade Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul;
- reafirmar e vivenciar o seu compromisso com a transparência, o primado do interesse público e a participação democrática interna, reconhecendo-os como componentes essenciais da gestão das organizações a ela filiadas;
- estimular a parceria entre suas associadas e com outras organizações da sociedade civil, de modo a racionalizar recursos e fortalecer ações conjuntas, defendendo e lutando pela harmonia e respeito entre elas, de modo a fazer dessa prática, referência exemplar na sociedade.

São Paulo, 29 de março de 2000

O Conselho Diretor da ABONG

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, História, Carta de Princípios da ABONG, 2000. Disponível em < <http://www.abong.org.br> > , Acesso em: 31 Out. 2008.

**ANEXO D: Lei Ordinária de Sorocaba-SP, nº 7456 de 17/08/2005**

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE PÉROLA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Projeto de Lei nº 136/2005 - autoria do EXECUTIVO.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, de conformidade com a Lei nº 444, de 29 de agosto de 1956, com as alterações previstas pelas Leis sob nºs 4.699, de 16 de dezembro de 1994 e 4.904, de 29 de agosto de 1995, a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE PÉROLA".

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros, em 17 de agosto de 2005, 351º da Fundação de Sorocaba.

VITOR LIPPI  
Prefeito Municipal

**ANEXO E: LEI Ordinária de Sorocaba-SP, nº 7933 de 05/10/2006**

LEI Nº 7933, DE 05 DE OUTUBRO DE 2006.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O PROJETO PÉROLA, VISANDO A GESTÃO DE NÚCLEOS DO PROGRAMA "SABE TUDO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei nº 345/2006 - autoria do EXECUTIVO .

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Sorocaba autorizada a celebrar convênio com o Projeto Pérola, visando a gestão de núcleos do Programa "Sabe Tudo", em escolas públicas de bairros periféricos da cidade.

Parágrafo Único - Ficam fazendo parte integrante da presente Lei, os inclusos Termo de Convênio; Plano de Trabalho e Anexos I a XI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de verba orçamentária própria, consignada à Secretaria Municipal da Educação, correndo, 90% (noventa por cento) da despesa pela dotação orçamentária nº 10.04.02 3.3.90.39.00 12.361 2001.2041 1 e, 10% (dez por cento) pela dotação orçamentária nº 10.01.00 3.3.90.39.00 12.122 2020.2343 1.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros, em 05 de outubro de 2006, 352º da Fundação de Sorocaba.

VITOR LIPPI  
Prefeito Municipal

MARCELO TADEU ATHAYDE  
Secretário de Negócios Jurídicos

MARIA TERESINHA DEL CISTIA  
Secretária da Educação

FERNANDO MITUSUO FURUKAWA  
Secretário de Finanças

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

MARIA APARECIDA RODRIGUES  
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SOROCABA E O PROJETO PÉROLA, VISANDO A GESTÃO DE NÚCLEOS DO PROGRAMA "SABE TUDO", EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BAIRROS PERIFÉRICOS DA CIDADE.

Aos...dias de...de 2.006, o MUNICÍPIO DE SOROCABA, representado por seu Prefeito Municipal Dr. Vitor Lippi e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE PÉROLA - PROJETO PÉROLA, entidade sem fins lucrativos (qualificação), por seu Diretor, ... (qualificação), autorizados pela Lei Municipal nº ..., doravante denominados respectivamente CONVENIENTE e CONVENIADA, celebram o presente convênio que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente convênio tem por objeto a gestão de núcleos do Programa "Sabe Tudo", em escolas municipais de bairros periféricos da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações

## 2.1 OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

2.1.1. Disponibilizar infra-estrutura para funcionamento dos núcleos, adquirindo e instalando todos os móveis e equipamentos necessários e arcando com despesas de água, luz, telefone, limpeza, tinta de impressora (tonner) (uma recarga, por mês, por núcleo) e papel (1.000 folhas de sulfite A4, por mês, por núcleo) para o funcionamento dos núcleos do "Sabe Tudo", conforme planta anexa, a um custo, mensal de R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais) , por núcleo;

## 2.2 OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

2.2.1. Promover a inclusão digital e social de alunos de escolas municipais de bairros periféricos da cidade, em unidades do "Sabe Tudo", através de acesso, interação e aprendizado pela Internet, cursos e desenvolvimento de cidadania;

2.2.2. Promover cursos de Inclusão Digital e Alfabetização Digital, para turmas de até 80 (oitenta) alunos, divididas em faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos), com cargas horárias respectivas de 16 (dezesesseis) e 64 (sessenta e quatro) horas;

2.2.3. Promover palestras e cursos sobre temas relacionados à cidadania, que ocorrerão quinzenalmente, para grupos de 20 (vinte) pessoas, divididas por faixas etárias;

2.2.4 Promover o acompanhamento dos resultados através da análise dos indicadores de performance dos alunos, através de métodos avaliativos divididos em duas categorias: "Acesso, Interação e Aprendizado pela Internet" e "Operacional Pedagógico";

2.2.5. Disponibilizar recursos humanos, num total de 05 (cinco) profissionais por núcleo, dentre contratados, voluntários e estagiários e assumir todos os ônus daí decorrentes, não podendo imputar à CONVENIENTE qualquer vínculo empregatício com tais profissionais;

2.2.6. Responsabilizar-se pelo convênio com a Microsoft para uso dos softwares MSOFFICE.

Parágrafo Único - A CONVENIADA utiliza Softwares Microsoft, como padrão. Entretanto, uma disciplina curricular, no final do curso, abordará o funcionamento do OpenOffice e será disponibilizada aos alunos, gratuitamente, um manual eletrônico em português sobre o assunto.

## CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Recursos Financeiros

As despesas decorrentes da execução do presente convênio são consignadas à Secretaria Municipal de Educação e onerarão as dotações orçamentárias nºs 10.04.02 3.3.90.39.00 12.361 2001.2041 1 e 10.01.00 3.3.90.39.00 12.122 2020.2343 1.

## CLÁUSULA QUARTA - Da Vigência

O presente convênio terá a duração de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante Termo de Prorrogação, até atingir o limite máximo de 05 (cinco) anos, após o qual será necessário celebrar novo ajuste.

## CLÁUSULA QUINTA - Da Denúncia

O presente convênio poderá ser denunciado por desinteresse unilateral ou consensual, a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, mediante comunicação prévia de 180 (cento e oitenta) dias.

## CLÁUSULA SEXTA - Da Rescisão

O descumprimento das obrigações definidas neste instrumento implicará sua rescisão, cabendo a promoção destes ao partícipe que não lhe deu causa.

## CLÁUSULA SÉTIMA - Das Alterações

As eventuais alterações que se fizerem necessárias ao bom andamento deste ajuste, deverão ser procedidas mediante Termos de Alteração e não poderão implicar em alteração de seu objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da Publicidade

A divulgação do convênio objeto deste instrumento fará necessariamente referência expressa à CONVENIENTE e à CONVENIADA e a inserção de suas marcas em todo o material institucional e de divulgação, mediante prévia e expressa autorização por escrito das partes.

#### CLÁUSULA NONA - Do Foro

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução do presente convênio serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ficando eleito o fôro da Comarca de Sorocaba para dirimir as questões na esfera judiciária.

E por estarem de acordo, firmam o presente acordo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Palácio dos Tropeiros, em .....

VITOR LIPPI  
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE PÉROLA - PROJETO PÉROLA

.....

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

## ANEXO F: Principais parceiros da ONG

# Principais Parceiros

- **Operacionais e Financeiros**
- ACDC – Jundiaí
- Adcont – Assessoria Contábil
- Agrostahl Indústria e Comércio
- Arjo Wiggins – Salto
- Ashoka
- Castelo Alimentos
- Centro Comunitário Pe. Luiz Scrosoppi
- Céu Azul Alimentos
- CQGC
- Colégio Objetivo de Sorocaba
- Colégio Uirapuru de Sorocaba
- Comunidade da Graça
- Cordeiro Máquinas e Ferramentas
- ESPRO
- FAEC / Colégio Antares de Americana
- Fundação ORSA
- Grupo Escoteiro Salto do Peixe
- IBI
- Microsoft
- Padaria Real
- Progeral Artefatos de metal
- Unimed São Roque
- Scapol Distribuidora
- Santander
- TBG
- Uirapuru Superior
- Vitopel Filmes Flexíveis

- **Institucionais e Governo**
- APRH
- ArtMaker
- Culturetec
- Intermédica
- NJE/CIESP – Sorocaba, Jundiaí, Americana e São Paulo
- Prefeitura Municipal de Mairinque
- Prefeitura Municipal de Votorantim
- Prefeitura Municipal de Sorocaba
- Prefeitura Municipal de Itapeva
- Prefeitura Municipal de Ribeirão Branco
- Prefeitura Municipal de Itapirapuã Paulista
- Rede InterAção
- CMDCA - Sorocaba

- **Imprensa**
- Folha de Votorantim
- Jornal Bom Dia
- Jornal de Jundiaí
- Jornal Cruzeiro do Sul
- Rádio Antena 1
- Rádio Cruzeiro do Sul
- Rádio Jovem Pan FM
- TV Tem

## **ANEXO G: Projeto de Inclusão Digital da ONG**

\* Fazem parte deste ANEXO G, os formulários de organização do curso aqui nomeados de sub anexos de I à XI, como segue:

### **I : Modelos de utilização**

Para acesso a Internet no Projeto “**Sabe Tudo**” dois serão os modelos de utilização:

#### **1. Moradores – Comunidade**

A comunidade terá acesso aos computadores após ter cumprido os seguintes procedimentos:

- Preenchimentos de um cadastro
- Assinatura de um termo de compromisso que visa esclarecer os direitos e deveres do usuário – com apresentação de RG;

Informações de uso:

- A partir do segundo acesso será necessária apenas apresentação do RG;
- Menores de 18 anos deverão trazer autorização escrita pelos pais;
- Menores de 11 anos, com exceção de alunos matriculados farão uso da internet com a presença de um adulto responsável;
- O tempo de uso das máquinas será de meia hora (controlada por sistema específico) sendo que a mesma poderá ser prorrogada se não houver espera.

***Observação: A contratação do sistema é responsabilidade da Prefeitura de Sorocaba.***

#### **2. Alunos matriculados nos cursos – Crédito de Horas**

Os alunos que frequentarem os cursos de “inclusão Digital” e “Alfabetização Digital” e a “Escola de Cidadania” terão preferência na reserva, ao acesso aos computadores conectados a internet. Tal prática visa estimular a participação dos alunos matriculados nos cursos.

Nr. de Horas atividade	Nr. de horas de crédito para agendamento
6h	30 minutos

## II: Cadastros

<b>Ficha de Cadastro Usuário - Acesso, Interação e Aprendizado Pela Internet.</b>					
Nome:					
Endereço:					
Bairro:			Cidade:		
Telefone:			Email:		
Idade:		Escolaridade			
Sexo		Estado Civil			
<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> Divorciado
<b>Ficha de Cadastro Usuário - Acesso, Interação e Aprendizado Pela Internet.</b>					
Nome:					
Endereço:					
Bairro:			Cidade:		
Telefone:			Email:		
Idade:		Escolaridade			
Sexo		Estado Civil			
<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> Divorciado

### **III: Contrato**

#### **Contrato de direitos e deveres do usuário**

##### **1. Objeto**

1.1. O Objeto deste Contrato é oferecimento de acesso a internet a pessoa física a partir de 16 anos ou menor, a partir 11 anos, desde que com autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

##### **2. Preço e Limite de Tempo**

2.1. O acesso é gratuito e há limite Máximo de 30 (trinta) minutos por sessão, que o cidadão poderá permanecer conectado a Internet .

2.2. O limite de tempo poderá ser ampliado por mais 30 (trinta) minutos caso não haja espera.

2.3. Em caso de haver espera, o cidadão poderá utilizar novamente o acesso, desde que se dirija ao final da fila.

##### **3. Forma de Cadastro do Cidadão**

3.1. A partir da aceitação deste Contrato, o cidadão adquire o direito de obter o acesso gratuito à Internet.

##### **4. Condições Gerais de Acesso**

4.1. O acesso estará à disposição do usuário nos dias úteis, salvo interrupções necessárias por ocasião de serviços de manutenção no sistema, falhas quaisquer na operação das empresas fornecedoras de energia elétrica e/ ou das empresas prestadoras de serviço de telecomunicação, caso fortuitos ou ações de terceiros, etc. O acesso a Internet do cidadão será monitorado, a fim de evitar o mau uso do serviço em detrimentos de terceiros.

4.2. O usuário terá direito a impressão de documentos e trabalhos escolares , com limite de 05 páginas por usuário / mês.

##### **5. Obrigações do Cidadão**

5.1. O Cidadão compromete-se a não utilizar o acesso para:

A. Fins Legais ou para transmitir ou obter material em acordo com a legislação brasileira;

B. Obter informações a respeito de terceiros, em especial endereços de correio eletrônico sem anuência do titular;

C. Transmitir arquivos contendo vírus ou que de qualquer forma possam prejudicar os programas e/ou os equipamentos de terceiros;

D. Obter software ou informações de qualquer natureza, amparada por lei de proteção à privacidade ou a propriedade intelectual, salvo se detiver as respectivas licenças e/ou autorizações;

E. Tentar violar sistemas de segurança de informação de terceiros, ou tentar obter acesso não autorizado a redes de computadores conectadas a Internet, realizar correntes, pirâmides, bolas de neve, etc;

F. Realizar spam (envio de mensagens não solicitadas para uma lista de endereços de correio eletrônico);

G. Divulgar ou acessar fotos ou texto contendo apologia ou incitação de crimes ou racismo;

H. Divulgar ou acessar fotos ou textos eróticos de qualquer natureza

I. Realizar injúria, calúnia, difamação e ameaças por e-mail, web page ou web group;

J. Corromper ou tentar corromper menores por e-mail ou qualquer outro meio .

## **6. Proibições**

- 6.1. É proibido fumar no interior do prédio
- 6.2. É proibido o consumo de comida ou bebida enquanto utilizar os equipamentos
- 6.3. É proibido acessar qualquer tipo de site de conteúdo impróprio (pornografia , pedofilia , violência e demais materiais ilícitos)
- 6.4. Instalar programas de qualquer natureza

## **7. Da Suspensão do Uso**

7.1. Todo Cidadão cadastrado no programa que por alguma razão desrespeitar quaisquer das normas, “Obrigações do Cidadão” ou ainda desacatar, ameaçar ou agredir, física ou verbalmente, funcionários ou usuários do Programa, será suspenso por período determinado.

## **8. Obrigações do Programa:**

8.1. O Programa compromete-se a envidar seus melhores esforços para assegurar e desenvolver a qualidade de acesso.

## **9. Responsabilidade Limitada pelo Programa:**

9.1. O Programa se exime integralmente de qualquer responsabilidade por custos, prejuízos e/ou danos causados a usuários ou a terceiros por:

- A. Conteúdo, propaganda, produtos, serviços contidos ou oferecidos em sites visitados por meio de acesso por ele oferecido, ainda que o próprio site;
- B. Negociações de qualquer natureza envolvendo usuários ou anunciantes ou titulares de sites apontados, incluindo participação em promoções e sorteios, contratações de serviço ou fornecimento de mercadorias;
- C. Condutas criminosas dos usuários; e
- D. Falhas no sistema de acesso, ainda que por motivos que lhe seja atribuível, ficando estabelecido que o acesso será fornecido tal como estiver disponível.

## **10. Uso de Informações de Cadastro**

10.1 Sem prejuízo do disposto na clausula 6.1 acima, o Programa poderá enviar e-mail para o endereço eletrônico do cidadão.

## **11. Alteração nos Termos e Condições**

11.1. O Programa se reserva o direito de alterar unilateralmente termos e condições do presente, notadamente, mas não exclusivamente, os previstos na clausula 2.1. acima, informando os usuários das alterações e solicitando a confirmação do interesse em permanecer utilizando o acesso.

## **12. Do Prazo**

**12.1. O termo de Adesão tem validade a partir da data da assinatura.**

Sorocaba, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Usuário / Responsável / RG:

## IV: Postos de acesso

### POSTOS DE ACESSO A INTERNET GRÁTIS

#### 1. Quem pode usar os computadores?

Qualquer pessoa pode usar gratuitamente os computadores. Usuários entre 12 e 15 anos precisam da autorização dos pais ou responsáveis e menores de 12 anos só podem utilizar os Postos de acesso à internet acompanhada dos pais ou responsável.

#### 2. O que é preciso para usar os computadores nos Posto acesso?

Para utilizar os computadores basta se cadastrar. O cadastro é feito na hora, nos próprios Postos, bastando apresentar o RG.

#### 3. Porque é necessário o cadastro?

Para melhor conhecer o perfil de nossos usuários, solicitamos um cadastro inicial que deve ser efetuado com um documento original com foto. Após esse cadastro, o usuário poderá utilizar os serviços dos Postos imediatamente no mesmo local ou em outro posto de acesso. O cadastro é também uma forma de identificar o usuário que não respeita as regras de convivência e utilização dos Postos e garantia de segurança a todos os frequentadores.

#### 4. Eu preciso pagar para usar os computadores?

A utilização dos computadores dos Postos é completamente gratuita.

#### 5. Quanto tempo pode usar os computadores nos Postos?

O tempo padrão de uso é de 30 minutos para os Postos. Os usuários podem utilizar o computador novamente após o final de sua sessão caso não haja fila de espera ou outra atividade programada no local.

#### 6. Eu preciso marcar hora para utilizar os computadores?

Em geral, não é necessário agendar um horário para utilizar os computadores nos Postos, bastando se dirigir diretamente ao local em questão e, caso haja fila, aguardar por sua vez para ser atendido.

#### 8. Que dias os Postos ficam abertos?

Em geral os dias e horários de atendimento dos Postos são de Segunda a sábado, das 8h00 às 18h00.

#### 9. O que eu posso fazer em um Posto de acesso a internet grátis?

Veja alguns exemplos dos serviços que qualquer cidadão pode realizar:

- Enviar e receber correio eletrônico (e-mail)
- Elaborar e enviar currículos
- Procurar vagas de emprego
- Realizar pesquisas escolares
- Realizar cursos à distância
- Utilizar serviços de utilidade pública
- Pesquisar sites de interesses (cultura, esporte, social, informática, religião, economia, saúde, política, ciência, atualidades, lazer etc)
- Ler as notícias de qualquer parte do mundo
- Publicar seus conhecimentos na Internet
- Construir novos canais de expressão cultural e social
- Aprender a gerenciar o próprio negócio
- Participar de comunidades virtuais
- Conhecer pessoas novas
- Participar de redes sociais
- Elaborar atividades que beneficiem a comunidade

## V: Metodologia

### Capacitação digital – Metodologia

#### Fase 01: Inscrição

O processo de inscrição será realizado na localidade em que se encontra o núcleo de aprendizado. Serão feitas as inscrições através de Fichas de inscrição (Anexo VI) que avaliem o perfil dos atendidos, assim como disponibilizados recursos humanos para o atendimento e esclarecimentos de dúvidas.

Horário de atendimento: das 8h às 12h e das 14h às 18h;

Local de inscrição: Núcleo de atendimento.

Número de Vagas por Núcleo: 80

#### Fase 02: Seleção

Idade:

A partir de 07 anos completos

Prioridade:

Moradores do bairro atendido e adjacências;

Pessoas que comprovem baixa renda;

Estudantes ou que tenham concluído o ensino médio;

Depois de atendidos os inscritos que apresentem as características prioritárias vagas remanescentes serão preenchidas pelo restante da comunidade atentando-se ao fator idade (a partir de sete anos);

#### Fase 03: Confirmação de interesse

O aluno selecionado deverá participar de uma reunião de confirmação de interesse a vaga. No encontro serão expostos os seguintes itens:

Normas e regras do curso – Anexo VII

Informações sobre início das aulas, horário e turmas.

Alunos selecionados menores de 18 anos deverão comparecer acompanhados de pais ou responsáveis.

#### Fase 04: Montagem da Grade de Alunos e Horários

As turmas serão divididas por faixa etária:

Criança e Pré - adolescente: 07 a 13

Jovem: 14 a 24

Adulto: 25 a 59

Idoso: A partir de 60

Cada faixa etária terá um aprendizado específico.

Classificação	Aprendizado	Sigla
Criança e Pré - adolescente	Inclusão Digital e Escola de Cidadania	ID e EC
Jovem	Alfabetização Digital e Escola de Cidadania	AD e EC
Adulto	Alfabetização Digital e Escola de Cidadania	AD e EC
Idoso	Inclusão Digital e Escola de Cidadania	ID e EC

Serão oitenta atendidos por semestre divididos em classes de 10 alunos (um por micro). O número de turmas de cada faixa etária dependerá única e exclusivamente do número de inscritos por categoria.

#### Grade de Alunos e Horários (Simulada ideal)

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
8h às 9h50	ID1 - 07 - 13	ID3 - 60	ID1 - 07 - 13	ID3 - 60	EC
10h às 11h50	ID2 - 07 - 13	ID4 - 60	ID2 - 07 - 13	ID4 - 60	EC
14h às 15h50	AD1 - 14 - 24	AD3 - 25 - 59	AD1 - 14 - 24	AD3 - 25 - 59	EC
16h às 17h50	AD2 - 14 - 24	AD4 - 25 - 59	AD2 - 14 - 24	AD4 - 25 - 59	EC

#### Fase 05: Definição do conteúdo programático

##### Inclusão Digital

Noções básicas de computador, Internet, acesso e liberação para uso.

Prepara o aluno para as funções primordiais de primeiro contato com o computador. O beneficiário que concluir o curso de inclusão digital poderá se candidatar à vaga para o segundo módulo: Alfabetização Digital.

Existem duas modalidades para este treinamento: Inclusão digital – infantil (Anexo VIII) e Inclusão digital para Idosos (Anexo IX). Para cada modalidade existe um conteúdo e uma programação específica para o público alvo a ser atingido.

##### Alfabetização Digital

O conteúdo do curso é mais completo e prepara o aluno efetivamente para o mercado de trabalho. Noções sobre automação de escritório, Windows, Word, Excel, PowerPoint e Internet. Inclui noções básicas de instalação de hardwares, impressora, vídeo, HD, drive de CD, etc. Anexo X.

#### Fase 06: Acompanhamento

O rendimento das turmas será acompanhado mensalmente através de relatórios preenchidos pelos instrutores, após, serão transcritos para os indicadores.

#### Fase 07: Finalização – Formatura

Durante o semestre os alunos serão estimulados a criarem apresentações que valorizem seus talentos, estes que serão demonstrados na formatura. Neste dia também serão entregues os certificados.

## VI: Avaliação socioeconômica

### FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA E EDUCACIONAL

Unidade: \_\_\_\_\_

#### COMO VOCÊ FICOU SABENDO DA EXISTÊNCIA DO CURSO?

Ex-aluno     Escola     Outros Qual? \_\_\_\_\_

#### DADOS PESSOAIS

Nome completo: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Naturalidade (cidade e estado onde nasceu): \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone res: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Tel. para recado: \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Data da

Emissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_               

Você usa camiseta de que tamanho?    P    M    G    GG

#### ESCOLARIDADE – preencha com atenção!

Ensino Fundamental (1ª à 8ª)     Completo     Cursando \_\_\_\_\_ série

Ensino Médio (1º ao 3º)     Completo     Cursando \_\_\_\_\_ série

Outros cursos    Quais? \_\_\_\_\_

Período que você estuda:     Manhã     Tarde

Horário que você estuda: das \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_

Nome da Escola: \_\_\_\_\_

#### CONDIÇÃO SOCIAL / GERAL

Você trabalha atualmente?     Sim     não    profissão: \_\_\_\_\_

Renda mensal    R\$ \_\_\_\_\_

Você já trabalhou?    Sim    não    Qual a função? \_\_\_\_\_

Estado Civil:     Solteiro(a)     Casado(a)

Filhos:     Sim     Não    Quantos? \_\_\_\_\_

Nome do Cônjuge (esposo (a)): \_\_\_\_\_

Escolaridade:    Profissão: \_\_\_\_\_

Trabalha atualmente:     Sim     Não    Renda Mensal R\$ \_\_\_\_\_

Nome do Pai:

Escolaridade:    Profissão: \_\_\_\_\_

Trabalha atualmente:     Sim     Não    Renda Mensal R\$ \_\_\_\_\_

Telefone do local de trabalho: \_\_\_\_\_ Recado com: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe:

Escolaridade:    Profissão: \_\_\_\_\_

Trabalha atualmente:     Sim     Não    Renda Mensal R\$ \_\_\_\_\_

Telefone do local de trabalho: \_\_\_\_\_ Recado com:

Reside com os Pais?  Sim  Não

Com Parentes?  Sim  Não Quais? \_\_\_\_\_

Casa Própria  Cedida  Alugada Aluguel Mensal R\$ \_\_\_\_\_

Quais as pessoas que residem na sua casa?

Nome	Parentesco	Idade	Renda Mensal
			R\$
Total da renda (Favor somar o valor da renda!). →			R\$

Cite quais e quantos eletrodomésticos existem na sua casa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você tem automóvel? Qual o modelo e ano?

\_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Escolha os dia e o horário para frequentar o curso:

Dias:  Segunda e Quarta ou  Terça e Quinta

Horário:  das 8:00 às 9:50 ou  das 10:00 às 11:50 ou

das 14:00 às 15:50 ou  das 16:00 às 17:50

O que você acha que é informática? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O que motivou você a procurar este curso? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você considera que este curso contribuirá para o seu crescimento profissional? De que maneira? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Você já fez algum curso de informática?  Sim  Não

Qual a Escola e cursos? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Você tem computador?            Sim            Não

**REDAÇÃO (Fique atento com os erros de língua portuguesa!).**

Tema: **“Planejando seu futuro.”** (mínimo de 10 linhas)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Deverão ser anexos a esta, cópia dos seguintes documentos:  
Comprovante de endereço; RG ou Cert. Nascimento; Histórico ou Atestado Escolar  
Sorocaba , \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_*

Assinatura do Aluno: \_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

## VII: Normas e Regras

### NORMAS E REGRAS

**Local das Aulas:** Endereço do núcleo ativo.

**Aulas:** 1h50min de duração, onde o instrutor acompanha as normas e planos de aulas estabelecidos pelo Projeto. Seguindo a programação de aula pré-estabelecida.

**Relatórios:** Serão elaborados pelos instrutores relatórios mensais de ocorrência onde serão destacados o desenvolvimento dos alunos e toda questão referente ao mesmo.

**Documentação:** Os alunos que não entregarem a documentação no dia da inscrição deverão entregá-la ao instrutor na 1ª semana de aula.

**Comprovante de Escolaridade:** O Projeto fornece ao aluno um comprovante de escolaridade, que deve ser preenchido, assinado pelo representante da escola e devolvido ao Projeto. Este comprovante fica com o instrutor e deve ser desenvolvido ao aluno, antes de cada avaliação, para que a escola assine comprovando frequência do aluno. Caso o aluno não traga o comprovante assinado não fará a prova.

**Frequência:** Cada aluno (a) poderá ter **no máximo 05 (cinco)** faltas (incluindo aulas e palestras), **sendo que a partir da 6ª (sexta) perderá o direito ao certificado**. Será tolerado atraso de até 10 (dez) minutos, num total máximo de 10 atrasos; Falta abonada através de atestado médico não será contada.

Primeira Semana de Aula:

**O aluno deverá comparecer durante toda primeira semana (dias de curso) de aula para garantir a vaga. Caso o aluno falte em qualquer um dos dias perderá a vaga.**

**Sala de Aula:** Devemos cuidar e zelar do nosso ambiente de aula sendo que, há a necessidade da colaboração dos alunos para manter a limpeza da sala.

**Palestras:** São ministradas as sextas-feiras palestras sobre os temas Saúde, Cidadania, Mercado de Trabalho, Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano. É agendada uma palestra para as turmas da manhã e outra para as turmas da tarde. As faltas em palestras são contadas juntamente com as faltas no curso. O aluno que apresentar comprovante de trabalho será dispensado.

**Camiseta e Crachá:** É obrigatório o uso de camiseta do Projeto e do crachá em todas as aulas.

A camiseta e crachá são dados ao aluno gratuitamente, porém se houver perda da mesma, lhe será cobrada a reposição respectivamente R\$ 6,00 e R\$ 3,00.

**Material Didático:** As apostilas serão de posse do Projeto, sendo que o aluno poderá levá-la para casa com prévio agendamento (Biblioteca). Os alunos deverão levar caderno e caneta para anotação nas aulas.

**Certificados:** O aluno receberá certificado de conhecimento de acordo com os módulos que atingir a média (5).

**Responsabilidade do Aluno:** É importante que os alunos que conseguiram a vaga para o curso procurem valorizá-lo, procurando não faltar nas aulas, ter atenção com a matéria e **não desistir sem justificativa**. O curso de informática é, hoje em dia, requisito fundamental para a inclusão no Mercado de Trabalho, aproveite esta oportunidade.

## VIII: INCLUSÃO DIGITAL - CRIANÇA

<b>Windows 98</b>	
	<b>Matéria</b>
1ª Aula	Ligar e Desligar computador – introdução a Windows 98 - Área de trabalho – Menu iniciar.  Jogo Labirinto 3D, Memória Turma da Mônica.
2ª Aula	Alternando entre janelas – Organizando janelas – Os menus e suas opções – As partes de uma janela – Dimensionando uma janela - Jogos Olimpíadas.
3ª Aula	Utilizando os botões maximizar, minimizar, restaurar e fechar. Jogos Verão e fundo do mar.
4ª Aula	Familiarização com o teclado - Trabalhando com acessórios do Windows98 – Bloco de notas – Wordpad – digitar fabula no Wordpad - Jogos Corpo Humano e Par e impar.
5ª Aula	Trabalhando com acessórios do Windows98 – Paint - Calculadora - Jogo Alfabeto Português e Natal
6ª Aula	Propriedades de vídeo – Temas, área de trabalho, proteção de tela e propriedades. Jogo Colorir Turma da Mônica.
7ª Aula	Meu Computador – Renomeando um arquivo - Explorando o Windows98 (Arquivos, Pastas, Criação de pastas, Manipulação de arquivos) - Jogo Frutas e Arraial.
8ª Aula	<b>Trabalhando com a Lixeira – jogo Moraffs</b>
9ª Aula	Exercícios – jogos continentes e Corpo Humano
10ª Aula	<b>Revisão - Quebra Cabeça Números</b>
11ª Aula	<b>Prova</b>

12ª Aula	<b>Digitação</b>
13ª Aula	<b>Digitação</b>
	Word 2000
14ª Aula	<b>Introdução – Iniciando o Word – Abrindo o Word 2000 – Conhecendo o Word 2000 - jogo Quebra Cabeça Imagem</b>

15ª Aula	Menu de Comando/Barra de menus – Movimentando sobre o texto – Movimentando-se no Documento com o mouse – Menus e barras de ferramentas personalizadas – Abrir e salvar os documentos do Office – Jogo Aqua Energizer
16ª Aula	Clicar e digitar – Verificação ortográfica e gramatical – Corrigir ortografia e gramática automaticamente – Formatar fonte – Ditado* (Valendo nota)
17ª Aula	<b>Exercícios Práticos (digitar o texto -Fabulas-) – Salvando o documento – Salvar um documento – Abrir Documento. Jogo Alfabeto Português e Ditado D e B</b>
18ª Aula	Selecionando Textos – Recortando e colando um texto – Movendo e copiando parte do texto - Ditado* (Valendo nota) - Caixas
19ª Aula	Digitação de Fabulas – jogo Alfabeto Inglês.
20ª Aula	Revisão – Jogo Árvore de Natal e Sombras Turma da Mônica
21ª Aula	Prova
	<b>Internet</b>
22ª Aula	<b>O que é a Internet? - De onde surgiu a Internet? – Porque a Internet é importante? – Quem controla a Internet?</b>
23ª Aula	O que significa estar conectado a Internet? – O que é possível fazer na Internet? – Quantas pessoas e computadores estão ligados à Internet?
24ª Aula	Os recursos da Internet – Correio Eletrônico eletrônicos.
25ª Aula	<b>Revisão</b>
26ª Aula	Avaliação
27ª Aula	Recuperação

## IX: INCLUSÃO DIGITAL – IDOSO

<b>Windows 98</b>	
	<b>Matéria</b>
1ª Aula	Ligar e Desligar computador – introdução a Windows 98 - Área de trabalho – Menu iniciar.
2ª Aula	Alternando entre janelas – Organizando janelas – Os menus e suas opções – As partes de uma janela – Dimensionando uma janela
3ª Aula	Utilizando os botões maximizar, minimizar, restaurar e fechar.
4ª Aula	Familiarização com o teclado - Trabalhando com acessórios do Windows98 – Bloco de notas – Wordpad – digitar fabula no Wordpad.
5ª Aula	Trabalhando com acessórios do Windows98 – Paint - Calculadora - Jogo Alfabeto Português.
6ª Aula	Propriedades de vídeo – Temas, área de trabalho, proteção de tela e propriedades.
7ª Aula	Meu Computador – Renomeando um arquivo - Explorando o Windows98 (Arquivos, Pastas, Criação de pastas, Manipulação de arquivos).
8ª Aula	<b>Trabalhando com a Lixeira – jogo Moraffs</b>
9ª Aula	Exercícios.
10ª Aula	<b>Revisão - Quebra Cabeça Números</b>
11ª Aula	<b>Prova</b>
12ª Aula	<b>Digitação</b>
13ª Aula	Digitação

<b>Word 2000</b>	
14ª Aula	<b>Introdução – Iniciando o Word – Abrindo o Word 2000 – Conhecendo o Word 2000 - jogo Quebra Cabeça Imagem</b>
15ª Aula	Menu de Comando/Barra de menus – Movimentando sobre o texto – Movimentando-se no Documento com o mouse – Menus e barras de ferramentas personalizadas – Abrir e salvar os documentos do Office.
16ª Aula	Clicar e digitar – Verificação ortográfica e gramatical – Corrigir ortografia e gramática automaticamente – Formatar fonte – Ditado* (Valendo nota)
17ª Aula	<b>Exercícios Práticos (digitar o texto -Fabulas-) – Salvando o documento – Salvar um documento – Abrir Documento. Jogo Alfabeto Português e Ditado D e B</b>
18ª Aula	Selecionando Textos – Recortando e colando um texto – Movendo e copiando parte do texto - Ditado* (Valendo nota) - Caixas
19ª Aula	Digitação de Fabulas – jogo Alfabeto Inglês.
20ª Aula	Revisão
21ª Aula	Prova

<b>Internet</b>	
22ª Aula	<b>O que é a Internet? - De onde surgiu a Internet? – Porque a Internet é importante? – Quem controla a Internet?</b>
23ª Aula	O que significa estar conectado a Internet? – O que é possível fazer na Internet? – Quantas pessoas e computadores estão ligados à Internet?
24ª Aula	Os recursos da Internet – Correio Eletrônico eletrônicos.
25ª Aula	<b>Revisão</b>
26ª Aula	Avaliação
27ª Aula	Recuperação

**X: CONTEÚDO DE AULA – ALFABETIZAÇÃO DIGITAL**

<b>WINDOWS</b>	
	Matéria
Aula 01	Software – Hardware – Conhecendo melhor seu computador (dispositivos de entrada e saída)– Rede – Internet – Iniciando o Windows – Utilizando os botões maximizar, minimizar, restaurar e fechar - Área de trabalho.
Aula 02	Meu Computador – Formatando um disquete – Renomeando um arquivo - Explorando o Windows98 (Arquivos, Pastas, Criação de pastas, Manipulação de arquivos).
Aula 03	Trabalhando com a Lixeira – Localizando seus arquivos - Menu Configurações - Calculadora - Trabalhando com o Paint.
Aula 04	Revisão
Aula 05	Avaliação

<b>WORD</b>	
Aula 06	Introdução – Iniciando o Word – Abrindo o Word 2000 – Conhecendo o Word 2000 - Menu de Comando/Barra de menus – Movimentando sobre o texto – Movimentando-se no Documento com o mouse – Menus e barras de ferramentas personalizadas – Abrir e salvar os documentos do Office – Auto-Correção – Assistente
Aula 07	Clicar e digitar – Verificação ortográfica e gramatical – Corrigir ortografia e gramática automaticamente – Verificar a ortografia e gramática em outro idioma – Bordas de páginas.
Aula 08	Exercícios Práticos (digitar o texto) – Salvando o documento – Salvar um documento para usá-lo em outro aplicativo – Exercício Práticas – Impressão simples de documentos – Visualizando – Exercícios Práticos.
Aula 09	Editorando o documento – Quebra e união de parágrafos – Seleccionando Textos – Recortando e colando um texto – Movendo e copiando parte do texto – Localizando e substituindo um texto – Localizando texto e formatação – Configuração de páginas
Aula 10	Tamanho do papel e orientação da página – Margens do documento – Definindo margens com régua – Formatando uma seção – Alinhamento dos parágrafos e recuos – Centralizando ou alinhando texto – Criando Cabeçalho e Rodapé – Marcadores e numeração
Aula 11	Inserindo quebra de páginas – A Formatação de textos – Espaçamento de caracteres – Efeitos de textos – Fazendo letra capitulada – Auto Formatação de textos – Autocorreção – Inserir número de página, data e hora – Inserir Figura.
Aula 12	Inserir Moldura – Utilizando Word Art – Criando Colunas – Definindo idioma – Criação de tabelas - Auto Formatação da tabela – Mala direta – Documento Principal – Etiquetas e envelopes
Aula 13	Revisão de Word
Aula 14	Avaliação.
Aula 15	Recuperação

<b>Excel</b>	
Aula 16	Introdução – Tipos de dados – Iniciando o Excel 2000 – Barra de ferramentas – As novidades de Excel 2000.
Aula 17	Criando pasta de trabalho – Menu e teclas de atalho – Editando dados – Salvando o Trabalho – Limpando e excluindo células, linhas e colunas – Editando e inserindo células - Inserindo Formula Auto Soma – Dividindo janelas – Trabalhando com planilhas – Protegendo a pasta de trabalho – Definindo Nomes – Inserindo notas nas células.
Aula 18	Inserindo elementos gráficos e o Clip Gallery – Controlando o Zoom da Planilha – Inserindo quebra de página – Utilizando fórmulas e funções
Aula 19	Classificando Dados – Utilizando a Tabela – Auditoria – Gerenciando cenários – Formatando planilhas.
Aula 20	Ferramentas de desenho – Imprimindo a Planilha – Gráfico – Excel 2000 integrado com a WEB.
Aula 21	Revisão.
Aula 22	Revisão
Aula 23	Avaliação
Aula 24	Recuperação

<b>POWER POINT</b>	
Aula 25	Conceitos Básicos – Modo de Visualização de Slides - Alterando o Modelo da Apresentação – Exercícios.
Aula 26	Auto-Formas – Animando a apresentação.
Aula 27	Configurando a Apresentação – Botões de Ação.
Aula 28	Exercícios – Slide Mestre
Aula 29	Assistente Para Viagem – Imprimindo Apresentação.
Aula 30	Revisão
Aula 31	Avaliação
Aula 32	Recuperação

<b>INTERNET</b>	
Aula 33	O que é a Internet? - De onde surgiu a Internet? – Porque a Internet é importante? – Quem controla a Internet? – O que significa estar conectado a Internet? – O que é possível fazer na Internet? – Quantas pessoas e computadores estão ligados à Internet?
Aula 34	Os recursos da Internet – Correio Eletrônico – Emoticons – WWW – Os endereços eletrônicos.
Aula 35	O seu navegador – Os botões de navegação – Como navegar pela Web? – Onde procurar – Como procurar? – Entretenimento – Mirc – Conheça a tela do mirc – Rádios e TV's On-Line – Bibliotecas – Compras.
Aula 36	Download – Como é feito – E-mail – Como enviar um e-mail?
Aula 37	Revisão
Aula 38	Avaliação
Aula 39	Recuperação

## XI:

### Escola de cidadania

Além de Inclusão Digital e Alfabetização Digital o aluno receberá treinamentos de desenvolvimento de cidadania que tem como objetivo mais do que treinar pessoas para a utilização de softwares e sim visa formar cidadãos responsáveis e conhecedores de seus direitos e deveres. Abaixo segue os temas a serem abordados na Escola de Cidadania:

TEMAS	ABORDAGEM
RESPONSABILIDADE SOCIAL	O Ser Cidadão: enquanto ser (pessoa) e enquanto ter (direitos). Transformando com amor. Dignidade da pessoa humana. Igualdade de direitos e deveres
ÉTICA E SOCIEDADE	Ética e Moral (significado dos conceitos). Reflexão Crítica. A Ética e a Educação. A presença da moralidade da cultura.
DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃO	Código de defesa do consumidor. Ética e cidadania. Os princípios fundamentais da vida democrática. O caráter político da participação dos indivíduos na sociedade. A importância e o poder do voto. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
PLURALIDADE SOCIOCULTURAL	Fundamentos éticos. As diferenças sociológicas, geográficas, de linguagens e representações, de caráter psicológico e pedagógico.
SAÚDE- A OBRIGAÇÃO DO GOVERNO	Conceito de Saúde. O processo saúde doença. Causas das doenças: físicas, mentais e sociais. Mitos e credences populares. Equipamentos de saúde: a ação da população nos equipamentos conhecidos de saúde - o que fazem e onde atuam. Estrutura dos serviços de saúde: operação dos equipamentos.
SAÚDE- QUALIDADE DE VIDA DO CIDADÃO	Hábitos de higiene e cuidados com a saúde: alimentação, higiene corporal e de vestuário, higiene sexual, exercícios físicos e lazer, ergonomia/postura, higiene ambiental.
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Sexualidade do jovem. Manifestação da sexualidade na escola. Corpo: matriz da sexualidade
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Doenças Sexualmente transmissíveis - DST, AIDS: O preconceito. Prevenção, tratamento e reabilitação.
MEIO AMBIENTE	A natureza e o seu ciclo. Crise ambiental ou da civilização? Princípios de educação ambiental. Manejo e conservação ambiental.
MEIO AMBIENTE	Programas de Qualidade Ambiental nas Empresas. ISO 9000, 14000, QMS, etc. Coleta seletiva.
MERCADO DE TRABALHO	Processo interno de Seleção nas Empresas: Como funciona internamente? Como montar o perfil do empregado a ser procurado? Como estabelecer as necessidades de empregabilidade? Do fluxo interno até a procura externa
MERCADO DE TRABALHO	Apresentação pessoal: O Estilo de cada tribo; a Construção da Identidade; com que roupa eu vou? Conceito de beleza e estilo pessoal; modos e modas de homens e mulheres; "a gente não quer só comida"; cuidados com cabelo, unhas, pele.
MERCADO DE TRABALHO	O Mercado de Trabalho hoje: emprego formal x informal; o emprego e a globalização. Procurando o primeiro emprego: montagem de currículo; seleção de vagas e oportunidades; comportamento em entrevistas.
EMPREENDEDORISMO	Perfil do empreendedor; Principais características; Modelos de pequenos negócios; Como desenvolver seu próprio negócio; Plano de negócios; Planejamento e Administração do Tempo
NOCÕES BASICAS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA	Como funciona uma empresa; Indústria, comércio e serviços; Processos funcionais (Vendas, Compras, Financeiro, Estoque, Fabricação, Contabilidade, etc); Aspectos Fiscais (NF, Impostos e Tributações)
PROJETO DE CIDADANIA	Como desenvolver um projeto um projeto de cidadania no seu bairro, ideias de melhorias, hábitos saudáveis, etc.

## ANEXO H: TelEduc - Ferramentas do ambiente

### **Estrutura do Ambiente**

Contém informações sobre o funcionamento do ambiente TelEduc.

### **Dinâmica do Curso**

Contém informações sobre a metodologia e a organização geral do curso.

### **Agenda**

É a página de entrada do ambiente e do curso em andamento. Traz a programação de um determinado período do curso (diária, semanal, etc.).

### **Avaliações**

Lista as avaliações em andamento no curso

### **Atividades**

Apresenta as atividades a serem realizadas durante o curso.

### **Material de Apoio**

Apresenta informações úteis relacionadas à temática do curso, subsidiando o desenvolvimento das atividades propostas.

### **Leituras**

Apresenta artigos relacionados à temática do curso, podendo incluir sugestões de revistas, jornais, endereços na Web, etc.

### **Perguntas Frequentes**

Contém a relação das perguntas realizadas com maior frequência durante o curso e suas respectivas respostas.

### **Exercícios**

Ferramenta para criação/edição e gerenciamento de Exercícios com questões dissertativas, de múltipla-escolha, de associar colunas e de verdadeiro ou falso.

### **Enquetes**

Ferramenta para criação de enquetes

### **Parada Obrigatória**

Contém materiais que visam desencadear reflexões e discussões entre os participantes ao longo do curso.

**Mural**

Espaço reservado para que todos os participantes possam disponibilizar informações consideradas relevantes para o contexto do curso.

**Fóruns de Discussão**

Permite acesso a uma página que contém tópicos que estão em discussão naquele momento do curso. O acompanhamento da discussão se dá por meio da visualização de forma estruturada das mensagens já enviadas e, a participação, por meio do envio de mensagens.

**Bate-Papo**

Permite uma conversa em tempo-real entre os alunos do curso e os formadores. Os horários de bate-papo com a presença dos formadores são, geralmente, informados na " Agenda" . Se houver interesse do grupo de alunos, o bate-papo pode ser utilizado em outros horários.

**Correio**

Trata-se de um sistema de correio eletrônico interno ao ambiente. Assim, todos os participantes de um curso podem enviar e receber mensagens através deste correio. Todos, a cada acesso, devem consultar seu conteúdo recurso a fim de verificar as novas mensagens recebidas.

**Grupos**

Permite a criação de grupos de pessoas para facilitar a distribuição e/ou desenvolvimento de tarefas.

**Perfil**

Trata-se de um espaço reservado para que cada participante do curso possa se apresentar aos demais de maneira informal, descrevendo suas principais características, além de permitir a edição de dados pessoais. O objetivo fundamental do Perfil é fornecer um mecanismo para que os participantes possam se " conhecer a distância" visando ações de comprometimento entre o grupo. Além disso favorece a escolha de parceiros para o desenvolvimento de atividades do curso (formação de grupos de pessoas com interesses em comum).

**Diário de Bordo**

Como o nome sugere, trata-se de um espaço reservado para que cada possa registrar suas experiências ao longo participante do curso: sucessos, dificuldades, dúvidas, anseios visando proporcionar meios que desencadeiem um processo reflexivo a respeito do seu processo de aprendizagem. As anotações pessoais podem ser compartilhadas ou não com os demais. Em caso positivo, podem ser lidas e/ou comentadas pelas outras pessoas, servindo também como um outro meio de comunicação.

**Portfólio**

Nesta ferramenta os participantes do curso podem armazenar textos e arquivos utilizados e/ou desenvolvidos durante o curso, bem como endereços da Internet. Esses dados podem ser particulares, compartilhados apenas com os formadores ou compartilhados com todos os participantes do curso. Cada participante pode ver os demais portfólios e comentá-los se assim o desejar.

**Acessos**

Permite acompanhar a frequência de acesso dos usuários ao curso e às suas ferramentas.

**Intermap**

Permite aos formadores visualizar a interação dos participantes do curso nas ferramentas Correio, Fóruns de Discussão e Bate-Papo, facilitando o acompanhamento do curso.

**Configurar**

Permite alterar configurações pessoais no ambiente tais como: senha, idioma e notificação de novidades.

As ferramentas descritas a seguir são de uso exclusivo dos formadores e do coordenador do curso:

**Administração**

Permite gerenciar as ferramentas do curso, as pessoas que participam do curso e ainda alterar dados do curso.

As funcionalidades disponibilizadas dentro de Administração são:

- Visualizar / Alterar Dados e Cronograma do Curso
- Escolher e Destacar Ferramentas do Curso
- Inscrever Alunos e Formadores
- Gerenciamento de Inscrições, Alunos e Formadores
- Alterar Nomenclatura do Coordenador
- Enviar Senha

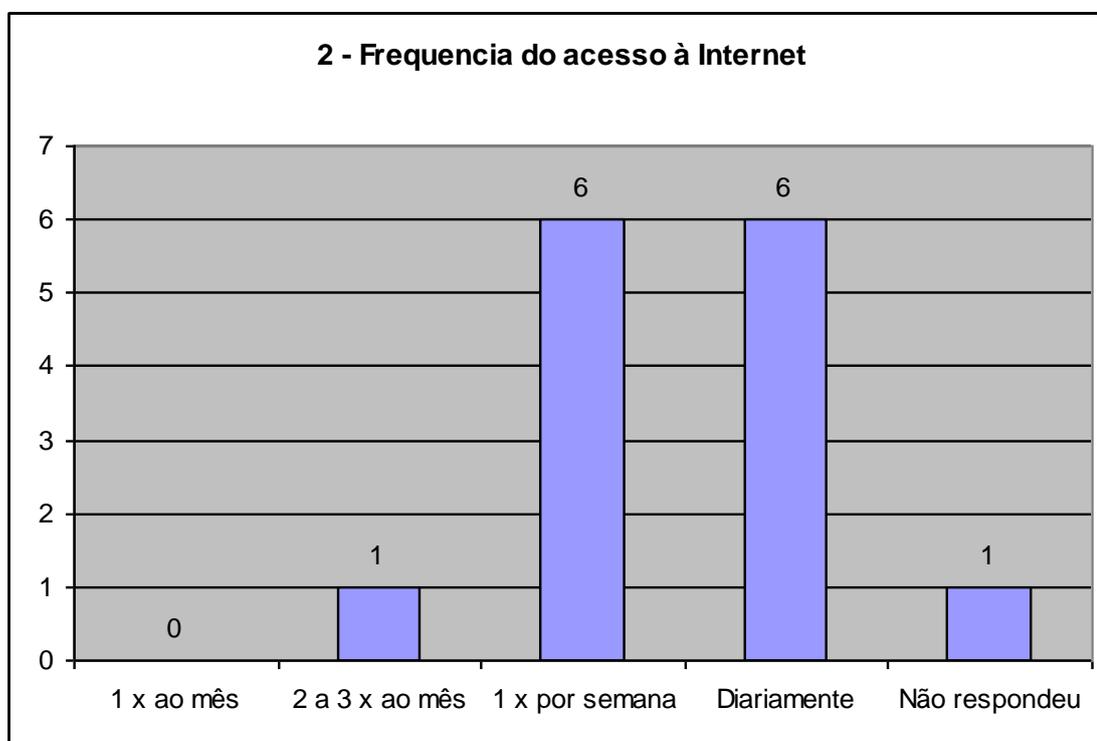
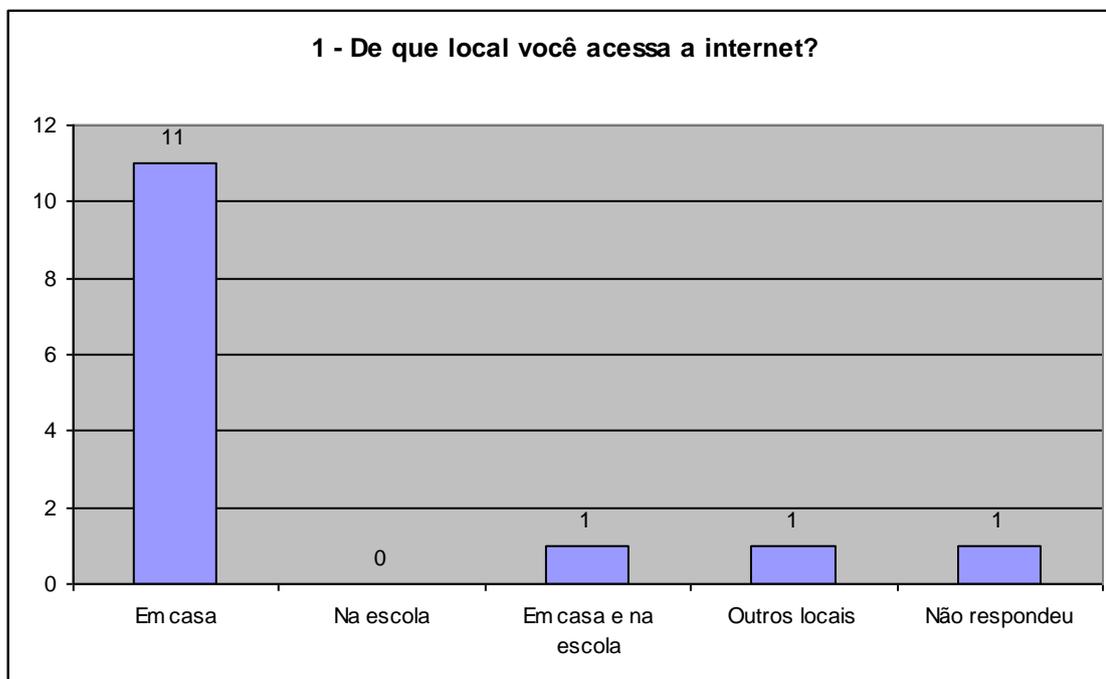
**Suporte**

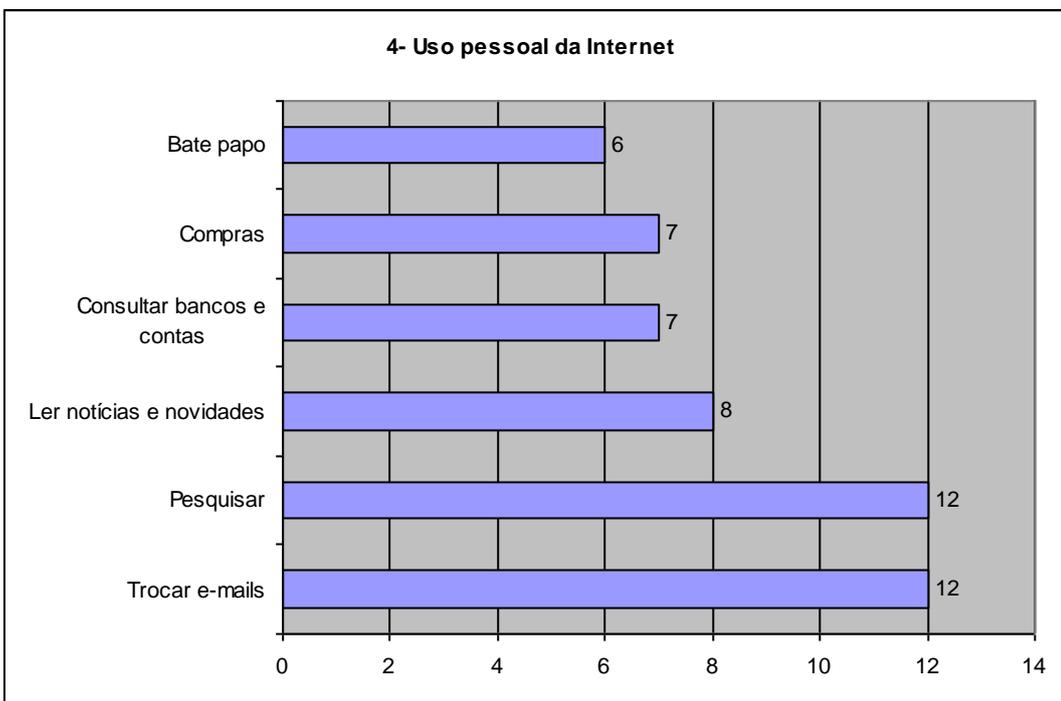
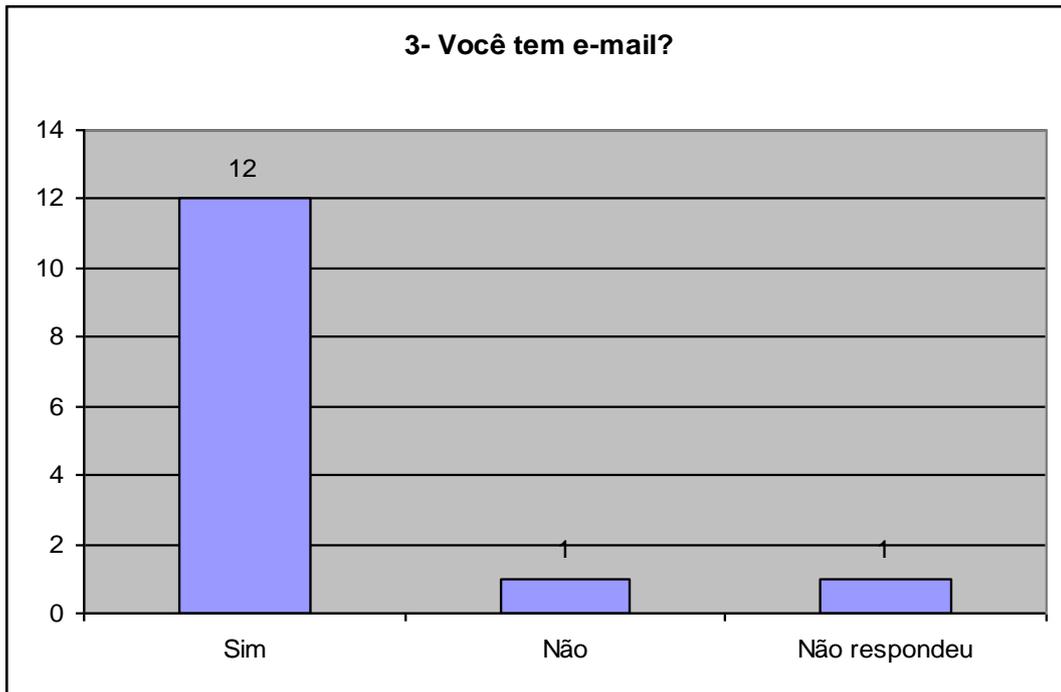
Permite aos formadores entrar em contato com o suporte do Ambiente (administrador do TelEduc) através de e-mail.

(Fonte: TelEduc)

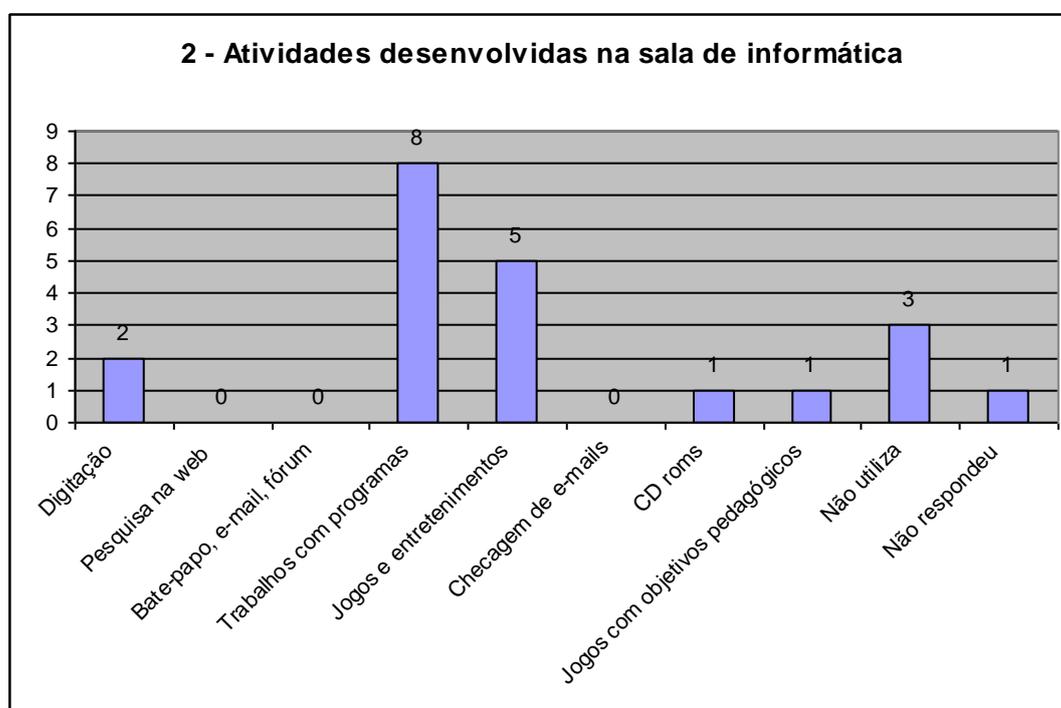
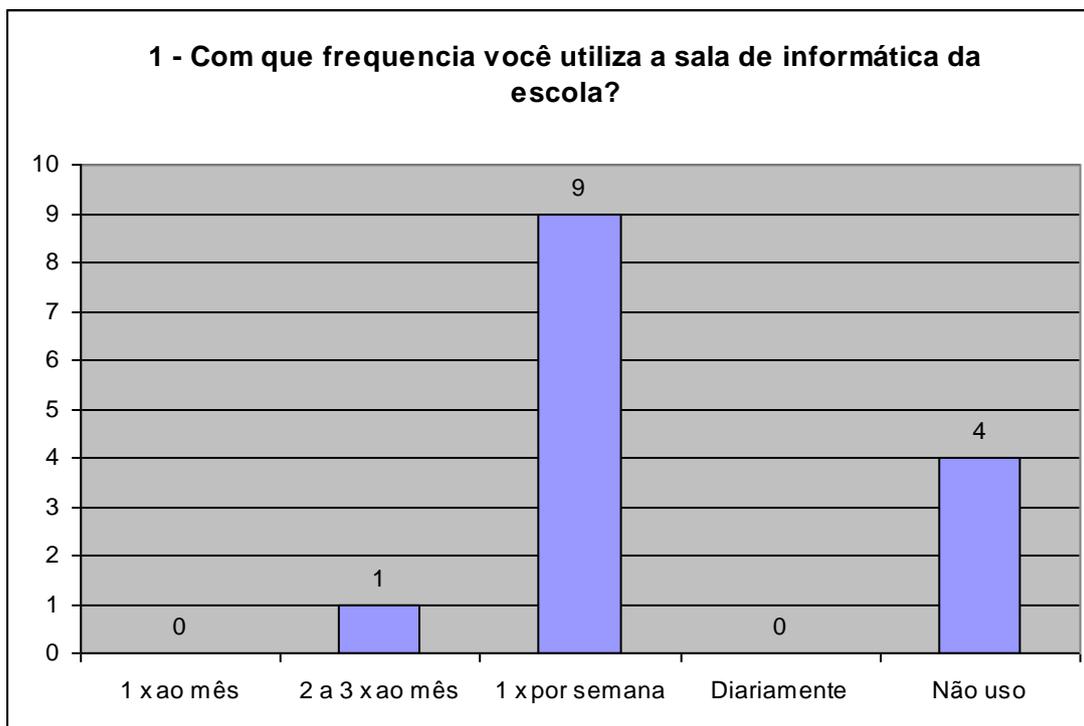
**ANEXO I: Diagnóstico inicial dos professores**

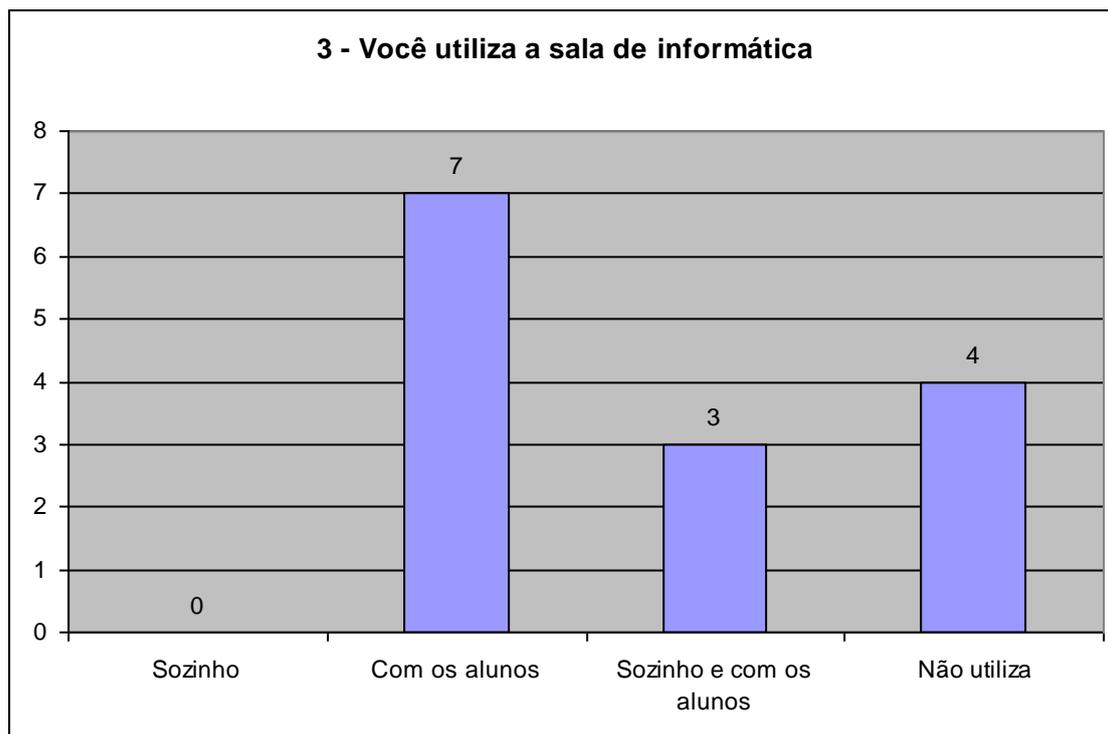
Hábitos de uso da Internet/informática, pessoal e na escola realizado em 12/04/2008:

**1 – Hábitos de uso (pessoal) da Internet/informática:**



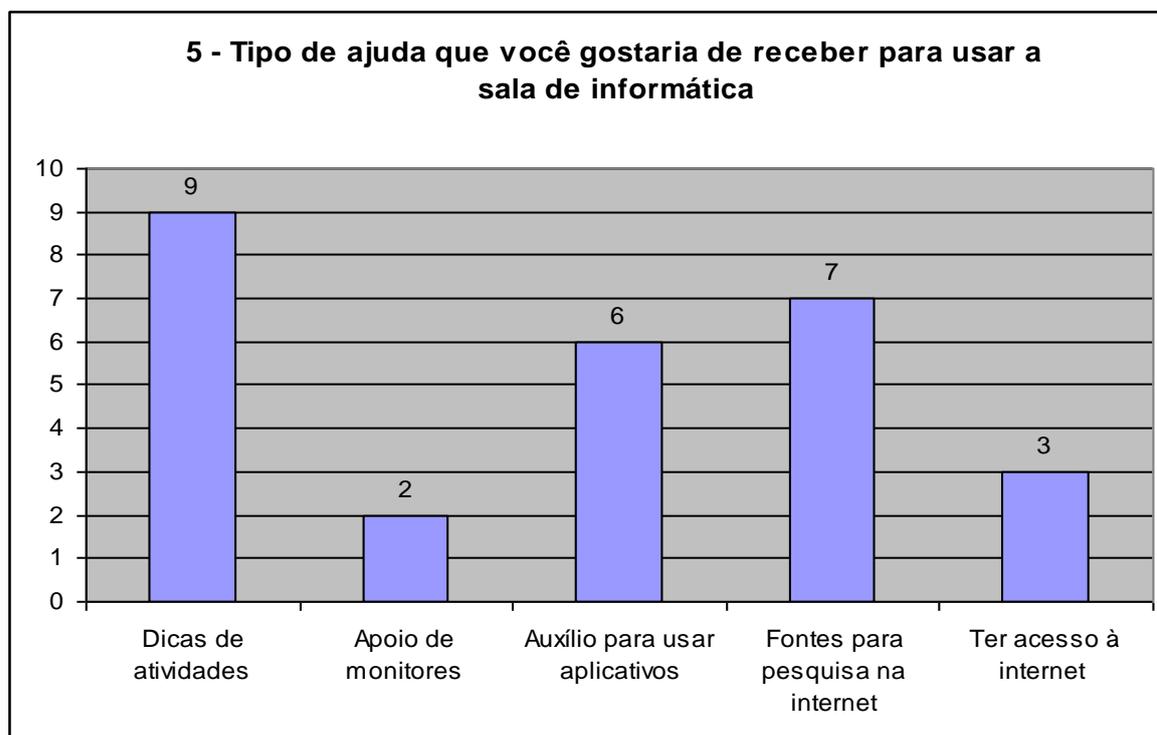
## 2 - Hábitos de uso da Internet/informática na escola:





4 - Se você não usa a sala de informática, quais são os principais motivos?

- (1) Os softwares possuem conteúdo limitado. Não há conexão com internet para possibilitar outras pesquisas e isso torna o uso menos frequente.  
 (1) Desenvolvemos atividades com alunos na Oficina do Saber.  
 (2) Falta de tempo, rotina intensa e travessia com crianças da oficina. (Duas respostas iguais)



**ANEXO J: Cronograma inicial do curso**

<b>Escrita Digital</b>	
Horário:	
Instrutor(a):	
<b>Data</b>	<b>Tema</b>
16/fev	Apresentação e integração
18/fev	Apresentação do tema Publisher utilizando Cartão de visitas e página Web
23/fev	EMENDA FERIADO
25/fev	FERIADO
02/mar	Busca de fotos e fatos na comunidade para a composição de um Boletim Informativo e início da montagem do Boletim
05/mar	Busca de fotos e fatos na comunidade para a composição de um Boletim Informativo e início da montagem do Boletim
09/mar	Montagem do Boletim Informativo
11/mar	Apresentação dos trabalhos do Publisher (10 min. para cada dupla)
16/mar	Primeiro contato com o PowerPoint (abrindo, salvando e fechando)
18/mar	Conhecendo o PowerPoint (barras e suas funcionalidades)
23/mar	Figuras e formatações (Inserir, Mover e Excluir)
25/mar	Variedades 1 (Clipboard ou área de transferência, copiar slide, substituindo fonte e design, configurando apresentação, incluindo ou excluindo botão de ação)
30/mar	Variedades 2 (Configurando ações, efeitos de animação, transição de slides, ocultando e exibindo slides, apresentações personalizadas)
01/abr	Apresentação dos trabalhos de PowerPoint (10 min. para cada dupla)
06/abr	Apresentação do tema Animações, pesquisar na internet sobre o tema, Linguagem Verbal e não-verbal, mostrar algumas animações do site youtube.com
08/abr	Organizar o grupo (entre roteiristas, figurinistas...) e pensar em um tema.
13/abr	Iniciar o roteiro (vídeos com duração de 10 a 15 min.)
15/abr	Continuação do roteiro.
20/abr	EMENDA DE FERIADO
22/abr	Montar o Storyboard e começar a pensar nos figurinos e locais de gravação.
27/abr	Iniciar as gravações.
29/abr	Continuação da gravação.
04/mai	Continuação da gravação.
06/mai	Continuação da gravação.
11/mai	Continuação da gravação.
13/mai	Continuação da gravação.
18/mai	Editar o curta metragem.
20/mai	Editar o curta metragem.
25/mai	Finalização das animações
27/mai	Apresentação das Animações
01/jun	Dia livre para possíveis imprevistos.
03/jun	<b>Revisão dos Módulos</b>
08/jun	<b>Prova Final</b>
10/jun	Ensaio para a formatura
15/jun	Ensaio para a formatura
17/jun	CONFRATERNIZAÇÃO